



Anais da Assembléia

31

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 09 DE ABRIL de 1987.

ANO XIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 20. SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 1987
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ferrari Júnior, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e José Alves.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Alexandre Ceranto, Alga-ci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Barbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados Acyr Mezzadri, Gernote Kirinus e Irondi Pugliesi (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os ns. DTL/32, 33 e 34/87, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei ns. 273, 291 e 292/86, os quais convertidos em Lei tomaram os ns. 8.471, 8.470 e 8.469, res-

pectivamente. Anote-se. Arquive-se.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Estamos encaminhando a Vossa Excelência a relação da "Comissão Especial" com objetivo de discutir, elaborar e apresentar sugestões de matérias constitucionais.

Como a referida Comissão será composta por treze Senhores Deputados, respeitando a proporcionalidade regimental, indicamos os seguintes nomes:

CÂNDIDO BASTOS

EDMAR LUIZ COSTA

HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

DOMINGOS SCARPELLINI

LAURO LOBO ALCÂNTARA

NEREU CARLOS MASSIGNAN

NILTON BARBOSA

PAULINO JOSÉ DELAZERI

TADEU LÚCIO MACHADO

VERA AGIBERT

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, a suspensão da Sessão Plenária no dia 16 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(aa) EZEQUIAS LOSSO,

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA,

ANTÔNIO BELINATI,

PEDRO TONELLI,

BASÍLIO ZANUSSO e

CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor JAROSLAU HURMUS, ocorrido nesta Capital, no dia 05 do corrente.

Homem probo, pessoa dedicada ao esporte amador da nossa cidade e especialmente pelo seu Bairro Nova Orleans e Vila Camponesa, atualmente exercia a função de Diretor de Patrimônio do União Nova Orleans.

Assim sendo, é justo que a Assembléia Legislativa do Estado associe-se à dor da família enlutada, transmitindo-lhe as condolências deste Poder, bem como à Direto-

ria do União Nova Orleans, no endereço:
Rua Afonso Lipinski n. 6.

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor Douglas Nascimento Cardoso, ocorrido no dia 06 do corrente, na Cidade de Curitiba, pioneiro da Cidade de Pato Branco, chefe de família exemplar e homem profundamente dedicado ao progresso da sua cidade.

Assim sendo, é justo que a Assembléia Legislativa do Estado associe-se à dor da família enlutada transmitindo-lhe as condolências deste Poder. (Rua Caramuru n. 1007 - Pato Branco).

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata da presente sessão, de votos de pêsames à Família Trevisan, pelo falecimento da menor ELIANE CRISTINA TREVISAN.

A extinta era filha do Senhor Osmar Trevisan e Senhora Maria Martins Trevisan.

O passamento ocorreu no dia 05 de abril de 1987, vítima de afogamento.

Da aprovação, REQUER, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões em 09.04.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata da presente sessão, de votos de pêsames à Família Pereira dos Santos, pelo falecimento do Senhor MAURÍCIO PEREIRA DOS SANTOS.

O extinto era casado com a Senhora Sônia Maria dos Santos, deixando os filhos: Eduardo e Maurício Júnior.

O passamento ocorreu no dia 06 de abril de 1987, em acidente automobilístico.

Da aprovação, REQUER, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata da presente sessão, de votos de pêsames à Família TREVISAN, pelo falecimento da Senhorita ZILDA APARECIDA TREVISAN.

A extinta era filha da viúva Senhora Tereza Aparecida Ceranto Trevisan.

O passamento ocorreu no dia 05 de abril de 1987, vítima de afogamento.

Da aprovação, REQUER, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de um voto de pesar, na Ata dos trabalhos da presente sessão, pelo falecimento do Doutor Joaquim Tramujas.

REQUER, outrossim, que do presente seja dado conhecimento aos familiares do "de cujus", assim como à família enlutada, as nossas sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

O desaparecimento do eminente médico, deixa sem dúvida alguma, lacuna e consternada a classe médica, do nosso Estado, assim como também toda a população de Paranaguá, onde o Doutor Joaquim Tramujas foi exemplo de cidadania e trabalho na defesa do maior dos bens do homem, que é a sua saúde.

Nesta mesma cidade litorânea e portuária, o Doutor Joaquim exerceu o cargo de Prefeito Municipal. Neste cargo, muito colaborou em prol do desenvolvimento de sua tão querida coletividade.

Portanto, cumpre-nos o dever de deixar em registro nos Anais desta Excelsa Casa, o justo voto de pesar pelo seu falecimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Rafael Greca, que este subscreve, solicita a inserção nos Anais da Assembléia, ouvidos os Senhores Deputados, de votos de congratulações e apreço ao jovem paranaense, jornalista Ernani Paciornick, à Editora Grupo I, e a Aloysio Gomes Carneiro, pelo lançamento, em Curitiba, na noite de 7 de abril passado, do "GUIA MAR DA COSTA BRASILEIRA", o primeiro livro, depois dos cadernos de navegação dos descobridores, dos navegadores heróicos da saga de implantação dos impérios coloniais da Renascença, a reportar minu-

cioso detalhamento de todas as nuances e recortes da Costa Brasileira.

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) RAFAEL GRECA

Apoio: Algaci Túlio

JUSTIFICATIVA:

O referido livro, a exemplo do "GUIA 4 RODAS", ou dos "GUIDES MICHELIN", destinados a viajantes em terra -, quer oferecer panorama completo e real do litoral do Brasil.

Serve para os que se fazem ao mar, em lazer, e em comércio e indústria; serve à idéia poética de que "...navegar é preciso..." (cf. Fernando Pessoa). E serve ainda como precioso documento, para uso do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Brasil, das atuais condições da paisagem litorânea, das suas povoações, da cultura das populações portuárias, aldeadas em ilhas ou o longo da costa. Será memória deste patrimônio da humanidade que já deslumbrou viajantes como Saint Hilaire, Big-Withers, Langsdorff, Rugendas, Elliot, Rondon, Euclides da Cunha, André Rebouças - todos autores de iconografia ou textos sobre impressões de viagem. Será memória deste patrimônio de beleza e luz, que à beira do mar, os que somos brasileiros devemos conservar para os que vão nascer, como patrimônio da Humanidade toda.

O Guia foi lançado no Rio de Janeiro, no Hotel Rio Palace, e mereceu justa atenção do Jornal "O Globo". Aqui, foi lançado numa promoção da Revista "MAR", no Scupper Yatching Bar, no Setor Histórico, na Alameda Dr. Muricy.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a inserção em Ata, de um voto de congratulações ao Colégio Positivo, pela realização em nossa Capital, de olimpíada cujo tema visou a preservação das áreas verdes.

Como é sabido o tema de proteção à ecologia, principalmente de preservação das áreas verdes nas grandes capitais tem sido lema de políticos e governantes, os quais, em sua grande maioria, nada fazem para concretizar medidas de proteção à ecologia.

O Colégio Positivo ao homenagear o tema da ecologia procurou incutir na mentalidade das crianças a necessidade de uma preocupação concreta com a preservação das áreas verdes.

Que da decisão da Casa, se dê ciência à Diretoria do Colégio Positivo.

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de votos de congratulações ao Município de Palmas, pela passagem dos 108 anos de sua emancipação política.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal Doutor José Maria de Araújo Perpétuo, ao Vice-Prefeito Senhor João de Oliveira Mello, bem como a todos os Senhores Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, cumprimentem a laboriosa população palmensense.

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná homenageia com este voto, a laboriosa e culta população de Palmas pela passagem dos seus 108 anos de emancipação política.

Palmas se consolidou como um dos principais pólos de desenvolvimento da importante região Sudoeste do Estado do Paraná.

As tradições mais caras aos paranaenses, na economia, na cultura paranista, no espírito de trabalho, tem as suas raízes na cidade de Palmas, como primeiro município do Sudoeste, e, foi dele que a colonização da região iniciou. Atualmente, é um importante centro educacional, cultural e religioso.

A história de Palmas começa em 14 de abril de 1879, que com o correr dos anos foi crescendo e transformando-se em cidade, recebendo migrações que permitiram um desenvolvimento significativo marcado por muito esforço principalmente aquele despreendido pela tradicional família palmensense, cuja história é rica em fatos. O Município deu vultos importantes para o Estado e ao País, sendo marcante a participação palmensense nas questões políticas.

A passagem dos seus 108 anos representa muito mais que uma comemoração. É um evento que marca além do seu registro histórico, uma Palmas renovada pela fibra de seu povo ao longo da história.

Entre as diversas comemorações programadas para o aniversário de Palmas, destacamos a inauguração do "Parque de Exposições Pé Vermelho", bem como a abertura da XII Feira de Bezerros.

Por todos esses fatos, o aniversário de Palmas, diz muito a todos nós paranaenses que amamos nossa terra e que a ela devotamos o melhor de nossas energias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata, de um voto de regozijo pela passagem do aniversário do Município de Bocaiúva do Sul.

O laborioso povo de Bocaiúva do Sul, através de sua pacata e eficiente atuação no setor da agricultura e também no campo industrial, conseguiu fazer com que aquele valoroso município alcançasse o atual estágio de desenvolvimento.

Que da decisão da Casa, se dê ciência à Prefeitura e à Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul.

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Rafael Greca, que este subscreve, submete à apreciação da Assembléia, ouvido o Egrégio Plenário, a inserção nos anais da Casa de voto de congratulações e apreço ao Grupo empresarial curitibano "O BOTICÁRIO", na pessoa de seu diretor-presidente Miguel Krigsner, pela feliz iniciativa de comemoração dos dez anos da empresa, vitoriosa nacional e internacionalmente, como "griffe" de cosméticos e perfumes - com a promoção de um brilhante concerto, no Auditório da Reitoria da Universidade Federal do Paraná, no último sábado, 4 de abril, da única orquestra de gaitas de boca do Brasil, e talvez do continente, a "HARMÔNICAS DE CURITIBA".

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) RAFAEL GRECA

Apoio: Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

A empresa "O Boticário", primeiro uma farmácia de manipulação de receitas instalada na velha Rua Saldanha Marinho, à sombra do "Gymnásio Paranaense", hoje Secretaria de Estado da Cultura, começou há dez anos. Fez-se grande e forte. Primeiro, tornou-se produtora de essências e cosméticos que passaram a ser consumidos pela população local e logo divulgados como "artigos típicos de Curitiba". Logo ganhou espaço em lojas de aeroportos. Hoje, tem mercado nacional e internacional. Por exemplo: está no Shopping Center "As Amoreiras", o mais elegante da Lisboa, Capital do governo socialista de Mário Soares, ou então - já se firma - nas estantes das lojas de departamento da França entre as essências e cosméticos da pátria dos perfumes e do rentável mercado da vaidade humana.

Em 1986, "O Boticário" teve um faturamento de mais de seis milhões de dólares, e um crescimento, com cem lojas, e cento e sessenta produtos, de 30% em relação a 1985. Assim, a empresa de Miguel Krigsner, contribui para o progresso de Curitiba e do comércio exterior; valendo, portanto, a

celebração de seus dez anos, e este registro, ainda mais pela comemoração amparada na idéia de promoção cultural, com destaque da "Orquestra Harmônicas de Curitiba", criada na Capital. Primeiro, sobre a proteção e apoio da Fundação Cultural de Curitiba - na gestão Jaime Lerner -, e agora com personalidade jurídica e vida própria. Esta Orquestra, nascida da herança da imigração, reforça a idéia do Paraná como "Brasil Diferente" - conforme o estudo de fenômenos de aculturação que o Professor Wilson Martins, em 1955, fez publicar em contraposição ao magistral livro da formação da brasilidade à nordestina: "Casa Grande & Senzala", de Gilberto Freire.

Fica portanto, a memória, e o reconhecimento de mérito desta Assembléia, como registro e exemplo para outras empresas, (fugindo da "moratória moral interna do País", ou da "moratória cultural que a mediocridade tantas vezes decreta"), partam para iniciativas similares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam manifestados à Direção da "TV Esplanada - Canal 7", de Ponta Grossa, na pessoa do Senhor Pedro Wosgrau Filho, seu Presidente, e aos demais componentes, votos de regozijo e cumprimentos, pela passagem dos quinze anos daquele importante veículo de informação e de lazer da região princesina, mais particularmente, pela forma expressiva com que vem se havendo a sua Direção na árdua tarefa de construir, projetando nosso Estado no âmbito da comunicação, prerrogativa esta que coloca aquele setor, na posição de destaque de que hoje desfruta.

Desta decisão, REQUER, seja dada ciência à mencionada Direção.

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Rafael Greca de Macedo, que este subscreve, solicita a inserção nos Anais desta Egrégia Assembléia, ouvido o Plenário, de votos de congratulações e apreço à Comunidade Israelita do Paraná pelo transcurso, na segunda semana de abril, isto é na segunda quinzena do ancestral mês de Nizan, do calendário judaico, da festa da PÁScoa - PESSACH. Passagem da escravidão - por dois séculos - em terras de Faraó, à liberdade do povo escolhido por Deus para habitar sua Terra Prometida, e ser herdeiro da sua Lei.

A Páscoa é memória de libertação. E pode nos dar lições de vida e liberdade,

hoje; daí este reconhecimento e memória, de espírito ecumênico e desarmado.

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) RAFAEL GRECA

Apoiamento: Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

Páscoa é memória de libertação. Ensina a todos os povos, em todas as gerações, a possibilidade de vencer as situações de opressão e escravidão e triunfar sobre a miséria e a morte.

Basta vontade política - encarnada na Bíblia por Moisés - de enfrentar as dificuldades, perceber os sinais dos tempos, e de codificar a vocação libertadora de todas as heranças culturais, em palavras e obras capazes de cimentar o edifício da Liberdade.

Eles, os antigos hebreus, comeram ervas amargas, cingiram os rins, tingiram de sangue a parede de suas casas, por sobre as soleiras das portas. O Anjo Exterminador não os visitou. Seus primogênitos foram poupados. Amassaram pães sem fermento, tomaram das túnicas e dos alforjes, e seguiram a pé, pelo meio do mar e do deserto, até que Deus os saciasse, dando-lhes o pão dos anjos - feito maná no deserto -, e a Lei da Vida - escrita com luz e fogo - no alto do Monte Sinai. Deus estava com eles, porque eles acreditavam em Deus e na Libertação. Por isso o Senhor esmagou Faraó seus carros e seus exércitos, e os fez o seu povo, e eles O tomaram por seu Deus - ADONAI ELOHENU - o admirável e o imortal - o Senhor da Páscoa. Seja esta memória de Liberdade, fermento capaz de animar a consciência política do Paraná e do Brasil com a vontade de atravessar o deserto das idéias, aceitar as Leis de Deus e da Libertação, e promover, aqui, e agora, a terra de Madiã.

Seja esta memória de Liberdade, homenagem aos filhos e filhas da Aliança mosaica que deram suas vidas, em todo ou em parte, para que a Humanidade permanecesse.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve REQUER depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de protesto ao Senhor Ministro da Saúde, Roberto Santos pela demissão da médica-sanitarista Suely Rosenfeld, Diretora da Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Medicamentos (DIMED).

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1987.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a demissão da Diretora da Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Medicamentos (DIMED), a médica-sanitarista Suely Rosenfeld, protestamos contra este ato que consideramos injusto por parte do Senhor Ministro da Saúde, Ro-

berto Santos.

Desde maio de 1985, a médica-sanitarista Suely Rosenfeld deu demonstração as mais evidentes da sua eficiência, competência e, principalmente, da sua preocupação em direcionar a DIMED para o atendimento aos interesses reais da população.

Foi assim que a divisão barrou e neutralizou as pressões de laboratórios apadrinhados por políticos ou multinacionais, interessados na multiplicação de rótulos, que em nada garantem a saúde do brasileiro; só asseguram, cada vez mais, polpudos lucros aos autores de tais manobras.

O País exige e espera que os compromissos assumidos com a Nação, na área de saúde, sejam cumpridos e respeitados. As autoridades tem o imperioso dever de resgatar a grande dívida social que tem para com os brasileiros. Não podemos mais sujeitarmos aos humores dos poderosos de plantão. O País quer e precisa da Medicina Social - em toda a sua extensão e reflexos.

E não pode a DIMED prescindir de técnicos e profissionais do gabarito e do nível de compromisso da médica-sanitarista Suely Rosenfeld. Ela é também a garantia de que o Ministério encara a proposta da Medicina Social com seriedade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, por seu Presidente, Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti e Vice-Presidente, Senhor Deputado Algaci Túlio, infra-assinados, com fundamento no § 1.º do Artigo 191, do Regimento Interno e considerando o disposto no § 5.º do Artigo 28, da Constituição do Estado do Paraná.

REQUER, da Douta Mesa da Assembléia, seja determinada a imediata inclusão, na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n. 288/86, da iniciativa do Poder Executivo que "Objetiva modificar alguns dispositivos da Lei Complementar n. 14, de 26.05.82 (Estatuto da Polícia Civil, visando pôr em prática o regime especial de trabalho policial na referida Lei Complementar e sua alteração pela Lei n. 19/84), tendo em vista ter o referido Projeto de Lei merecido Veto parcial do Senhor Chefe do Poder Executivo; encontrar-se desde 06 de janeiro na Comissão de Constituição e Justiça e não ter, até a presente data, recebido parecer, e ainda por ter o prazo constitucional de 45 dias, que começou a fluir em 02 de março p.p., e assim está prestes a expirar.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1987.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Presidente

ALGACI TÚLIO

Vice-Presidente da Comissão de Segurança

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, pedindo adoção de medidas de emergência para a suinocultura, no que concerne à formação de um estoque regulador de mercado de carne suína mínimo igual ao volume importado; revisão de garantia do preço mínimo do suíno, com base nos custos de produção calculados pela EMBRAPA; concentrar esforços para abertura de canais de exportação de carne suína; retenção do excedente de milho para garantir o suprimento do setor na entressafra; retenção de uma cota de farelo de soja para garantir o atendimento da demanda interna.

1. Presidente José Sarney;
2. Ministro da Fazenda, Sr. Dilson Funaro;
3. Ministro da Agricultura, Sr. Iris Resende Machado;
4. Governador Álvaro Dias;
5. Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Sr. Osmar Dias.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1987.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Suinocultura brasileira, presente em aproximadamente 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) propriedades, tem contribuído de forma decisiva no abastecimento do mercado interno de carnes. Prova disso, é que o setor apresentou um incremento de 12,5% (doze e meio por cento) em 85/86 e 20% (vinte por cento) em 86/87 (IBGE e CENSA/SC) em virtude do investimento maciço feito pelos produtores do setor.

Recentemente, com as importações de carcaças de suínos do Leste europeu, importunas e desnecessariamente autorizadas pelo Governo, aliadas à normalização do abastecimento de carne bovina, a suinocultura passou a enfrentar dificuldades com enormes prejuízos ao produtor, que pratica, no momento, preços abaixo dos custos de produção e uma queda acentuada na comercialização. Urge, portanto, a tomada de algumas providências emergenciais por parte do Governo, para garantir a estabilidade e a continuidade do processo produtivo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Mesa da Assembléia o encaminhamento de Apelo e Sugestão, ao Senhor Governador do Estado, no sentido seguinte:

1. O Estado do Paraná construiu, com recursos próprios, o trecho ferroviário Ponta Grossa-Apucarana, sendo que, após a

conclusão em 1975, foi o mesmo transferido, a título oneroso, segundo dados oficiais, para a Rede Ferroviária Federal S/A., tendo o Paraná créditos a receber da União no valor de alguns milhões de dólares. Inclusive, existindo processo tramitando na Justiça, da empresa construtora contra o Estado do Paraná, visando a cobrança de diferença de 160 milhões de dólares.

Dentro da política que vem sendo adotada pela atual administração do Estado, de cumprir com os seus compromissos e exigir, em contrapartida, o cumprimento dos consigo assumidos. Apresentamos à presente proposição em forma de apelo e sugestão, para que Sua Excelência o Senhor Governador aja com o máximo rigor na cobrança do crédito do Paraná com a União, pela construção do trecho ferroviário Ponta Grossa-Apucarana.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1987.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER da Mesa da Assembléia o encaminhamento de Apelo, dirigido ao Senhor Presidente da República e ao Senhor Governador do Estado, no sentido de que a construção do trecho ferroviário Curitiba-Paranaguá, receba tratamento prioritário, com sua inclusão nos programas de imediata execução do Governo Federal.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1987.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O trecho ferroviário Curitiba-Paranaguá, de vital importância para a economia do Paraná e do Brasil, permanece com a mesma estrutura de há cem anos, suportando hoje carregamento, que então se fazia em um ano, em um dia: "O recorde de vagões que subiram e desceram esse trecho em um mesmo dia é de 1.133 unidades".

Além dos trens de passageiros e litorina diários, em média dezessete trens de carga, sobem e descem a Serra do Mar. O movimento intenso deste trecho acabará por abalar suas bases, tornando-o intransitável e, conseqüentemente, com perdas irreparáveis para a economia do Estado e do País, se este segundo trecho não for construído em tempo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Rafael Greca, que este subscreve, pede a inserção nos Anais da presente sessão desta Assembléia, ouvido o Egrégio Plenário, de moção de apreço à empresa Mercadorama, da tradicional família Demeterco, na pessoa de seu Diretor Dr. Rui

Demeterco, pela promoção de brilhante campanha institucional - veiculada no mês de março - em rede paranaense de televisão, sobre as festas de 294 anos da instalação da Vila de Curitiba, então chamada Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba. Sala das Sessões, em 09 de abril de 1987.

(a) RAFAEL GRECA

Apoiamento: Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

A televisão é o mais poderoso veículo de promoção cultural. Deve ser educativa por excelência. A rede de supermercados da Família Demeterco, fiel às suas origens - em armazém de secos e molhados e ferragens na Praça da Matriz, hoje Praça Tiradentes -, marcou o aniversário da Cidade, muito mais do que a Prefeitura local, com imagens belíssimas de espaços culturais comuns a todos os Curitibanos: tomadas da Catedral (edificada entre 1876-1893), dos Parques Barigüi, Iguçu e do Bosque Papa João Paulo II, dos espaços culturais da cidade, no setor histórico e na Rua das Flores, e de rostos de curitibanos.

Não faltou a visão azul dos céus de Curitiba. Este tipo de publicidade reforça a consciência de cidadania, reporta a população, através da comunicação de massa, aos bens culturais que lhe são acessíveis, e sublinha a tradição de cidadania - contribuindo para dar ao povo a idéia de que é artífice, e não sujeito da história, e de que a História local lhe pertence, na paisagem e nos fastos.

A Rede Demeterco já havia imprimido a marca da Identidade Cultural Curitibana nas suas sacolas de supermercado, sempre com desenhos a nanquim de próprios comuns ao povo: o Palácio da Liberdade, hoje Museu Paranaense, a Catedral neo-gótica, o portão art-nouveau do Passeio Público, a Igreja da Ordem 3.ª de São Francisco, entre outros.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficialado a todos os Senhores Prefeitos Municipais do Estado do Paraná, encaminhando cópia da Lei n. 01/86, de 05 de junho de 1986, publicada no Diário Oficial n. 2.297, de 16 de junho de 1986, bem como da Lei n. 02/80, de 07 de julho de 1980, tornada pública pelo Diário Oficial n. 842, de 21 de julho de 1980.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1987,

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O artigo 4.º da aludida Lei, determina que serão afixados cartazes em tamanho e locais visíveis, com dizeres diretamente relacionados aos malefícios do fumo e os

conseqüentes prejuízos à saúde.

Embora outros atos já tenham sido editados no sentido de coibir o uso indiscriminado do fumo, em vários locais e dependências, os diplomas aludidos não têm sido respeitados, mesmo porque, são eles inespecíficos e gerais. De outra parte, vale referir que, sem uma válida campanha de esclarecimento sobre o mal causado pelo tabagismo, a população não se sensibiliza, dado ao conhecimento das proibições vigentes. Por outro aspecto, os editos anteriores não prevêm maior destaque.

Todas essas considerações estarão perfeitamente alinhadas se contarmos com o apoio incondicional dos Senhores Prefeitos Municipais que, por sua vez poderão conquistar para esta campanha, o apoio dos chefes de núcleos regionais, diretores e mestres de estabelecimentos de ensino.

Diário Oficial

Estado do Paraná

Atos do Poder Legislativo

LEI N. 01/86

DATA: 05 de junho de 1986.

SÚMULA: Proíbe o uso do fumo nas dependências das Escolas, Creches e Praças de Esporte do Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo nos termos do Art. 28, § 4.º da Constituição Estadual a seguinte Lei:

Art. 1.º - É proibido, a partir desta Lei o uso do fumo nas dependências de Creches e Praças de Esporte do Estado.

Art. 2.º Compete aos diretores e responsáveis dos estabelecimentos, a fiscalização do cumprimento do previsto no artigo interior.

Art. 3.º - Os infratores, sejam eles do corpo docente ou discente, serão inicialmente advertidos por escrito e, na reincidência, suspenso.

Art. 4.º - Nas dependências dos locais abrangidos por esta Lei, bem como pela Lei n. 02/80, serão afixados cartazes em tamanho e locais visíveis, com dizeres diretamente relacionados aos malefícios do fumo e os conseqüentes prejuízos à saúde.

Art. 5.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 05.06.86

Antônio Martins Annibelli

Presidente

Atos do Poder Legislativo.

LEI N. 02/80

DATA: 07 de julho de 1980.

SÚMULA: Que proíbe fumar nos veículos de transportes coletivos intermunicipal e no interior de estabelecimentos de ensino público estadual.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 28, § 4., da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica expressamente proibido fumar nos veículos de transporte coletivo intermunicipal e no interior de estabelecimentos de ensino público estadual.

Art. 2.º - O Poder Executivo, mediante Decreto, regulamentará a presente Lei, no prazo de 90 (noventa) dias, podendo prever a imposição da retirada do recinto em que se encontram ou multas até o valor de 3 (três) Unidades Padrão de Capital aos infratores e à empresa concessionária, ou ainda, penalidades administrativas aos responsáveis pelos estabelecimentos de ensino público estadual que não atenderem às normas previstas para o fiel cumprimento do artigo anterior.

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07.07.1980.

FABIANO BRAGA CÔRTEZ

Presidente

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja solicitada ao Senhor MARCOS ANTÔNIO ALBERTI, Diretor-Presidente da RADIPAR, em exercício, que seja colocada em funcionamento a torre de retransmissão de sinais de televisão, no Município de Iporã.

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação é levada a Vossa Senhoria, no sentido de se obter uma solução urgente para o problema apresentado, pois que a referida torre foi instalada no município aproximadamente há um ano. Porém, até hoje ainda não foi colocada em funcionamento, fato que vem trazendo grande descontentamento a toda a população iporãense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente de solicitação dirigida ao Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, pleiteando a construção de um anel viário, na sede do Município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

JUSTIFICATIVA:

Uma das principais razões é o crescimento vertiginoso do Município de Medianeira, decorrentes, inclusive, pelas Rodovias PTR-163 e PTR-495. Soma-se, a este processo, a BR-277 que corta a cidade-sede em toda a sua extensão. Esta rodovia, atinge severamente o Município de Medianeira pelo tráfego rápido e pesado, vindo de todos os Estados do Sul, Argentina e Paraguai, ocorrendo com isso, constantes acidentes, muitos com vítimas fatais.

Desta forma, entendemos que a construção de um anel viário em Medianeira só trará vantagens em curto e médio prazo para o Município e ao Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente urgente às autoridades abaixo nominadas, pedindo soluções que permitam a salvação do Rio Pirapó.

1. Governador Álvaro Dias;
2. Secretário da Agricultura e Abastecimento, Osmar Dias;
3. Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, Cleverson Vitório Andreoli.

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

O ofício encaminhado pela Câmara Municipal de Maringá, sugere a viabilidade de se firmar convênios com os municípios que fazem divisa com o Rio Pirapó, para o reflorestamento imediato das margens daquele manancial, tendo em vista as razões expostas adiante.

- O Rio Pirapó é um dos muitos rios paranaenses ameaçados de morrer, tendo em vista o desmatamento descontrolado que ocorreu nos últimos anos para dar lugar às lavouras, até às margens do rio, quando, além de degradar os solos, propicia a erosão, além de poluí-lo completamente, em razão dos agrotóxicos utilizados;

- Em consequência os peixes desapareceram, o Rio Pirapó se transformou em lodo, cheio de entulhos e perecido;

- A exigência da conservação das matas ciliares é legal, prevista no Código Florestal, mas não é respeitada. Em razão disso, para fazer prevalecer a lei e ao mesmo tempo proteger a natureza, a ADEAM - Associação de Defesa e Educação Ambiental de Maringá, está realizando um levantamento de todas as propriedades rurais e agrícolas das regiões norte e noroeste do Estado, que estejam situadas às margens daquele rio, para notificá-los (proprietários infratores) a iniciar o reflorestamento de suas terras.

- Há municípios, como Maringá, por

exemplo que, através da SANEPAR, utilizam e aproveitam as águas daquele rio para seu próprio abastecimento e, portanto, o rio não poderia estar poluído, para melhor servir a população.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após a manifestação do Plenário, seja oficiada ao ilustre Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, Senhor DELCINO TAVARES, a solicitação apresentada pelo Senhor Prefeito Municipal de Kalorê, abaixo citada:

- Liberação de recursos para ampliação do Hospital Municipal São Lucas, de Kalorê, em 231,42 metros quadrados, cujo projeto está orçado, preliminarmente, em Cz\$... 1.000.000,00 (hum milhão de cruzados).

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

A cada dia, aumenta o número de pessoas indigentes, à procura de serviços assistenciais, e o referido hospital não comporta acomodações suficientes ao atendimento da demanda, levando-se em conta o pequeno número de leitos que possui.

A solicitação se justifica, pelo fato de que constitui o atendimento médico-hospitalar, uma necessidade primordial, de responsabilidade do Estado e do Município, e cresce assustadoramente o número de pessoas que não possuem condições financeiras para arcar com o ônus da assistência médica.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiada ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Dr. HEINZ GEORG HERWIG, a solicitação apresentada pelo Senhor Prefeito Municipal de Kalorê, cujo teor é o seguinte:

- inclusão de Rodoviária na programação do DNER, a ser construída no Município de Kalorê-PR.

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

A pretensão ora requerida é justificada pelo grande afluxo de pessoas que diariamente necessitam dos serviços de transporte coletivo, sendo que o município não conta ainda com um local apropriado à carga e descarga de passageiros.

A construção de uma rodoviária no mu-

nicipio irá proporcionar benefícios múltiplos à população, que está a solicitar, constantemente, a solução do problema atualmente enfrentado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após a manifestação do Plenário, seja oficiada ao Senhor IVANIR OGLIARI, Diretor-Superintendente da CAFE DO PARANÁ, a solicitação apresentada pelo Senhor Prefeito Municipal de Kalorê, a seguir:

- Instalação de Posto de Serviços da CAFE DO PARANÁ no município de Kalorê-PR. Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

A apresentação do presente requerimento é justificada pela necessidade latente de prestar melhor atendimento aos produtores agrícolas do Município. O citado Posto de Serviços irá oferecer assistência e serviços que proporcionarão benefícios e conseqüente desenvolvimento à agricultura daquela região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiada ao Ilustre Secretário de Estado da Agricultura, Senhor OSMAR DIAS, a solicitação apresentada pelo Senhor Prefeito Municipal de Kalorê, a seguir:

- reativação do escritório local da ACARPA, no Município de Kalorê - Paraná.

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

A ACARPA é o órgão responsável pela assistência ao campo, prestando orientação aos agricultores. Porém, o escritório local da ACARPA do município encontra-se desativado no momento, fato que provoca a precariedade da assistência que deve ser dispensada à agricultura, que é um dos setores mais importantes da economia, merecedor de todos os recursos que possam trazer-lhe benefícios e desenvolvimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente de solicitação dirigida ao Diretor-Presidente da SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná, pleiteando

a implantação da rede de água potável na Área Industrial do Município de Medianeira.

sala das Sessões, em 09 de abril de 1987.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

JUSTIFICATIVA:

É do conhecimento de todos os Membros desta Casa, a nova política democrática e popular implantada pela Prefeitura Municipal de Medianeira, disto resulta uma grande procura e crescimento no setor comercial do município.

Desta forma, a implantação da rede de água potável na área industrial de Medianeira é de suma importância, haja vista o funcionamento e a previsão de novas instalações industriais e a implantação de um projeto da COHAPAR, com cem unidades, naquele local.

Conforme informações recebidas daquela Prefeitura, o Escritório Regional da SANEPAR de Cascavel já efetuou estudos para execução do projeto, faltando somente a efetivação prática do mesmo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Ewaldo Podolan, Diretor-Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para a ampliação da Escola "Telmo Octávio Müller, no Município de Marmeleiro.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1987.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se da maior escola do município, possuindo mais de mil alunos, e, no entanto, a Escola possui apenas doze salas de aula, estando todas ocupadas.

A Escola possui um grande número de livros, não existindo, porém, um lugar adequado para colocá-los. Desta forma prejudicando os alunos que não possuem um local adequado para pesquisa.

Destacamos também, a importância da Escola possuir um mini-auditório destinado a atividades recreativas e culturais.

c/cópia para:

VALDIR GAGLIOTO

DD. Presidente da Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual "Telmo Octávio Müller"

Av. Macali, 255

85.618 - Marmeleiro - PR

MARIA PERIN SCHAFFRATH

DD. Diretora da Escola Estadual "Telmo Octávio Müller"

Av. Macali, 255

85.618 - Marmeleiro - PR

JUVENAL GHETINO

DD. Prefeito Municipal de Marmeleiro

Av. Macali, 255

85.618 - Marmeleiro - PR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Egrégio Tribunal de Justiça, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Desembargador Mário Lopes dos Santos, seu Presidente, para que seja informado a esta Casa de Leis sobre eventuais providências no sentido de ser instalada a Comarca de Sarandi, próspero município deste Estado, localizado no Norte do Paraná.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1987.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Sarandi é um dos municípios paranaenses que mais cresce na região onde se situa. Já possui uma população de aproximadamente 50.000 (cinquenta mil) habitantes e 17.000 (dezessete mil) eleitores, possuindo, segundo estatística, o segundo maior orçamento da microrregião, tendo sido considerado um dos primeiros municípios em número de recadastramento eleitoral por ocasião da última campanha encetada pela Justiça Eleitoral.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, após ouvido o Plenário, pedindo apoio à reivindicação da Câmara Municipal de Mandaguáçu, para a construção de muros e calçadas no imóvel onde se encontra edificado o prédio da Cadeia Pública daquela Município.

1. Governador Álvaro Dias.

2. Secretário da Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes de Noronha.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1987.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

1. Em razão da ausência de muros, a segurança do edifício se torna altamente deficiente; e

2. a falta de calçadas dificulta o trânsito de pessoas e visitantes à Cadeia Pública.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que se encaminhe expediente às autoridades abaixo nominadas, pedindo a construção de um edifício onde possa funcionar a agência da EBCT Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, na sede do município de Sarandi.

1. Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Dr. Laumar Melo Vasconcellos;

2. Diretor-Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para o Paraná, Dr. Rones Ribeiro Laynes.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1987.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

1. Sarandi possui uma população de aproximadamente 50.000 (Cinquenta mil) habitantes.

2. O atual prédio da EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos está localizado e instalado em precaríssimas condições e funcionando com um número reduzido de funcionários, que não têm condições de atender à demanda de serviços que se propõe realizar, em prejuízo da população em franco crescimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja determinado o envio de expediente ao Dr. Evaldo Podolan, MD. Superintendente da FUNDEPAR, para a viabilização da construção de uma Quadra de Esportes na Escola São Joaquim, no Bairro São Joaquim de Cima, no Município de Santo Antônio da Platina.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1987.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Trata-se, no caso, de antigo anseio e aspiração dos jovens estudantes, não só do bairro de São Joaquim de Cima, como também dos demais bairros circunvizinhos, entre eles, Taquaral, Taquaralzinho, Santa Rita, Santa Joana e São Joaquim de Baixo, a fim de que todos possam praticar suas aulas de educação física. Existem, nos bairros enunciados, grandes parcelas populacionais, em sua maioria, estudantes, que não possuem uma quadra de esportes para a prática de exercícios de Educação Física. "Mens sana in corpore sano". A construção dessa Quadra de Esportes virá não apenas beneficiá-los, como contribuir para o seu desenvolvimento físico-mental.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Dr. Heinz Georg Herwig, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o encaminhamento do segmento de estrada ligando o Distrito Judiciário de Sede Progresso localidade de Vista Alegre - PR-180, que liga Francisco Beltrão a Dois Vizinhos, passando pelas localidades de Maracajá e Plano Azul, num trajeto de 12 km (doze quilômetros).

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1987.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Como representante da região, trazemos o clamor da população interiorana do Município de Verê a esta Egrégia Casa Legislativa. A estrada que liga o Distrito Judiciário de Sede Progresso à localidade de Vista Alegre - Município de Verê, desaguando na Estrada PR-180 - Francisco Beltrão - Dois Vizinhos, serve a uma região altamente produtora de Soja, Feijão, Milho e outros cereais, sendo igualmente responsável por grande produção de suínos.

Em épocas chuvosas, esse trecho fica intransitável por períodos muito longos, estrangulando a produção e constringendo os produtores a sérios e irreversíveis prejuízos. Mesmo outras opções de tráfego não diminuem os percalços a que ficam sujeitos, ainda que se considere a expectativa de asfaltamento da estrada Verê-Francisco Beltrão. A maioria dos proprietários, localizados na área do trecho para o que se solicita o encascalhamento, teria de percorrer distância muito maior para beneficiar-se do asfalto, persistindo o problema dessa opção nas épocas de grandes precipitações pluviométricas.

Isso exposto e para estudo ao justo clamor do grande número de produtores rurais localizados na área abrangida pela estrada Sede Progresso-Vista Alegre (PR-180) fazemos, respeitosamente, a solicitação através da Mesa da Assembléia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Gilberto Gerado Garbi, Presidente da TELEPAR, solicitando o andamento do processo que reivindica a instalação de aparelhos telefônicos de Discagem Direta a Distância, no Distrito de São Miguel do Cambuí - Município de Marialva.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1987.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Belmiro Valverde Jobim Castor, Secretário de Estado da Educação, para que estude a viabilidade de se doar um veículo Kombi para o Departamento de Educação do Município de Mandaguáçu, para o transporte de alunos e professores da comunidade.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1987.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, solicitando estudos no sentido de que os representantes comerciais autônomos possam adquirir veículos movidos a álcool gozando das mesmas prerrogativas e isenções asseguradas a taxistas.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1987.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Esta é uma reivindicação do Vereador Nereu Vidal César, da Câmara Municipal de Maringá, que ouve os clamores dos representantes comerciais autônomos, que mantêm posição muito mais destacada para os interesses da vida nacional. Não obstante, ainda assim, continua à margem desse benefício, mesmo apresentando trabalho produtivo e que permite a geração de incontestáveis riquezas, sobretudo a arrecadação de elevados índices de ICM, sem os quais a execução de obras de grande alcance social e de caráter imprescindível seria mera utopia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de muro de arrimo e calçada ao redor do terreno onde encontra-se localizado o prédio da Escola Estadual "Branca da Motta Fernandes", em resguardo às constantes reclamações recebidas pelo Vereador Ricardo Baletta, do corpo docente, bem assim dos Senhores munícipes, já que o bairro onde se localiza o estabelecimento de ensino apresenta elevada densidade populacional e, como tal, os problemas de inúmeras ordens comprometem, ocasionalmente, o bom andamento das atividades escolares, sem contar o aspecto estético, pois que, nas imediações, a maioria das propriedades se encontram perfeitamente adequadas à exigência desses benefícios.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1987.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário o encaminhamento de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Roque Piragine, Mui Digno Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de

que sejam executados os serviços necessários à distribuição de água nas localidades de Casa Branca do Oeste, Eliza e Pindorama, no Município de Xambê.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1987.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

A importância da água de boa qualidade para o consumo da população, é de tal maneira notória que qualquer argumentação sobre o seu papel na saúde pública já estaria relacionado no acervo do conhecimento popular sobre o assunto. Sendo assim gostaríamos de nos pautarmos na observação da existência, nas referidas localidades, de perfuração de poços semi-artesianos, ainda no ano próximo passado, faltando porém os equipamentos e instalações necessárias para a distribuição da água.

Considerando que este serviço e a manutenção do mesmo é de competência da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, peço que sejam tomadas as providências imediatas no sentido de viabilizar o pleito o mais rápido possível, pois se torna inadmissível localidades de porte das acima referidas não possuírem estes serviços, no estágio de desenvolvimento em que se encontra o nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Engenheiro José Reinaldo Carneiro Tavares, para agilização do funcionamento jurídico do Porto Comercial de Santa Helena.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1987.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

O Porto Comercial de Santa Helena, situa-se no pólo intermediário entre Foz do Iguaçu e Guaíra, encontrando-se, inclusive, na área central da produção agrícola e industrial madeireira do Paraguai, tendo funcionado no carregamento de cereais (trigo) pela CETRIN.

Sua localização é de fácil acesso, distando a 1.500 metros da sede urbana, que possui disponibilidade de recursos.

O Porto Comercial de Santa Helena, possui os seguintes itens técnicos:

- ligação asfáltica;
- rede de energia elétrica e abastecimento de água;
- silo com elevadores para carga e descarga;
- rede telefônica;
- área disponível para os setores administrativos e técnicos;
- travessia de barco para passageiros, diariamente, unindo o município de Santa

Helena, no Paraná, ao Porto Índio, no Paraguai;

- Inspeção da Receita Federal no Município de Santa Helena;
- sede do Banco do Brasil;

Atualmente, com o seu funcionamento, o Porto Comercial de Santa Helena, atenderá à COTREFAL, abrangendo sete Municípios, além da importação e exportação de produtos entre Brasil-Paraguai e Argentina; auxiliará, inclusive, em reduzir em 30% (trinta por cento), o tráfego sobre a Ponte da Amizade que liga Foz do Iguaçu a Porto Stroessner.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Antônio Lopes de Noronha, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando seja autorizada a construção de muros e calçadas no imóvel onde se encontra edificado o prédio da Cadeia Pública do Município de Mandaguçu.

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a execução da Rodovia BR-548, trecho compreendido entre a BR.376 (Mandaguçu)- Ângulo, passando pelo Distrito de Pulinópolis.

Esta rodovia já encontra-se projetada e, em muito virá beneficiar a produção agrícola do Município.

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Mário Lopes dos Santos, Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, solicitando os levantamentos necessários para a elevação da Comarca de MARIALVA, de Comarca Inicial para Comarca Intermediária.

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regi-

mentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Mário Lopes dos Santos, Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, solicitando estudos no sentido de se instalar a Comarca de Sarandi.

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Sarandi conta com 17.000 (dezessete mil) eleitores e com, aproximadamente, 50.000 (cinquenta mil) habitantes, necessitando assim, com justiça, a instalação de Comarca.

O crescimento populacional de Sarandi é de 120 construções por mês. Sarandi é o segundo maior centro populacional da Microrregião-9, também, o segundo maior arrecadador do Fundo de Participação dos Municípios.

Setenta por cento dos problemas da Comarca de Marialva são originados pelo Município de Sarandi.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Mário Lopes dos Santos, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando estudos para a modificação no Projeto de Construção do prédio que abrigará o novo Fórum no Município de Marialva, tendo em vista a solicitação feita para elevação do Município de Comarca Inicial para Intermediária.

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor GILBERTO GERALDO GARBI, DD. Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um Posto de Serviço Telefônico na Colônia Augusta Vitória, Município de Ortigueira.

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

A comunidade da Colônia Augusta Vitória, dotada de grande índole para o trabalho e que muito tem contribuído para o desenvolvimento do Paraná, necessita de um Posto de Serviço Telefônico a fim de facilitar a sua comunicação com outras localidades.

Tenho certeza, ficará o povo da referida Colônia, muito agradecido, se tão importante solicitação for atendida, pois na atualidade a comunicação telefônica é pra-

ticamente imprescindível para o ser humano viver em coletividade.

Dessa maneira, espera-se da Telecomunicações do Paraná, o encaminhamento das medidas pertinentes ao fato, no sentido de viabilizar a instalação do Posto de Serviço Telefônico solicitado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor ORLANDO SOARES CARBONAR, Embaixador do Brasil no Paraguai, solicitando sua interferência com vistas à solução do problema das indenizações dos agricultores brasileiros que tiveram suas terras alagadas por ocasião da formação do Lago de Itaipu.

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA.

JUSTIFICATIVA:

Em anexo, carta do Senhor JOÃO CARNEIRO GIRALDES; Endereço para correspondência.

c/cópia para:

JOÃO CARNEIRO GIRALDES

Rua Julio Meneguetti, 267

Jardim Novo Horizonte.

21.550- MARINGÁ - PR

Endereço para correspondência:

Ilmo.Sr.

ORLANDO SOARES CARBONAR

Calle 25 de Maio, 1875

esquina c/ General Aquino

ASSUNCIÓN- PARAGUAY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Paulino José Delazeri, no uso suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente de solicitação dirigida ao Diretor Geral de Navegação do Interior da Superintendência Nacional da Marinha Mercante (SUNAMAM); Almirante Luiz Fernando da Silva Souza, para que seja implementada a passagem por balsa entre Porto Britânia. Distrito de Pato Bragado, ligando a Porto Marangatú (Paraguai), e outra de Porto Mendes ligando a Porto Adela (Paraguai), ambos no Município de Marechal Cândido Rondon (Brasil).

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

JUSTIFICATIVA:

Os Municípios do Oeste do Paraná que fazem fronteira com o Paraguai, sempre representaram um referencial econômico político e social para os brasileiros.

A normalização de ligações por balsa entre os portos mencionados somente virá ao encontro das aspirações dessas comunidades, facilitando, desta forma, o acesso e melhores condições de assistência so-

cial, de comércio e cultura.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado RAFAEL GRECA que este subscreve, ouvido o Egrégio Plenário, considerando o elevadíssimo valor cultural, histórico, e de análise sociológica e científica do documento básico com o qual a Reverendíssima Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, da Igreja Católica Apostólica Romana, exorta seus fiéis e os homens e mulheres de boa vontade à cumprirem os ritos penitenciais de preparação da próxima Páscoa, pela reflexão sobre o problema do MENOR ABANDONADO, no Brasil, REQUER:

. a inserção nos Anais da Casa, do referido documento, publicado pela CNBB, em Brasília, sob a responsabilidade pastoral de Dom Luciano Mendes de Almeida, brilhante e lúcido secretário geral da CNBB;

. a distribuição, pelo Cerimonial da Casa, do mesmo documento a todos os Deputados, no momento em que a REFORMA ADMINISTRATIVA do Governo do Estado propõe a extinção do IAM- Instituto de Assistência ao Menor, para subsídios de discussão e, queira Deus, para proveito intelectual e espiritual capaz de iluminar a consciência política desta Casa e de nossos Pares;

. o envio de cópia deste requerimento à CNBB, de endereço, SE/SUL, Quadra 801. Conjunto B, Brasília, DF, 70401, e a Suas Excelências Reverendíssimas, os Arcebispos e Bispos das Arquidioceses e Dioceses do Paraná, como prova de reconhecimento do meritório trabalho realizado, também passível de admiração ecumênica, enquanto subsídio para uma nova ordem política e social, mais justa e mais fraterna, e portanto, purificada de egoísmo e plena de patriotismo libertador.

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) RAFAEL GRECA.

Apoiamento: Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

+QUEM ACOLHE O MENOR, A MIM ACOLHE... Jesus Cristo, conforme os Evangelhos Marcos, 9,37./ Marcos 10,13-16./ Mateus 18,1-5./ Lucas, 9,46-48./ Mateus 19,13-15 e Lucas 18,15-17.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, da matéria intitulada "Janela Indiscreta - Compromisso com a Moral", publicada no Jornal "Correio de Notícias" aos 09.04.87, tendo como autor o jornalista Renato Shaitza.

REQUER, outrossim, que da decisão deste Plenário se dê ciência ao autor da presente matéria.

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

Apoiamento: Algaci Túlio.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição, nos Anais desta Casa, do Editorial "A Jeremiade do Paraná", publicado no Jornal "Gazeta do Povo", do dia 05 de abril de 1987, haja visto que reflete uma realidade econômico-político-social de interesse de todos os paranaenses.

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa Executiva, após ouvido o Plenário, a transcrição do editorial "Além da Compreensão do Paraná" publicado no Jornal "Gazeta do Povo", datado de 07.04.87.

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento: Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

O Presidente José Sarney autorizou o Ministério dos Transportes a iniciar as obras de construção das ferrovias "Norte-Sul" e "Leste-Oeste", sendo que esta última deverá ser concluída no prazo de dois anos e meio, ambas dispendendo vultuosas verbas. Tal autorização deixa perplexos os paranaenses, que há decênios lutam pela construção da Ferrovia da Produção, como a mais viável alternativa de descongestionamento da já esgotada BR-277 (Foz do Iguaçu - Paranaguá), por onde é escoada a produção de grãos das regiões Sudoeste e Oeste do nosso Estado, além da produção Paraguaia.

A "Ferrovia da Soja" ou "da Produção", dada a sua estratégica importância, não só para o desenvolvimento do Paraná e do Brasil mas também em relação às prioridades diplomáticas brasileiras no que diz respeito a noções de Metas do Governo Federal. Ora, ao contrário das ferrovias cuja construção foi autorizado pelo Presidente Sarney, que transitarão por regiões de escassa produção econômica e por espaços de densidade econômico-social sensivelmente baixos em relação às regiões a serem percorridas pela "Ferrovia da Produção", esta se constituiria em um caminho natural para o Norte da Argentina, em um empreendimento que possibilitaria a Nação Guarani alcançar o Atlântico de forma muito mais fácil e econômica, e num canal de integração com os Estados mediterrâneos do País, que integram o Centro-Oeste.

Além disso, a extensão da ferrovia da

Serra dos Carajás até Anápolis, em Goiás, bem como a expansão dos troncos ferroviários em Minas Gerais, interligando toda a malha ferroviária da região Centro Oeste/Sudeste, proporcionará o deslocamento das culturas de soja para o Cerrado.

Isto se dará porque o sistema ferroviário reduzirá os custos finais da soja produzida no Brasil Central, fazendo com que a soja paranaense se inviabilize em razão dos custos de transportes da produção.

Faz-se mister que as lideranças paranaenses estejam atentas para este crucial problema, que inexoravelmente irá se abater sobre a economia de nosso Estado.

No futuro, quando a soja talvez já se tenha reunido ao folclore da erva-mate e do café, os paranaenses hão de se lembrar daqueles que no passado se omitiram, ou não realizaram os esforços necessários para que o ciclo da soja não tivesse encontrado seu fim na "Terra das Araucárias".

As autoridades federais esquecem os frutos pródigos que a terra paranaense já proporcionou à União. E esse esquecimento se traduz em não construir a "Ferrovia da Produção", no Paraná.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 036/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art.1.º - Fica declarada de utilidade pública a Associação das Pequenas e Médias Empresas do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

JUSTIFICATIVA:

"A Associação das Pequenas e Médias Empresas do Paraná," entidade que se pretende declarar de utilidade pública, tem como sede e foro a Cidade de Curitiba- Estado do Paraná, situada à Rua Monsenhor Celso, n. 272- 5.º andar, centro, registrada sob o número 3520, no Livro "A", do Registro Civil das Pessoas Jurídicas no Registro de Títulos e Documentos instalado à Rua Marechal Floriano, n. 256, nesta Capital, inscrito no CGC sob o número 75768093/0001-06, encontra-se em efetivo exercício e serve desinteressadamente à coletividade, não renuncia a qualquer título os cargos da sua Diretoria, tampouco distribui lucros, bonificações ou vantagens aos dirigentes ou mantenedores; e tem sua duração, denominação e finalidades reguladas por estatuto social.

A Associação das Pequenas e Médias Em-

presas do Paraná, tem como objetivo básico a defesa dos interesses de seus filiados hoje em torno de 1.700, bem como das micro, pequenas e médias empresas paranaenses, às quais presta serviços de grande utilidade pública, além disso, a referida associação tem por objetivos a discussão e orientação para a criação de Micro e Pequenas Empresas; realização de cursos profissionalizantes; fomentação ao associativismo; a realização de convênios com profissionais liberais, comércio e indústria.

Desta forma, entendemos ser de grande importância para o fortalecimento das Pequenas e Médias Empresas do Paraná, que a Associação tenha o reconhecimento de utilidade pública nesta Casa de Leis".

PROJETO DE LEI N. 037/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a CASA LATINO-AMERICANA (CASLA), com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) ACIR MEZZADRI.

JUSTIFICATIVA:

A Casa Latino-Americana é uma sociedade civil, de direito privado e de caráter cultural, que tem por finalidade precípua pugnar pela integração e soberania dos povos latino-americanos e por seus direitos fundamentais.

Além de difundir a cultura latino-americana, através de publicações diversas, desenvolve estudos e pesquisas sobre a história, economia, literatura, artes e outras manifestações culturais dos nossos povos.

Uma entidade que se propõe à elevação, projeção e defesa dos povos de uma América tão sofrida e espoliada, da qual fazemos parte, sem dúvida é merecedora de nossas atenções e dos benefícios que o Estado possa lhe conceder.

Razão pela qual, apresentamos o presente Plano de Lei, para o qual solicitamos o devido apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N. 038/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarado de Utilidade Pública, o PROJETO MENINOS DE RUA DE LONDRINA, com sede no Município de Londrina.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHEITI.

JUSTIFICATIVA:

O "PROJETO MENINOS DE RUA DE LONDRINA", objetiva conquistar o menor, em vias de marginalização, educando-o e integrando-o na sociedade, admitindo menores na faixa etária entre sete e quinze anos de idade, levando o menor a desenvolver suas capacidades, estimulando suas lideranças de livre escolha, promovendo o bom relacionamento e a participação do menor na família, na escola, na vizinhança, nos grupos, no trabalho e na comunidade.

Diante do exposto, levando-se em consideração a relevância social da matéria, temos certeza do apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 039/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mandirituba - A.P.A.E., com sede e foro na Cidade de Mandirituba.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

De acordo com a Lei n. 6.994/78, estamos apresentando o Projeto de Lei que declara de utilidade pública estadual, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro na Cidade de Mandirituba, fundada em 09 de junho de 1977, com suas atividades em perfeito andamento, conforme comprova a documentação anexa, procurando dar toda a assistência necessária, contando com o apoio incondicional de toda a comunidade, de voluntários e principalmente de sua abnegada Diretoria, aliada aos profissionais especializados residentes na cidade, procurando sempre desenvolver um trabalho voltado para o bem comum, e, principalmente, na tentativa de solucionar, no local, o problema do excepcional carente.

A Entidade está devidamente registrada sob n. 60 às fls. 105, do Livro AN-1, do Registro Civil de Títulos e Documentos da Comarca, em data de 21 de setembro de 1977.

Seu Estatuto por si traduz a elevada significância social da Entidade, pois, define com seus objetivos específicos, medidas que visem assegurar aos excepcionais seu bem-estar e ajustamento à sociedade.

As razões aqui explicitadas nos convencem da oportunidade do presente Plano de Lei, para o qual solicitamos o devido apoio dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Nilton Barbosa.

(Pausa).

Ausente, concedo a palavra ao Senhor Deputado José Felinto.

(Pausa).

Ausente, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

(Ausente).

Passamos ao Grande Expediente. Consulto o Deputado Raul Lopes se fará uso do Grande Expediente.

(Pausa).

Ausente, Deputado José Felinto.

(Pausa).

Ausente, o Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

(Pausa).

Ausente, o Senhor Deputado Algaci Túlio, inscrito, fará uso da palavra no Grande Expediente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Subimos à esta tribuna, nesta manhã de quinta-feira, para traçar alguns detalhes, alguns levantamentos que fizemos a respeito dos problemas atuais que atingem nosso Estado como de resto também o nosso País.

Hoje, nós queremos abordar, desta tribuna, um assunto por demais importante, que merece a atenção de todos e que hoje, vejo com alegria nas páginas dos jornais mostrando a preocupação de Sua Excelência o Governador do Estado com a Ferrovia da Produção. E nós tínhamos preparado há dez dias, onde estávamos inscritos para o Grande Expediente para abordar exatamente este assunto. A importância de um novo corredor desta Ferrovia, principalmente, no trecho Curitiba-Paranaguá, isto porque, e na seqüência do meu pronunciamento vou dar detalhes, vou dar informações da situação em que se encontra hoje esta Ferrovia que liga Curitiba ao nosso litoral.

O ano que entra, repete o drama vivido pelos caminhoneiros que transportam as safras de grãos do Estado do Paraná para o Porto de Paranaguá.

Extensas filas de mais de 50 Km de extensão se formam obrigando os caminhões a esperarem dias para entregarem a sua carga. Isto é evidente, encarece sobremaneira o transporte e, como se já não bastasse a alta constante dos combustíveis, de peças e outros fatores que implicam no transporte.

A necessidade de se estudar a adoção de meios de transportes que exijam menor quantidade de energia, propulsora por unidade transportada, tem sido uma preocupação nossa, porque não podemos aceitar que

Governos entrem e saiam, sem se preocuparem com esses meios, permitindo, pela omissão, os dramas vividos pelos diversos setores, desde o agricultor que encontra dificuldade em tirar a sua safra do campo, até o caminhoneiro que perde tempo precioso para entregar a sua carga, tudo contribuindo para o caos econômico em que vive o nosso País. Problemas como esse que exigem estudos para que haja um estímulo permanente à adoção, como já dissemos de meios de transportes mais baratos e viáveis são deixados de lado para preocuparem-se com a manutenção do poder.

Vejam, Senhores Deputados o Jornal do último domingo. "O Estado do Paraná" dá em manchete: "Denúncia de Golpismos Agitam a Constituinte", "Delfim Descarta Golpe"; os jornais da semana que passou, dão em destaque a notícia: "Sarney Denuncia Golpismo e Defende Mandato de Seis Anos", segundo esta informação, o Presidente da República teria identificado uma campanha orquestrada para desestabilizar o seu governo, na qual estariam envolvidos, desde banqueiros internacionais até candidatos a sua sucessão, como Ulysses Guimarães, Mário Covas, Aureliano Chaves e outros.

Senhores Deputados, os jornais publicam também o desmentido do Presidente Sarney que declarou ser sem fundamento a notícia. Realmente, nós também não acreditamos na possibilidade de um golpe, como se pretende supor. Na verdade, não há, em gestão, este golpe. Agora, uma coisa é certa, o que existe é uma cortina de fumaça para encobrir a realidade que vivemos; não há dúvida quanto ao fato de que, mais uma vez os detentores do poder pretendem nos passar o atestado de idiotas. O Governo Central não tem soluções para os destinos que cometeu e manipulando como sempre manipulou os meios de comunicação, pretende garantir o mandato de seis anos de seu Chefe.

A imprensa está aí, mostrando que o Presidente da República não pensa em outra coisa a não ser ficar seis anos no Poder. Vejam, a "Folha de São Paulo":

"Cruzado Fugiu do Controle, afirma Sarney", o Presidente admite que o Governo perdeu o controle do Plano Cruzado, mas teima em dizer que está tudo azul, que não há motivos para preocupações. A posição do PMDB, o Partido do Governo ao mesmo tempo que questiona o poder, também o disputa. Então, não dá para entender este emaranhado de coisas. O PMDB que ainda não conseguiu sair de sua posição de Oposição e assumir o seu lugar de direito que é o Partido do Governo do PMDB, ao mesmo tempo, reconhece publicamente que o barco está afundando porque a política econômica adotada é reconhecidamente falha e passa a defender o seu executor, o Senhor Dilon

Funaro, contra os provocadores. Dá para acreditar ou será que estamos brincando de faz-de-conta? Como dissemos, a única verdade, realmente é a cortina de fumaça que temos diante de nossos olhos. Não existe o golpismo falado e contado, a verdade é outra! E hoje, mesmo a imprensa e o povo tomam conhecimento, de um movimento de Governadores, que pretendem, evidentemente pedir a cassação dos Ministros, para uma reforma ministerial, e se preocupam também com o mandato do Presidente Sarney. Então, é preciso que tenhamos alguma coisa de mais concreto para que o povo seja bem informado, para que o povo saiba o que está acontecendo no Planalto, em Brasília, para que o mesmo saiba que os Constituintes passarão, de ora em diante a se preocupar com a constituinte, não com sucessivos encontros de Governadores, do Presidente com banqueiros, com os industriais. Tudo isso merece uma análise mais profunda uma reflexão de todos nós!

Mas, eu dizia, no começo, que a minha vinda a esta tribuna, hoje, era para abordar o problema do nosso corredor de exportação. Questionando aqui vários problemas e trazendo a este Plenário para um debate que espero que os demais companheiros possam também participar deste assunto que é deveras importante para a economia do nosso Estado e por que não dizer do nosso País.

Vejam bem! Nós tivemos a construção da Ferrovia Curitiba-Paranaguá. Como de costume, quando nos reunimos com nossa assessoria política para estudarmos os assuntos que gostaríamos de abordar aqui nesta tribuna, surgiu este tema que é bastante preocupante e de grande importância. E procuramos direcioná-lo para a Ferrovia Curitiba-Paranaguá.

Tenho certeza que poucos dos nossos Colegas sabem que essa Ferrovia Curitiba-Paranaguá foi inaugurada a 2 de fevereiro de 1885. Anotem bem, 2 de fevereiro de 1885, ainda no Império, e que até hoje, decorridos mais de cem anos, permanece tal como foi construída. É evidente que essa obra é uma das maravilhas da engenharia. Foi construída para durar uma geração, só que não se imaginou que hoje essa Ferrovia teria que suportar sobre a mesma infraestrutura, carregamentos que se faziam em um ano, agora se faz em um dia.

Este é o assunto principal e que me causa preocupação. Vejam bem! Fizemos uma pesquisa junto à Rede Ferroviária Federal, e é esta mesma quem afirma. No dia 15 de março, por exemplo, os jornais de Curitiba divulgaram um "release" da Assessoria de Comunicação, da Regional de Curitiba, dando conta que durante o último mês de janeiro, um total de vinte e seis milhões de toneladas de mercadorias, por quilômetro

útil, foi transportado por essa Ferrovia.

Isso corresponde a novecentos e trinta e três mil toneladas úteis de mercadorias que foram enviadas ao corredor de exportação de Paranaguá. Esses números assinalam um novo recorde de transporte de carga por parte da Rede Ferroviária Federal do Paraná, uma vez que corresponde a um aumento de 26% do total de mercadorias transportadas durante o mesmo período do ano passado.

A Rede Ferroviária do Paraná, está eufórica, porque está se tornando conhecida como a regional dos recordes.

E, a nós, isto preocupa e bastante, apesar da excelente construção dessa nossa Ferrovia, feita há mais de cem anos. Será que ela vai aguentar este crescente movimento? Será que vai resistir eternamente ao peso e às trepidações a que é submetida diariamente?

Vejam aqui o que diz uma outra nota: "O trecho ferroviário que liga Curitiba a Paranaguá é um dos que apresenta as características técnicas mais críticas da Regional Curitiba, da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima. Dos cento e dez quilômetros da centenária linha, quarenta são de serra, que vão de Roça Nova até Morretes. Nesse segmento existem fortes rampas de 3,2%, raios de curva de 73 metros. Há uma sucessão de quatrocentos e vinte obras de arte e treze túneis, e apesar do rigor do traçado, além dos trens de passageiros e litorina diários, há dias em que dezessete trens de carga tracionados por quatro locomotivas acopladas, descem à Serra do Mar, enquanto que outros onze trens fazem o sentido de subida."

O recorde de vagões que subiram e desceram esse trecho no mesmo dia, é de um mil cento e trinta e três vagões. Então, vejam o movimento que apresenta esta Ferrovia Curitiba-Paranaguá. E é por isto, Senhor Presidente, e Senhores Deputados, que estamos encaminhando hoje, à Mesa da Assembléia Legislativa, uma proposição em forma de sugestão, a ser encaminhada ao Governo Federal, para que este trecho ferroviário de vital importância para a economia do Paraná e do Brasil, porque o nosso Estado, o maior exportador de grãos do País, para que se construa de imediato, um segundo trecho ferroviário, ou seja, a duplicação da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá.

Vejam, Senhores Deputados, conforme mencionamos há pouco, são mais de mil vagões subindo e descendo diariamente esse trecho ferroviário. O que acontecerá se o movimento cada vez mais intenso desta ferrovia, Curitiba-Paranaguá, acabar por ser atalhado?

Evidentemente, será atalhado por este movimento intenso, de sobe e desce de va-

gões. Suas bases vão se tornar intransitáveis. Nós só teremos uma saída, a construção às pressas, do segundo trecho ferroviário; então, as autoridades federais poderiam dar esta prioridade, agora, sobre a construção deste trecho, quando poderão fazê-lo com muito mais calma, outros trechos agora, já mencionados, como o trecho daqui, de Curitiba, de Ponta Grossa, ao Mato Grosso, ligando até a outro País.

Acho de vital importância que se dê prioridade neste momento, ao trecho Curitiba-Paranaguá, pela precariedade em que se apresenta.

Concedo o aparte ao Senhor Deputado Caíto Quintana, pela ordem.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu solicitei um aparte a Vossa Excelência, porque exatamente quando a Mesa começou chamar à inscrição do Grande Expediente, eu levantava daqui, para ir ao meu gabinete, quando Vossa Excelência subiu à tribuna, porque pretendia exatamente abordar um assunto com uma relação muito grande ao que Vossa Excelência está colocando; talvez, mais abrangente, mas dentro do mesmo espírito, sobre a rodovia da produção.

Fico feliz, de ver Vossa Excelência abordar este assunto da tribuna, porque é chegada a hora de todos nós paranaenses cobrarmos uma definição imediata da questão da Ferrovia da Soja, ou ferrovia da produção, ou seja o nome que for, com os grandes estudos já elaborados, mostrando que o Estado do Paraná, um Estado essencialmente agrícola, com um congestionamento nas nossas estradas, necessita, por diversas razões, da construção da ferrovia da produção.

Vossa Excelência coloca da tribuna, uma sugestão interessante, entre tantas sugestões que existem, para se superar o grave problema da Serra do Mar, no que diz respeito à ferrovia. Muitos estudos existem desde teleférico, até a sugestão de Vossa Excelência.

O importante, Deputado Algaci Túlio, é que nós venhamos dar, neste instante, um amplo debate sobre a ferrovia da produção, para que algumas destas sugestões sejam postas em prática imediatamente. Tenho visto pela imprensa, e aqui tenho a "Gazeta do Povo", no dia 29 de março de 1987, em que o Ministro Reinaldo Tavares assina o edital de concorrência, da elaboração do projeto da ferrovia Sertaneja, que ligará Salgueiro à Petrolina, em Pernambuco, e Missa Velha, no Ceará. Uma outra ferrovia foi autorizada ligando Brasília ao Maranhão.

Todas estas ferrovias, nobre Deputado, não têm a menor perspectiva de que sejam rentáveis. Ao passo que a ferrovia da produção, pelos estudos elaborados, e pela

interligação de transporte de grãos e minérios, integrando ao nosso Porto de Paranaguá a produção do Paraguai e do Mato Grosso, somado a produção do Estado do Paraná, ela no primeiro dia de funcionamento, seria uma ferrovia lucrativa, com uma série de considerações das mais importantes; hoje, nobre Deputado, nós temos um custo das cooperativas do Paraná de setenta dólares a tonelada, para o transporte de grãos do Estado do Paraná até o Japão. Numa integração de ferrovia, nós baixariamos para 25 dólares a tonelada desse transporte, o que poderia reverter em lucro para empresa, e poderia reverter inclusive em repasse ao próprio produtor e no aumento do preço mínimo do produto, porque ele pode chegar ao mercado consumidor com preço mais competitivo. Hoje, a estrangulação do problema agrícola brasileiro, é que o custo do nosso produtor agrícola a chegar no mercado consumidor, é muito alto e sendo alto, não tem competitividade e sem a mesma o Governo não pode aumentar o preço mínimo.

Por isso, parabenizo Vossa Excelência e virei ao assunto também, e espero que Vossa Excelência e outros Parlamentares nos ajudem, e ao Paraná, neste momento, a levantarmos a voz, porque encontram-se bastante adiantadas as conversações da Ferrovia da Produção: mas, a ressonância dessa vontade paranaense está um pouco adormecida, precisamos levantar aqui e agora a Ferrovia da Produção, para que ela saia dos projetos e passe para a execução.

Não importa, nobre Deputado, se o início dela for a duplicação de Curitiba à Paranaguá, se for Guaíra a Cascavel, a ordem de preferência não importa; importa é que nós comecemos de uma vez isso que poderá ser a redenção na economia do Paraná e a definitiva consolidação do Porto de Paranaguá. Parabenizo-me com Vossa Excelência.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Caíto Quintana.

Vossa Excelência traz detalhes também importantes, sugestões importantíssimas para este assunto, que eu acho que esta Casa tem que levantar a bandeira, a prioridade dessa ferrovia e apenas a título de ilustração aos Parlamentares, há o artigo publicado num jornal paulista, assinado por Fernando Sabino e que diz o seguinte:

"Quem já viajou pelo interior dos Estados Unidos ou da Europa, pôde ver a quantidade de trens circulando por todo o lado; não se anda dez quilômetros em qualquer direção sem ver pelo menos um trem cortando a paisagem até onde a vista alcança".

E no Brasil, em especial no Paraná, um Estado eminentemente agrícola, nós vemos

toda essa produção sendo puxada via rodovia, por comboios de caminhões parados nas estradas, durante dias e até semanas, com prejuízos incalculáveis e não temos, evidentemente, uma política mais voltada para a construção dessa ferrovia.

Quem sabe agora, com o Governo de Álvaro Dias, com as cobranças que Sua Excelência vem fazendo a nível federal, nós possamos ver este sonho realizado.

O Sr. Rafael Greca - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Algaci Túlio, talvez quando um antigo Presidente da República brasileira, disse que governar era abrir estradas, tivesse a história, malfadadamente, registrado para os destinos do Brasil que governar era abrir estradas por rodovias e tivesse o Brasil esquecido das ferrovias.

Eu imagino que isto tenha uma razão histórica, porque o trem antigo ou era inglês ou era francês, jamais era brasileiro e nós não tínhamos, na época, nenhuma indústria suficientemente aparelhada nem pessoal técnico. Então era de segurança nacional, que ao tempo do Marechal Dutra se buscasse mesmo o caminho do rodoviarismo.

No entanto, já há a possibilidade de se fazer por soluções até brasileiras o transporte ferroviário.

Parabenizo Vossa Excelência pelo seu pronunciamento. Gostaria de trazer à consciência desta Casa, que o Senador Afonso Camargo, em mandato anterior, no Governo anterior, já no PMDB e ainda biônico, foi Ministro dos Transportes, representando o Paraná, na época, sequer esboçou qualquer medida mais forte, no sentido de reforçar esse corredor de exportação, de maneira que tudo por enquanto fica em discurso para a história, jamais em ação.

Eu visitei o Distrito do DNER local, e descobri que lá não há verbas para se comprar as latas de tintas amarelas e brancas necessárias para sinalizar as rodovias como essa em que a morte vai de carona com todos os passageiros, entre Curitiba e Joinville. E descobri que o Paraná foi contemplado com uma tímida duplicação da BR-277 no trecho entre Guarapuava e Laranjeiras do Sul, que ainda se arrasta com essa duplicação apressada e eleitoral do trecho Curitiba e Ponta Grossa. Aliás, um viaduto andou caindo por lá um dia destes e os jornais aqui de Curitiba andaram dizendo que era reflexo do terremoto da Placa de Nasca que fica no Equador, lá no Oceano Pacífico, e que teria feito qualquer vibração aqui nos Campos Gerais. Realmente, é risível esse pretexto.

Há que se lembrar também - já que fala Vossa Excelência de corredor de exportação - que se faz de maneira tímida o contorno

norte de Curitiba que rasga o seu Município de Almirante Tamandaré em direção a Quatro Barras, mas nem se começou a esboçar, embora tivesse havido até proposta para colocação em concorrência, sobre o contorno de Curitiba que ligaria a Estrada de Campo Largo, ou seja, a Rodovia do Café, com a BR-116 já no Município de Quatro Barras, pelos Municípios de São José dos Pinhais, de Piraquara e depois de Quatro Barras.

De maneira que, de timidez, eu acho que no Brasil nós somos os campeões, aliás, somos campeões em timidez e parece também que em economia de inteligência no trato com o Governo Federal. Dizia um outro dia, uns Deputados mineiros quando da extinção do CENDI "que ótimo que se feche essa agência de fomento industrial porque todos os projetos de indústrias que iriam para o Paraná pelas mãos desses agentes, nós vamos tratar logo de trazer para Minas Gerais".

Era isso, Deputado Algaci Túlio, lamentavelmente, o Paraná fica sendo só o cartão postal da mais bonita ferrovia do mundo, aquela dos velhos italianos, do engenheiro Rebouças, do esplendor imperial de D. Pedro II, de Dona Tereza Cristina, mais o Conde D'Eu e a Princesa Isabel, determinando a sua execução e subindo a serra ao som do apito da Maria Fumaça. E só. O resto, o resto é a tragédia dessas estradas onde a morte vai de carona, e uma das quais com certeza, qualquer dia, um de nós pode até ser vítima, como aliás já foi o Deputado Luiz Gabriel Sampaio que uma vez, em um tempo honrou este Parlamento. Era isso.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Rafael Greca.

A importância da ferrovia, a economia tão necessária a nossa já naufragada economia, que exatamente pelos gastos supérfluos, pelo carnaval que se fez com nossas divisas, comprando-se do exterior, arroz e milho podres, café com pragas, carne mumificada, está na situação em que estão todas as formas de se bem empregar o dinheiro do povo.

É o que estamos fazendo, além de tentarmos impedir que se faça como sempre neste Brasil tudo se faz a "toque de caixa". Estamos tentando fazer com que a nossa Centenária Ferrovia, glória da engenharia brasileira, tenha a sua vida útil aumentada, continuando a ser utilizada para o turismo e como uma segunda e hoje necessária opção para o transporte limitado de cargas.

A construção do segundo trecho ferroviário Curitiba-Paranaguá é tão inevitável do qual o Governo Federal vem se esquivando ao longo dos anos. E sempre que há uma

cobrança, ainda que tímida, Brasília alega que não tem recursos, mas ao mesmo tempo são construídas obras caríssimas, praticamente sem nenhuma ou pouca utilidade como as tristemente famosas Transamazônica, a Ponte Rio-Niterói, Itaipu, Tucuruí e tantas outras e, enquanto isso, esse trecho ferroviário de indiscutível importância econômica para o nosso Estado e que ajuda a alimentar o Brasil, gera divisas através das exportações pelo Porto de Paranaguá tem sido deixado de lado.

Apenas a título de esclarecimento, registramos que a construção desse segundo trecho já foram inclusive, efetuados dois estudos - em 1974 pela extinta ENGEFER, subsidiária da Rede Ferroviária Federal S/A, e em 1975, foram iniciadas as obras e em 1976, alegando-se falta de recursos, foram estas obras paralisadas.

Estão concluídas em grande parte as obras do trecho do litoral, podendo ainda ser considerada terminada a plataforma entre o viaduto do cruzamento sobre a BR-277 e o Porto de Paranaguá. Estando já, parcialmente, incorporada a linha em operação. O trecho do planalto está com as obras, parcialmente, executadas:

Senhores Deputados, o Paraná tem sempre dado mais do que recebe do Governo Federal e o exemplo disso é a entrega de mãos beijadas da Estrada de Ferro Central do Paraná, logo após o término de sua construção com recursos próprios, e em 1975, para a Rede Ferroviária Federal S/A.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - O seu tempo está esgotado, mas Vossa Excelência pode usar o horário do PDT. Já no horário da Liderança do PDT, por oito minutos e meio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Então dizia eu, que o Paraná tem cobrado timidamente do Governo Federal e ao mesmo tempo tem dado sem nada receber, a exemplo do que aconteceu com Itaipu, até hoje não vieram os "royalties" de Itaipu para nós. E também é um caso já antigo da Rede Ferroviária Federal, com relação à Central do Paraná: uma novela interminável. Até hoje, o Paraná tem créditos a receber da União num valor aproximado - e hoje, os jornais cobram isso; por coincidência, está aqui: "o Governador do Estado disse que a dívida do grupo só é inferior à dívida da União e ao mesmo tempo cobra a construção da Central do Paraná, cuja construtora CR Almeida até hoje, ainda, não recebeu os duzentos milhões desta dívida.

Então, é preciso que se façam as devidas cobranças. É preciso que se levante nesta Casa, a bandeira em favor da ferrovia da exportação. Ressalte-se ainda, que este trecho custou cerca de 300 milhões de

dólares à empresa CR Almeida; 300 ou 200 milhões de dólares, há um desencontro nessas informações de 160 milhões de dólares.

Parece brincadeira, mas não é. E isto quer dizer que o Governo do Paraná entregou de graça para o Governo da União uma ferrovia que dá bons lucros, possibilitando com isso à Rede Ferroviária S/A, subsidiar ramais ferroviários deficitários em outros Estados e até mesmo ao transporte urbano, enquanto fica sob a ameaça de amanhã ou depois ter que pagar uma fortuna à firma construtora. Que, aliás, tem todo o direito de cobrar o que lhe é devido.

Pretendemos, oportunamente, encaminharmos um Pedido de Informações para saber ao certo sobre essa transação tão prejudicial e tomara, pudéssemos aqui trazer os responsáveis pelo Governo do Paraná - à época -, para explicarem o porquê e como foi feito esse negócio altamente lesivo aos interesses do nosso Estado.

Isto, lamentavelmente, Senhores Deputados, é o Brasil em que vivemos, onde os problemas da mais alta importância, são relegados, onde verdadeiros golpes são praticados contra o povo, como o que acabamos de denunciar. Enquanto os poderes se unem - Legislativo e Executivo para debaterem o tempo do mandato do Presidente José Sarney e nesta luta de poderes, cortinas de fumaça são lançadas para esconder as verdades.

Somos apenas um, somos Oposição, mas somos oposição coerente e séria que não quer "ver o circo pegar fogo". Por isso, estaremos usando esta tribuna sempre em favor dos interesses do povo e da nossa Pátria.

Hoje alertamos e denunciemos, como também criticamos, afinal este é o nosso papel, tomara sejamos ouvidos por alguns dos nossos colegas que poderão se unir nessa luta, nessa bandeira em prol da ferrovia.

O Governo Federal precisa ser conscientizado e também pressionado a continuar a construção do segundo trecho ferroviário Curitiba-Paranaguá, sob pena de, qualquer dia destes, sermos obrigados a desativar parcialmente o Porto de Paranaguá, em decorrência de ter sido, o centenário trecho, danificado. O Paraná merece e o Brasil precisa desta obra.

Vamos cobrar de quem tanto nos deve ou seja, do Governo Federal. Para isso precisamos do apoio desta Casa e aliás é o que esperamos dos Senhores Deputados, que na luta em prol dos interesses deste Estado sejamos todos representantes do povo e não apenas representantes de partido.

Por isso, encareço mais uma vez aos companheiros Parlamentares como já o fez e pretendia fazer hoje o Deputado Caíto Quintana, para também abordar este assunto

de grande importância para nosso Estado.

Vamos à luta, vamos reivindicar aquilo que é nosso, aquilo que é direito do nosso Estado, que tem sido tão bonzinho para com o Governo Federal, que tem dado tantas terras férteis para construção de Itaipu e até hoje não recebeu nada em troca. Demos a Central do Paraná para o Governo Federal e até hoje nada recebemos em troca, também. Então, é preciso que todos nós parlamentares da oposição, situação, de esquerda, de direita, de centro, sei lá o quê, nos unamos nesta luta, para brigar pelo que é nosso. Vamos ser paranistas, vamos fazer deste Paraná o que fazem os gaúchos com seu bairrismo, suas lutas, bandeiras, tradições do povo gaúcho que são usadas para reivindicar a nível federal. Os nossos representantes em Brasília até hoje não se posicionaram a este respeito, e recentemente, o Presidente da República anunciou a construção de ferrovias em vários Estados e não lembrou-se da nossa ferrovia. E os nossos Parlamentares, os nossos Constituintes, até hoje também não se manifestaram a respeito disso.

Então, é preciso que saia o grito desta Casa, partindo de todos nós parlamentares a exigir a imediata construção do segundo trecho Curitiba-Paranaguá, que já está projetado basta apenas se começar a construí-lo para que possamos evitar estas filas intermináveis de caminhões pela BR-277, com caminhoneiros que ficam três, quatro dias, uma semana, quinze dias parados. O prejuízo é muito grande para o Estado; o prejuízo é muito grande para os transportadores; o prejuízo é muito grande em divisas para o nosso Estado e nosso País.

Por isso, eu encareço mais uma vez a todos os Parlamentares a que levantemos aqui nesta Casa, a bandeira em nome da Ferrovia da Soja, ou da Ferrovia da Produção, como queiram.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Queremos registrar a presença, nesta Casa, do Doutor Sidney Giroto, Prefeito em exercício de Rondon e do amigo Júlio Bifon, Prefeito Municipal de Sarandi.

Ainda no Horário da Liderança, consultamos a liderança do PT se fará uso da palavra.

Com a palavra, o Senhor Deputado Pedro Tonelli, por dois minutos e meio.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais presentes e ouvintes da sessão de hoje.

Nós, do PT, acompanhamos e aplaudimos a iniciativa do Governo do Estado, quando reconhece e inclui nas suas reformas a re-

vogação de certas mordomias que existem na estrutura pública e que recebem, ao nosso ver, desnecessariamente ou até imoralmente!

Sentimos quando foi declarado em público, anteontem, em ato do Governador do Estado, que estava eliminando da Folha de Pagamento algumas pessoas que estavam recebendo até 32 salários mínimos, sem trabalhar.

Álvaro Dias, nosso Governador, citou os funcionários do Tribunal de Contas, que se aposentam com quinze anos, e comparou-os com os trabalhadores rurais, que se aposentam com 65 anos.

Mas, tem mais, tem mais uma coisa. É praxe, aqui no nosso Estado, aposentar dois Governadores a cada quatro anos, pois o Governador se licencia e o vice assume por seis, nove ou dez meses, e igualmente se aposenta.

Isso já está sendo uma prática no Paraná! Hoje, são dez os ex-Governadores que os cofres públicos estão pagando. Moisés Lupion se aposentou com oito anos de serviço; Ney Braga, igualmente, com oito anos; Algacir Guimarães se aposentou com seis meses; Paulo Pimentel com cinco anos; Haroldo Leon Peres, com sete meses; Emílio Gomes, com dezoito meses; Jaime Canet, com quatro anos; Hosken de Novaes, com nove meses; José Richa, com três anos e dois meses; João Elísio, por dez meses e gostaria de saber mais, gostaria de saber do Governador Álvaro Dias, do vice Ary Queiroz, se esta prática vai continuar.

É isso o que a gente gostaria de saber. O que vai acontecer com estes ex-governadores que se aposentaram com seis, nove, dez meses?

Além dessas aposentadorias imorais e deploráveis, temos mais a constatar. Ney Braga é aposentado como General e recebe como Presidente da Itaipu, como tem sido noticiado. José Richa, como Senador da República. Paulo Pimentel, como Deputado Federal. Álvaro Dias, será que ele cumpriu a lei, quando anulou as aposentadorias do Tribunal de Contas?

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Hoje não vou conceder apartes, me perdoe.

Estou inscrito no Grande Expediente, onde concederei apartes, aqui não vou conceder, porque tenho muita coisa a dizer e o tempo é curto, assim a bem de esclarecer, informo que não vou conceder apartes no dia de hoje, tendo em vista que só tenho quatro minutos. Mas estou inscrito no Grande Expediente; e tem aí o espaço de outros oradores, que também dá para apartear e dá para se pronunciar, dentro da-

quilo que nos interessa, e que eu acho que é extremamente importante. Desculpe.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Mas o aparte também é salutar, ilustre Deputado.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu sei, mas hoje não dá, desculpe, hoje não.

Então, quanto a legitimidade deste ato do Governador, a gente gostaria de saber, porque a lei é clara, que o ato do Executivo não pode anular a aposentadoria ou a nomeação de um funcionário já registrado no Tribunal de Contas.

Então, a gente tem que duvidar da legalidade, prevendo o que pode acontecer no futuro, senão teremos novos casos aí como o caso de Mário Carneiro, que se tornou uma história nacional, o caso da cassação de Maurício Nasser, de Basílio Vilani, e que hoje estão exercendo o seu mandato. Quem sabe se esteja fazendo mais uma balela nacional e depois nós vamos continuar pagando até muito mais.

Certamente, se esse ato anulará as aposentadorias, o Estado, eu não sei se terá de pagar as indenizações. Eles entrarão na Justiça, com certeza, contra o Estado. É preciso que se levante isso, que se questione e que se explique.

Gostaríamos também de questionar se no Paraná não teríamos mais...

O Sr. Domingos Scarpellini - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Não é possível, hoje.

Vamos ver, se der tempo, no final, nós vamos ceder aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato e ao Deputado Domingos Scarpellini. Eu vou tentar concluir o meu raciocínio, e se der tempo, concederei aparte aos dois Parlamentares que o solicitaram.

Será que no Paraná, nós teríamos que entender melhor o assunto e ver se não há mais seres ultra-inteligentes ou superiores, que podem se aposentar com seis meses, dez meses, como é o caso de ex-governadores. Será que nós não teríamos mais seres superiores que podem se aposentar aos oito anos?

É caso também de se questionar os deputados estaduais que também se aposentam com oito anos de atividade.

Nós temos que comparar tais situações com a aposentadoria do trabalhador rural, que se aposenta com meio salário mínimo depois de 65 anos de vida, com certeza após 50 anos de serviço. É preciso fazer esta comparação também. É preciso também que o Governo do Estado continue na caça aos marajás, aos privilegiados, e em busca de outros seres que fazem leis para beneficiar a si próprios, enquanto que a maio-

ria dos trabalhadores deste Estado passam necessidades, não têm condições de moradia, não têm condições de educação, não têm condições de trabalho, não têm condições de saúde.

Por tudo isso, é preciso que realmente nós continuemos moralizando a administração pública, não só o Governador, mas todos nós, parlamentares comprometidos e fazedores de leis, representantes públicos e fiscalizadores do Executivo, é de extrema importância que nos comprometamos e que demos uma demonstração de comprometimento pessoal. Nós, como homens públicos bem intencionados, certamente teremos que mostrar publicamente esse compromisso e fazer com que nesse Estado todas as pessoas tenham os mesmos direitos e os mesmos deveres. Se não é possível dar mordomias para todos, então que não se dê para ninguém.

Num Estado onde o trabalhador recebe 1.300 cruzados por mês, onde os próprios funcionários desta Casa recebem dois, três, quatro mil, não se justifica alguém receber dos cofres públicos quarenta, cinquenta, sessenta, oitenta mil cruzados por mês.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Está esgotado o tempo de Vossa Excelência.

O SR. PEDRO TONELLI - Trinta segundos para concluir?

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Pode concluir.

O SR. PEDRO TONELLI - Portanto, eu gostaria de ver, de ora em diante, todos os Pares desta Casa comprometidos na luta pela transparência, pela moralidade do uso dos recursos públicos e gostaria de ver essas afirmações completamente esclarecidas para todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados e demais pessoas aqui presentes. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Consulta a Liderança do PL, se fará uso do seu tempo.

Por oito minutos e meio, com a palavra o Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Neste final de semana, no Rio de Janeiro, realiza-se a III Reunião Nacional de Dirigentes do Partido Liberal, encontro que permitirá, dentro da visão de cada representante oficial do Partido, uma avaliação do comportamento partidário, bem como a análise do calendário político de 1987, neste primeiro semestre.

Presentes a este Encontro, este Depu-

tado e companheiros de Liderança do PL no Paraná, vamos levar subsídios e informações, analisando, em conjunto com as lideranças nacionais, os principais temas da atualidade.

Daqui, vamos levar ao Diretório Nacional a excelente receptividade que estamos sentindo à mensagem do PL em todo o Estado, com interesse manifestado a cada dia pelas expressivas lideranças municipais do engajamento ao nosso Partido. Esta receptividade, seja pela frustração de promessas não cumpridas ou pelo entusiasmo que o enfoque neo-liberal apresenta, vem permitindo que todos nós, do PL, sintamos o crescimento do número de participantes, o que desde já nos permite prever a participação do PL, com força total, nas eleições de 1988.

Vamos levar, também, a impressão que temos colhido ao longo de uma caminhada por vários municípios, onde companheiros de linha de frente não se sensibilizam, como não se sensibiliza a nível nacional o PL, ao adesismo que alguns tentam espelhar prestes a concretizar-se na integração de uma aliança que já não consegue sustentar-se e nem à mensagem da Nova República, com que os brasileiros tanto sonharam.

Ao Encontro deste final de semana, vamos levar a ânsia que temos sentido das camadas populares mais pobres, cujo grito de angústia continua sem eco, apesar das mensagens prometidas por Tancredo Neves mas que o atual Governo não consegue concretizar.

Vamos levar a este Encontro Nacional do PL, no final de semana, sugestões que temos recolhido ao longo de nossos contatos pelo interior, com as bases partidárias, a fim de que se tornem pauta integrada à própria mensagem do PL, que tem sido observada como a mais coerente com a realidade que atravessamos.

Neste III Encontro Nacional de Dirigentes do PL, vamos fazer uma avaliação do fortalecimento partidário necessário à própria essência política democrática, a fim de que o pluripartidarismo seja uma realidade palpável e não disfarçada por uma imagem que na divisão de cargos, fruto de uma aliança espúria, ainda nos faz sentir que pouca coisa mudou em termos de participação direta por parte dos partidos menores, esmagados sempre por uma estratégia que não consulta os interesses realmente populares.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nossa presença neste Encontro Nacional dos Dirigentes do PL, a partir de amanhã, nos permitirá também objetos importantes dentro da política partidária.

Vamos nos abastecer nas mensagens de lideranças nacionais, como a do nosso Presidente, Deputado Álvaro Valle, do Senador

Itamar Franco, Líder no Senado, e tantos outros companheiros que, vindos dos diferentes pontos do País, facilitarão o conhecimento global de um Brasil que tanto amamos e para o qual o PL quer dar sua máxima contribuição.

Vamos trazer, certamente, experiências que permitirão, guardadas as características de cada região, serem colocadas em prática para o maior fortalecimento de nossa Bancada e de nosso Partido em todo o Paraná.

Vamos trazer, finalmente, a mensagem de confiança a um trabalho que, temos a certeza, vem sendo executado dentro dos princípios que a mensagem neo-liberal preconiza, facilitando uma tarefa de aplaudir medidas de alcance social e de criticar os registros que não tenham, como pretendemos, a real intenção de servir e não de ser servido.

Quero trazer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na próxima semana, o resultado deste Encontro, para conhecimento desta Casa. Dentro do espírito democrático do debate salutar e liberal, quero expor, aos meus companheiros desta Casa, a visão que o PL, a nível nacional, vem tendo nos últimos tempos em que um clima perturbador tem nos colocado numa posição de vigilância.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao registrar este III Encontro Nacional de Dirigentes do PL, no Rio de Janeiro, a partir de amanhã, quero congratulá-me com a direção nacional e regional, pela injeção de ânimo que pretende dar a todos nós, confiantes na mensagem neo-liberal.

Deste debate de idéias, como teremos no Rio, que colheremos experiências e resultados capazes de fazerem deste Paraná e deste Brasil uma terra cada vez mais digna para felicidade de todos os seus filhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Consulta a Liderança do PDS, se fará uso do seu horário. (Ausente).

Consulta a Liderança do PFL.

Com a palavra, o Sr. Deputado João Arruda.

O SR. JOÃO ARRUDA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Com a aproximação dos prazos limites para entrega das declarações do Imposto de Renda, a grande massa de contribuintes, composta em sua maioria de cidadãos de classe média e, em especial, de assalariados, se depara com um leão faminto e insaciável.

Efetivamente, já vai longe o tempo em que o contribuinte pagava o seu imposto com satisfação, consciente de que esse era

um dever para com o Estado.

Hoje, na verdade, o que se vê é uma grande legião de pessoas amarguradas, ou mesmo revoltadas, mas de todo impotentes, diante da voragem do fisco. Pessoas que, não raro, sequer terão como pagar o imposto devido. E, pasmem, terão por isso mesmo, que contrair empréstimos para saldar o compromisso com o Governo.

Vale aqui lembrar a luta que a Bancada Federal do Partido da Frente Liberal vem travando junto às autoridades financeiras do País, especialmente junto ao poderoso Ministro Dilson Funaro, no sentido de que o Governo abraque um pouco a sua sanha arrecadadora, reduzindo o apetite do leão. Luta, no entanto, que até agora não chegou a bom termo, dada a teimosia com que o Sr. Ministro da Fazenda e seus assessores insistem em alegar que não está havendo aumento de imposto!

É lamentável, Sr. Presidente, é lamentável que assim seja, pois o clamor que se ouve, ressoa de norte a sul, de leste a oeste, deste Brasil combalido, mas o Governo, distante e indiferente, prefere fingir-se surdo...

É lamentável que o povo não seja ouvido, esse mesmo povo, diga-se de passagem, que já foi afrontado em seus direitos, quando o Governo que aí está, de forma abrupta e inesperada, simplesmente resolveu parcelar a devolução do Imposto de Renda retido na fonte...

É lamentável, sobretudo, que esse Governo que assim age, venha à televisão com ameaças aos contribuintes, procurando intimidá-los com a implacabilidade do fisco e com a cara de bravo do leão. Leão - recorde-se - que esse mesmo Governo, querendo mostrar-se bonzinho num período eleitoral, prometeu aposentar, substituindo-o então, por charmosa e jovial secretária, esta sim, agora prematura e definitivamente aposentada!

A grande verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que o brasileiro continua sendo enganado e espoliado. Enganado foi quando, para beneficiar eleitoralmente o PMDB, deixou o Governo de promover as correções indispensáveis ao plano Cruzado - o que só fez passados seis dias das eleições de quinze de novembro, quando já não mais importava a reação do povo. E espoliado, quando esse brasileiro é forçado a arcar com uma das mais altas cargas tributárias do mundo.

A afirmação, esclareça-se, não é gratuita. Ela parte de um professor de nossa Universidade Federal, o economista Wamberto Santana, baseado em pesquisa recente. E é ele próprio quem afirma ser o Imposto de Renda "um dos principais flagelos do assalariado brasileiro".

Realmente, é o assalariado, o funcio-

nário público, o autônomo, o pequeno executivo, aquele, enfim, que vive do seu trabalho diário, quem mais sofre. É ele que tem o seu imposto compulsoriamente já descontado na fonte, separando-se desde logo a parte do leão, ao contrário dos capitalistas, dos especuladores de toda sorte, dos grandes proprietários rurais, que sempre encontram meios de sonegar ou de pagar verdadeiras insignificâncias ao fisco.

É contra esse descabimento que nos levantamos, pois o Brasil não pode mais continuar dividido em castas; de um lado, os que arcam sempre com todos os sacrifícios; de outro, aqueles que apenas se beneficiam desse mesmo sacrifício!

É chegada a hora de se acabar com essas injustiças, entre as quais o Imposto de Renda avulta como uma das maiores e mais impiedosas. É chegado o momento de se ouvir o clamor daqueles que trabalham e que realmente contribuem para o engrandecimento do País. É chegada a hora de se rever tal situação de desequilíbrio e que tanta inquietação está acarretando em nossa classe média - sempre a mais penalizada.

Daí, o apelo que mais uma vez faço eu e faz também o meu Partido, o PFL, em nome e em favor da classe média brasileira, injustamente sacrificada. Apelo que traduz o sentimento de desespero e de revolta dos assalariados, num momento em que, contribuir com o fisco, pagando o imposto de renda, deixou de ser um dever de cidadão, para se transformar num pesado sacrifício, num pesadelo inconcebível."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Deputado Luiz Antônio Setti, com a palavra, por oito minutos.

O SR. LUIZ ANTÔNIO SETTI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A matéria que hoje abordo, está sendo assunto desta Casa, como uma constante.

Nos últimos dias de governo passado, notamos um grande abuso no que se refere à propaganda do Governo. Tivemos a oportunidade de aqui receber exemplares de propaganda de papel de alto custo, que nos leva a pensar que, a situação econômica do Estado, pode ser comparada, a nível superior, aos grandes países de grande potência econômica.

Digo isto porque ontem, lendo o jornal "O Estado do Paraná", na seção "Panorama Político", encontrei uma matéria que irei ler na íntegra. (Lê):

"O Jornal 'O Estado do Paraná', do dia 08.04.87, 'Panorama Político', com o título 'Cheque Especial': Acusado de ter favorecido uma agência de publicidade, onde se tornou sócio, concentrando nela as verbas

do Governo, o ex-Secretário Luiz Alberto Dalcanalle fez um depósito bancário que chamou a atenção no último dia 10 de março, quando ainda respondia pela Comunicação Social do Governo João Elísio. Dalcanalle depositou um cheque de 190 milhões na agência Comendador Araújo, do BANESTADO, em Curitiba, em nome da Corretora Araucária. O cheque de número 058, pertencia à conta pessoal de Dalcanalle, número 9001200, da agência João Negrão, do Banco Real".

Gostaria de saber do Líder do Governo nesta Casa, a verdade de todos estes fatos publicados e já abordados por outros Parlamentares. E qual seria a providência do atual Governo em relação a este assunto?

Sabemos que o Paraná é um Estado de homens sérios, trabalhadores, acostumados com a luta do dia-a-dia, e sobretudo, constituído de homens simples.

Tenho a plena certeza, de que este fato aqui mencionado, é de desagrado de todos os paranaenses, pois sabemos que este recurso poderia estar sendo utilizado em outros setores, que se encontram carentes, tais como a educação e a saúde.

Afinal, não estamos na Nova República? Muito obrigado.

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento) Vossa Excelência faz uma abordagem de assunto destacado ontem no jornal "O Estado do Paraná" e faz uma cobrança que gostaria de saber da Liderança do Governo, qual é o posicionamento.

Sinceramente, eu acho que a gente se envolver na particularidade de cada cidadão, se torna bastante delicado, evidentemente, quando a cobrança é feita em torno de um cidadão que era Secretário de Estado e que, portanto, tem responsabilidade pública.

A fonte, desconhecemos, o jornal fala numa empresa de publicidade, parece-me Araucária, mencionado por Vossa Excelência, pode ser também uma fonte advinda de direitos autorais, não é? Agora, quero dizer a Vossa Excelência que me coloco à sua disposição, e tenho a impressão que toda a Bancada do PMDB, para que a responsabilidade seja levantada, até que esta Casa se pronuncie, temos aqui a presença do Presidente Antônio Annibelli; hoje a Casa está sendo presidida pelo Deputado Ferrari Júnior, para que cheguemos até a Receita Federal, por que não? Para que tenhamos a apuração de onde vieram 190 milhões de cruzados para o Sr. Luiz Alberto Dalcanalle. Não o condeno nem o defendo, em absoluto. Mas, coloco-me à disposição, volto a reiterar, para que juntos tenhamos a preocupação levantada pelo Deputado Luiz Antônio Setti.

Aliás, quero cumprimentá-lo por esta preocupação, porque se não sanearmos a administração pública, se não clarearmos verdadeiramente o que ocorre, teremos problemas, inclusive a classe política continuará sendo desacreditada pela população.

Ainda, na terça-feira, medidas tomadas pelo Governador Álvaro Dias, deram novamente credibilidade à classe política. O Presidente do Tribunal de Contas foi à televisão, TV Paranaense Canal 12, e informou aos cidadãos que os auditores recebem por volta de cem mil cruzados, e hoje vimos com espanto, alguns dizendo que vão recorrer de um direito que não existe e mostrando uma folha de pagamentos de vinte e três mil cruzados.

Ora, cidadão que se diz de alto nível, que se diz responsável pelas coisas de um Estado tão forte, como o Paraná, e que trabalha por vinte e três mil cruzados, convenhamos, ou não tem capacidade para ocupar o cargo, ou tem uma fonte extra de rendimentos, inclusive desmentindo o Presidente do Tribunal de Contas.

Mas, o pronunciamento de Vossa Excelência tem que ser levado em consideração por esta Casa, se um Secretário de Estado tem a disponibilidade de um depósito bancário de 190 milhões de cruzados. Sendo Secretário, ele tem que se explicar, e eu me coloco à disposição de Vossa Excelência, companheiros de Bancada do PMDB e acredito que a grande maioria também o fazem, e juntos vamos averiguar a fonte e a validade ou não desse dinheiro, a validade ou não desta informação.

Eu agradeço o aparte e me desculpo, até, por ter me estendido um pouco, mas o pronunciamento de Vossa Excelência tem que ser destacado e reiterado nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ANTÔNIO SETTI - Eu agradeço ao nobre Deputado Nestor Baptista, desta sua boa vontade, e eu acho que realmente está na hora de a classe política aqui resgatar a credibilidade popular.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Eu parablenizo Vossa Excelência, pela forma em que se levanta nesta tribuna as denúncias do jornal "O Estado do Paraná", e na oportunidade, quero registrar aqui também, quando nós procurávamos a Comunicação Social, através do Secretário Dalcanalle, recursos para os pequenos órgãos de imprensa do Paraná, principalmente na região que representamos, tanto pela imprensa escrita como através do rádio, tivemos que mendigar muitas e muitas vezes na Comunicação Social do Governo, para receber as pequenas migalhas a dar sustentação à

imprensa da nossa região.

E hoje, cai por terra de que outros órgãos, que até mesmo divulgaram muito pouco o que deveria ser divulgado, receberam grandes fortunas das mãos do Secretário Dalcanelle.

Eu registro profundamente, em nome dos pequenos órgãos de imprensa da minha região, de que fato como este que hoje se levanta nesta Casa, é lamentável, e quero me somar com Vossa Excelência, Sr. Deputado, somar-me com a Bancada do PMDB, para que isto vá avante e apurar as responsabilidades, porque esta é a meta do PMDB, de mostrar ao povo as clarezas e onde é que estão sendo cometidas as injustiças ou até os deslizos financeiros.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ANTÔNIO SETTI - Muito obrigado pelo aparte, Sr. Deputado.

E quero dizer aqui, como já foi mencionado anteriormente para outros companheiros Deputados, quando se referiam à nossa Bancada aqui da esquerda que seria a bancada de oposição, sempre dizendo que a Bancada seria do Governo passado, que nunca, particularmente, pertencia ao Governo anterior, que nunca estive a favor de Governo autoritário, de Governo militar, que nós estaremos sempre juntos com a verdade, com a austeridade e, sobretudo, com a honestidade.

Muito obrigado. - (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Queremos registrar, a presença nesta Sessão, do Sr. Valmir Gomes Rocha Loures, Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul.

Consultamos a Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Furiatti, por oito minutos e meio..

O SR. PAULO FURIATTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vou abordar aqui um tema que, pela sua importância, é um tema delicado. Porém, se faz necessário que neste Parlamento, que nesta Assembléia, discutamos com total isenção de ânimo a questão da dita autonomia universitária.

Todos nós sabemos que a Universidade representa para a sociedade o questionamento, a procura de soluções; é o laboratório de idéias que provoca o surgimento de alternativas científicas, tecnológicas, enfim, é a Universidade o centro da sociedade, que permite o surgimento de idéias próprias para o desenvolvimento da Nação.

Quando a Universidade está identificada com o povo, quando ela faz parte do povo, essas idéias, esses laboratórios, esses processos vêm de encontro ao povo.

Quando ela não tem identificação com o povo, ou está identificada com grupos econômicos e interesses empresariais, ela faz o jogo dos interesses empresariais.

No período da ditadura militar, a Universidade serviu para implantar tecnologias neste País à revelia dos interesses da Nação brasileira. Foi aí que surgiram os PHD's, o profissional elitizado, super especialista que trazia de fora a tecnologia necessária para implantar neste País o modelo econômico que afundou esta Pátria.

Nas Universidades estaduais, nós temos hoje um processo deveras interessante, porque se deseja uma autonomia que é legítima, que é justa, mas não se deseja a co-responsabilidade no que diz respeito ao entendimento de que se ela é uma Universidade pública e tem que estar acoplada aos interesses de um Orçamento do Estado que tem de ter uma visão global da sociedade.

O Governador Álvaro Dias não retirou a autonomia das Universidades. É falsa esta visão. O Governador Álvaro Dias estabeleceu e adequou que a Universidade continua tendo autonomia para sua política de pessoal, para seus projetos de extensão, de pesquisa, para sua organização administrativa. Ele apenas adequou os gastos da Universidade com o limite de gastos que o Governo pode investir dentro da universidade.

Sobre a questão salarial é importante realçar que os professores das nossas universidades acumularam de março de 1986 a fevereiro de 1987, o montante de 90,28%, bem acima do reajuste do funcionalismo em geral, que variaram de 22,15 a 36%.

Essa discussão política da universidade é muito importante, porque também não podemos aceitar que se discuta educação quando os professores fazem greve por melhores salários. Mas, neste espaço de tempo, entre o aumento salarial e a nova reivindicação, nós não temos assistido a discussão da sociedade organizada, do professor e do aluno, sobre as medidas que o Governo deve tomar em relação a resolver os problemas estruturais do ensino do Paraná.

Com isto, não estou absolutamente dizendo que a discussão não é importante, mas ela poderia ser muito mais importante, se nós, Deputados da Assembléia Legislativa, pudéssemos receber comissões de professores, seja municipais ou estaduais, para discutir qual é a proposta concreta da comunidade acadêmica para resolvermos definitivamente o problema da estrutura do ensino paranaense.

Então, é importante que fique claro, que o Governo do Estado tem um compromisso com o conteúdo da sua máquina administrativa. E dentro deste orçamento, não é justo para o conjunto da população, que desviemos a discussão para aumentar o orça-

mento, sem que isto seja uma discussão política global.

Inclusive, admito que provoquemos uma discussão política global sobre a transparência do Governo do Estado, onde se deve colocar mais e onde se deve colocar menos. O que não podemos fugir à discussão é que o Orçamento do Estado é limitado, e nós, para termos compreensão, precisamos discutir dentro destes limites.

Até posso e não quero aqui dizer que as Universidades não tenham que ter um orçamento maior, mas tem que haver uma discussão da transparência do Orçamento do Estado.

O Sr. Domingos Scarpellini - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Deputado Paulo Furiatti. Estou ouvindo atento o seu pronunciamento. Vossa Excelência disse que de fevereiro a março as universidades receberam um aumento de 90%.

Eu tenho uma informação a prestar a Vossa Excelência e à Casa, de março a março o aumento foi de 128.3% contra 63.2 dos demais órgãos do Estado. Quer dizer, as Universidades estão com mais de 100% em relação aos demais órgãos do Governo Estadual.

Portanto, não está faltando apoio financeiro aos professores e às universidades do Estado do Paraná.

Já que Vossa Excelência está falando sobre a questão de se pensar novamente sobre o ensino, vou aqui fazer uma colocação que eu acho oportuna.

O Diretor da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia de Cornélio Procopio, o Professor Darci Ribeiro da Silva, foi nomeado pelo Governo anterior. Para o coquetel de sua posse, ele gastou uma verdadeira fortuna à base de uísque, de caviar, numa festa monumental para duzentas pessoas, que foram convidadas para o melhor uísque estrangeiro - às custas da Faculdade. Como se isso não bastasse, ainda nomeou sua esposa como chefe de gabinete e um cargo em Comissão dentro da Faculdade. Como se isso não bastasse, vendeu o carro da Faculdade e comprou um carro novo, Monza, zero km, porque disse que não podia andar de carro usado. Quer dizer, esta é a autonomia que muitos querem ter e que muitos estão esperneando por começar a perder com o Governador Álvaro Dias.

O SR. PAULO FURIATTI - Em função disto, companheiros Deputados, é importante que participemos da discussão, porque fica a pergunta: é justo que os recursos do Estado sejam exauridos no atendimento localizado de apenas uma categoria de servidores?

A substância ao conjunto da comunidade

que a sustenta através de tributos, suas verbas, são dados importantes.

Há tempos atrás, a contribuição dos alunos representava 7% dos gastos da Universidade. Hoje, representa apenas 4% e, o objetivo fundamental do Governo do Estado deve ser, alcançar o ensino público e gratuito nas universidades. Devemos chegar a esta meta. Antes a contribuição alcançava 7%, agora alcança 4%.

Mas, para isso, há necessidade também de racionalização dentro das universidades e uma profunda discussão política e que não seja política setorial, que seja global. E que nós não apenas discutamos esses assuntos quando se trata do bolso de cada um dos servidores, em separado.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados:

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Caíto Quintana, na qualidade de líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados que irão compor a Comissão Especial com o objetivo de discutir, elaborar e apresentar sugestões de matérias constitucionais. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Ezequias Losso, Luiz Alberto Oliveira, Antônio Belinati, subscrito por demais Srs. Líderes desta Casa, constante do expediente, solicitando a suspensão das sessões plenárias no dia 16 do corrente mês. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.15/86,

que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor SANSÃO JOSÉ LOUREIRO. **Aprovado.** (Public. no D.A. n. 96/86, de 04.03.86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 58/86, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, com sede e foro na cidade de São Jorge do Patrocínio. - **Aprovado.** (Public. no D.A. n. 23/86, de 08.04.86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 167/86, que declara de Utilidade Pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, com sede e foro no Município de Mirassol. - **Aprovado.** (Public. no D.A. n. 79/86, de 11.08.86).

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Douglas Nascimento Cardoso, ocorrido no dia 06 de abril do corrente ano. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jaroslau Hurmus, ocorrido no dia 05 de abril do corrente ano, nesta Capital. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, com apoio do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Joaquim Tramujas, no Município de Paranaguá. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Maurício Pereira dos Santos, ocorrido no dia 06 de abril do corrente ano. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da menor Eliana Cristina Trevisan, ocorrido no dia 05 de abril do corrente ano. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Srta. Zilda Aparecida Trevisan, ocorrido no dia 05 de abril do corrente ano. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de regozijo

pela passagem dos 15 anos da TV Esplanada - Canal 7 - do Município de Ponta Grossa. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, visando a aquisição de um micro-ônibus para o transporte de escolares do Município de Ortigueira. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo a construção de salas de aula e demais dependências no Colégio estadual "Irênio Moreira Nascimento", no Município de Tibagi. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações de quantos funcionários foram demitidos pela CELEPAR, a partir do dia 15 de março do corrente ano, e quais destes podem ser considerados como fantasmas ou ociosos. - **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Diretor do DNER, encarecendo para que sejam colocados redutores de velocidade na BR-376, no trecho entre o perímetro urbano do Município de São José dos Pinhais. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações de quantos funcionários foram demitidos pela COHAPAR, a partir do dia 14 de março do corrente ano. Em discussão. Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - (Pela Ordem) Requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal)

Trinta e um Srs. Deputados responderam à chamada. Há "quorum" para deliberação.

A Mesa vai proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Onze Srs. Deputados aprovam. Dezoito Srs. Deputados rejeitam. - Está rejeitado o requerimento.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a ligação asfáltica entre o Distrito de Teresa Breda e o município de Barbosa Ferraz. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo para que o equipamento cinematográfico da sala de projeções do Palácio Iguagu, seja colocado à disposição da Federação Paranaense de Cineclubes. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando a ligação asfáltica entre o distrito de Pocinho e o município de Barbosa Ferraz. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a ligação asfáltica entre o Distrito de Paraíso do Sul e município de Barbosa Ferraz. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando a ligação asfáltica entre o Distrito de Sussui, no município de Engenheiro Beltrão, com a PR-549. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente ao Secretário dos Transportes, encarecendo a ligação asfáltica entre o Distrito de Bela Vista e o Município de Fênix. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka constante de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a ligação asfáltica entre o Distrito de Ourilândia e o município de Barbosa Ferraz. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes aos Senhores prefeitos integrantes da Associação dos municí-

pios do Vale do Ivaí AMUVI, cumprimentando pela concessão do Título de Cidadão Honorário do Vale do Ivaí, ao Senhor Governador do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, visando a construção do Campus Universitário da Fundação Universidade Estadual do município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Educação, encarecendo a construção de muro de arrimo à calçada, em toda a área que circunda o terreno da Escola Estadual "Theobaldo Miranda Santos", no município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes aos Senhores Governador do Estado, Secretário da Agricultura e Abastecimento e Superintendente de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, encarecendo soluções que permitam a salvação do Rio Pirapó. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes aos Senhores Governador do Estado, Secretário da Educação e Prefeito Municipal de Maringá, encarecendo a implantação dos cursos de Técnico em Agropecuária, Técnico Florestal e Técnico em Piscicultura, nos estabelecimentos de ensino de 2.º Grau do município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes, aos Senhores Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica da estrada que liga Serra dos Dourados, Santa Eliza, Alto do Café e Icaraíma. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica no município de Guarapuava, nos trechos dos Distritos de Palmeirinha, Campina do Simão até o Distrito de Santa Maria, município de Pitanga, onde também beneficiará, sobremaneira, o Distrito de Jacutinga, totalizando 64 Km. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja registrado apoio à construção de um edifício para abrigar uma escola de 1.º grau, no Parque das Grevíleas, no município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da Rodovia que liga Missal a Santa Helena, passando pelos Distritos de Dom Armando, Santa Terezinha, São Roque, Lageado Morenon, Moreninha, Pacuri e Esquina Céu Azul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações pela passagem de 168.º aniversário de fundação do Município de Palmeira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo para que o mesmo determine junto ao D.E.R., o cascalhamento e regularização do leito da Rodovia PR-340, que liga Ortigueira à Colônia Augusta Vitória, numa extensão de 10 Km. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando o cascalhamento da Estrada do Faxinal, trecho situado a uma distância de 25 Km. de Arapoti, no sentido Arapoti-Wenceslau Braz. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações pela passagem dos 25 anos da COCAFÉ - Cooperativa Agrícola de Astorga Ltda. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhada menção honrosa à empresa "O Boticário", pela contribuição econômica que tem dado ao crescimento do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações pela passagem dos dez anos de plantio direto nos Campos Gerais do Paraná da Fundação ABC. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações pela passagem dos 30 anos da Polícia Florestal. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a implantação de uma estação de tratamento de água potável, no Distrito de Góis Artigas, município de Inácio Martins. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, com apoio dos Senhores Deputados Antônio Belinati, Pedro Tonelli, Anibal Khury e demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja realizada nesta Casa, audiência pública, nos termos regimentais, em caráter prévio ao exame e discussão das Comissões Técnicas e do Plenário, sobre a Mensagem n.32/87, oriunda do Poder Executivo, que trata da Reforma Administrativa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do "Dia do Jornalista". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Jornal "Correio de Notícias" pelo patrocínio da campanha a favor da PAZ. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, visando a instalação de um módulo policial de Santa Cândida, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações a Sra. Diretora do Colégio Estadual João Paulo I, pela realização da experiência sobre a reforma agrária, realizada pelos alunos daquela Escola. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo a implantação de estabelecimentos de ensino de 1.º e 2.º graus no Conjunto Residencial São Silvestre, Parque Itaipu e Parque Avenida, no município de

Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor aos professores coordenadores da ESIMPAR, pelo lançamento do 1.º volume da "Enciclopédia Simbólica Municipalista Paranaense". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Negócios da Educação, encaminhando os Ofícios de n. 196/87, 62/87, 91/87, da Câmara Municipal de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações pela passagem do "Dia do Médico Legista". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações pela posse da nova Diretoria da Associação dos Jornalistas de Finanças e Economia do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo informações referentes ao Colégio do Distrito de Virmond, no município de Laranjeiras do Sul. Em discussão. Em votação.

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Para encaminhar, Senhor Presidente.

Em anexo a esse requerimento do ilustre Deputado Rafael Greca, existe um abaixo-assinado datado do dia 11 de março, próximo passado, de alguns pais de alunos da Escola Estadual do Distrito de Virmond, no município de Laranjeiras do Sul. Esse abaixo-assinado, faz e tece algumas considerações ao Diretor daquele estabelecimento de ensino e também à Secretaria, daquele estabelecimento.

O abaixo-assinado é dirigido ao Sr. Theófilo Piacessi, Inspetor de Ensino do Município de Laranjeiras do Sul.

Cumpr-me, então, informar a este Plenário, que o Sr. Inspetor do Município de Laranjeiras do Sul, esteve no Distrito de Virmond, no sábado próximo passado, fazendo reuniões com os pais dos alunos, e procurando saber a veracidade das denúncias formuladas através desse abaixo-assinado.

Embora providências já estejam sendo tomadas e o Sr. Inspetor de Ensino, ao

comparecer no Distrito, ao reunir-se com os Srs. pais de alunos, demonstrou o seu interesse e o seu zelo, para que as verdades, se existirem, sejam apuradas e os culpados punidos.

Informo, então, ao Plenário desta Casa, de que providências estão sendo tomadas, mas, nada impede de que aprovemos o requerimento do ilustre Parlamentar, para que, se alguma dúvida ainda existir, seja dirimida, porque nós, também, somos pela total transparência.

O SR. RAFAEL GRECA - (Para encaminhar) Seja, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este encaminhamento de votação, também uma homenagem ao ilustre Deputado Artagão Mattos Leão, porque soube perceber, na intenção e na redação que imprimi ao presente pedido de informações, a vontade de que os alunos do Colégio Estadual no Distrito de Virmond, no município de Laranjeiras do Sul, sejam bem atendidos.

Fiz a redação nos seguintes termos, usando o tempo condicional que a língua portuguesa nos faculta: estaria o Colégio do Distrito de Virmond, com o diretor ausente, estaria o mesmo Colégio, no mesmo Distrito do município de Laranjeiras do Sul, sem a Secretária, mais interessada em seus negócios particulares, e estariam os alunos entregues a uns poucos professores abnegados?"

E se fiz no termo condicional foi no sentido de servir às crianças e ao Paraná, ao próprio futuro do Paraná, e de permitir ao Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor, que seja o Secretário da Educação que todos nós desejamos, ou seja, um eficiente servidor da causa da educação. Que aumente as soluções do problema brasileiro, e não endosse o aumento dos problemas que afligem o Brasil.

Esse abaixo-assinado me foi enviado pelo Correio, e imagino por uma das famílias interessadas em ter as suas aulas. E acho que é este o papel da Assembléia, como é este o papel da Oposição. A Oposição, num sentido até, como é na República Federal da Alemanha, se sentindo meio que parte do Governo.

Dizia-me uma vez, um Deputado de Oposição, na República Federal da Alemanha, que eles se sentem parte e responsáveis do Governo, porque também percebem pelo Tesouro do Estado.

Então, vejam Suas Excelências, que acho que começa a se estabelecer neste Plenário, o saudável diálogo, que vai possibilitar às Oposições e ao Governo, a busca do bem comum, e não o estúpido praticar maniqueísta de ver a verdade de um lado só, e ver o erro de outro lado. Esse maniqueísmo, que de resto a humanidade já abandonou, quando nas suas confissões e

nas suas Cartas, Santo Agostinho, nos idos de 400 D.C., já ensinava, não valia.

Nem todo o bem reside de um lado, nem todo o mal reside de outro. Mas, nesta Casa deve residir a intenção de servir ao povo, e neste sentido ao Deputado Artagão Mattos Leão, eu presto as minhas homenagens, encaminhando a votação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE FERRARI JÚNIOR - O requerimento continua em discussão. Em votação. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o recapeamento asfáltico na estrada de Cruz Machado, no trecho compreendido entre a entrada da Ponte Manoel Ribas, em União da Vitória e a BR-153. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente da CAFE DO PARANÁ, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a instalação de posto de serviços no município de Kaloré. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da RADIPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo seja colocada em funcionamento a torre de retransmissão de sinais de televisão, no município de Iporã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes encarecendo a inclusão de rodoviária na programação do DNER, a ser construída no município de Kaloré. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a liberação de recursos para ampliação do Hospital Municipal São Lucas, do município de Kaloré. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a reativação do Escritório local da ACARPA, no município de Kaloré. APROVADO. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando votos de congratula-

ções pela passagem do 108.^o aniversário de emancipação política do município de Palmas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a modificação no projeto de construção do prédio que abrigará o novo Fórum no Município de Marialva. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a execução da Rodovia BR-548, trecho compreendido entre a BR-376 (Mandaguaçu) Ângulo, passando pelo Distrito de Pulinópolis. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de muros e calçadas no imóvel onde se encontra edificado o prédio da Cadeia Pública no município de Mandaguaçu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a elevação da Comarca de Marialva, de Comarca Inicial para Comarca Intermediária. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a instalação da Comarca de Sarandi. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um Posto Telefônico na Colônia Augusta Vitória, no município de Ortigueira. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, encarecendo a agilização no funcionamento jurídico do Porto Comercial de Santa Helena. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a execução de serviços à distribuição de água nas localidades de Casa Branca do Oeste, Eliza e Pindorama, no mu-

nicípio de Xambrê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Algaci Túlio, na qualidade de Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública, encarecendo a inclusão na Ordem do Dia, do Veto Governamental aposto ao Projeto de Lei n.288/86, com fundamento no § 1.º, do art.191 do Regimento Interno. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, com apoio do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do editorial "Além da Compreensão do Paraná", publicado no Jornal "Gazeta do Povo". Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, apelando para que promova a cobrança da dívida contraída pelo Governo Federal com o Estado, pela construção do trecho ferroviário Ponta Grossa - Apucarana. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de recursos para a ampliação da Escola Estadual Telmo Octávio Müller, no município de Marmeleiro. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Embaixador do Brasil no Paraguai, encarecendo a solução do problema das indenizações dos agricultores brasileiros que tiveram suas terras alagadas por ocasião da formação do Lago de Itaipu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de muros e calçadas no imóvel onde se encontra o prédio da Cadeia Pública do município de Mandaguáçu. Em discussão. Em votação.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, de que cidade, a cadeia pública?

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A cadeia pública de Mandaguáçu, Excelência.

O SR. RAFAEL GRECA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) -

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente e Diretor Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, encarecendo a construção de um edifício onde possa funcionar a agência da EBCT no Município de Sarandi. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República, Ministros da Fazenda e da Agricultura, Governador do Estado e Secretário da Agricultura e Abastecimento, encarecendo apoio à Associação Paranaense dos Suinocultores, nas reivindicações de medidas emergenciais para a suinocultura. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, pleiteando a construção de um anel viário no Município de Medianeira. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a implantação da rede de água potável na área industrial do Município de Medianeira. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando transcrição nos anais da Casa, do Editorial "A Jeremiada do Paraná", publicado no jornal Gazeta do Povo. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a construção de muro de arrimo e calçada em redor da Escola Branca da Motta Fernandes, no Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Fazenda, encarecendo para que os representantes comerciais autônomos possam adquirir veículos movidos a álcool, gozando das mesmas prerrogativas e isenções asseguradas a taxistas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente

ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a doação de um veículo Kombi para o Departamento de Educação do Município de Mandaguá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Presidente da TELEPAR, visando a instalação de aparelhos telefônicos de DDD, no Distrito de São Miguel do Cambuí, Município de Marialva. Em discussão. Em votação.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Senhor Presidente:

Eu quero encarecer à Mesa e também aos nobres Pares, que quando enviam expedientes às diversas autoridades do Executivo, ao redigirem a súmula dos expedientes, incluam a publicidade necessária do teor destes expedientes, porque pode a Casa ser informada deste teor e inclusive reforçar o seu apoio. Vamos que o expediente ao Presidente da TELEPAR solicite a ampliação da rede telefônica da região metropolitana de Curitiba. Se se dá publicidade ao teor do expediente, claro que fica muito mais forte o apoio legislativo e muito mais consciente, agora ficarmos nós aí publicando uma série de expedientes dedicados às autoridades somente nominadas, pode até a Assembléia aprovar alguma coisa que não seja do seu interesse, como por exemplo, um expediente ao Senhor Cônsul da República do Paraguai; vamos que este expediente, não é o caso, mas solicitasse qualquer coisa que ferisse as liberdades democráticas ou a consciência política da Assembléia como um todo, então é preciso que se dê publicidade sob o teor dos expedientes, para que nós possamos votar com maior consciência.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Indiscutivelmente, o apelo de Vossa Excelência procede, mas a Mesa informa que a Assessoria da Mesa toma o cuidado necessário nesses casos propostos por Vossa Excelência.

Repito, sua solicitação procede.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, visando a implantação da Comarca de Sarandi. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente, solicitando voto de protesto ao Senhor Ministro da Saúde, pela demissão da Senhora Diretora da Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Medi-

camentos - DIMED. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo o cascalhamento do segmento da estrada ligando o Distrito Judiciário de Sede Progresso à localidade de Vista Alegre - PR-180, que liga Francisco Beltrão a Dois Vizinhos, passando pelas localidades de Maracajá e Plano Azul, num trajeto de 12 KM. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, com apoio do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando moção de apreço à Empresa Mercadorama, pela campanha institucional sobre a cidade em rede estadual, pelo seu 294.º aniversário de instalação da Vila de Curitiba. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, com apoio do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem dos 10 anos do Boticário. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, com apoio do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Comunidade Israelita do Paraná, pela passagem na segunda semana de abril, do calendário judaico, da festa da Páscoa-Pessach. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, com apoio do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulação ao Jornalista Ernani Paciornick, à Editora Grupo I, e a Aloysio Gomes Carneiro, pelo lançamento, em Curitiba, na noite do dia 07 de abril do corrente ano, do Guia "Mar da Costa Brasileira". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, com apoio do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do documento da CNBB sobre a situação do menor no Brasil contemporâneo, conforme o manual da Campanha da Fraternidade da Quaresma de 1987. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando envio de expediente aos Senhores Presidente da República e Governador do Estado, apelando para que a construção do trecho ferroviário Curitiba-Paranaguá, receba tratamento prioritário, com sua inclusão nos programas de imediata

execução do Governo Federal. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio a todos os Prefeitos Municipais do Estado, cópia xerográfica da Lei n. 01/86, de 05 de junho de 1986, bem como da Lei n. 02/80, de 07 de julho de 1980. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo a construção de uma quadra de esportes na Escola São Joaquim, no Bairro São Joaquim de Cima, no Município de Santo Antônio da Platina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério com apoio do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando transcrição nos anais da Casa, da matéria intitulada "Janela Indiscreta - Compromisso com a Moral", publicada no Jornal "Correio de Notícias". Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulação ao Colégio Positivo, pela realização da olimpíada, cujo tema visou a preservação das áreas verdes. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Geral de Navegação do Interior da Superintendência Nacional da Marinha Mercante - SUNAMAM, encarecendo a implantação da passagem por balsa entre Porto Britânia - Distrito de Pato Bragado, ligando a Porto Marangatu (Paraguai), e outra de Porto Mendes, ligando a Porto Adela (Paraguai), ambos no Município de Marechal Cândido Rondon. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do aniversário do Município de Bocaiúva do Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Secretário da Agricultura e Abastecimento e Superintendente dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente, encarecendo soluções que permitam a salvação do Rio Pirapó. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Queremos registrar a presença do Se-

nhor Leônidas Michauzuki, Presidente do PMDB e Vereador de Mallet.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 13, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n. 134, 320 e 321/85.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO PAULINO JOSÉ DELAZERI EM SESSÃO DO DIA 09 DE ABRIL DE 1987.

"A Jeremiade do Paraná"

Jornal "Gazeta do Povo"

"Não temos condições e nem competência para escrever um livro de Profecias, como o último dos grandes profetas judeus, antes do cativo de Babilônia. Temos produzido, porém, jeremiadas constantes pelas colunas da "Gazeta do Povo", procurando traduzir injustiças, preterições, desatenção para com um Paraná que dá muito ao Brasil, sem receber uma correta contrapartida do governo federal.

Nem se deseja dizer que contribuimos com mais de 25% de grãos da safra brasileira. Desnecessário acentuar que damos ao País, em divisas líquidas, muito mais que São Paulo, já que importamos pouco diante dos himalaia do que exportamos.

Sem ser Jeremias, inclusive na visão profética, quase chegaríamos à afirmativa de que na terça-feira o Governador Álvaro Dias, começou o seu mais largo e espaçoso caminho político-administrativo como chefe do Executivo. Usando o tablado do Brasil-Meridional, na reunião com os Governadores Pedro Ivo (SC) e Pedro Simon (RG), pintou a face do Paraná com pinceladas de exemplos fortes para descrever a mutilação territorial que sofremos com o alagamento de 360 mil hectares de terras para a construção de usinas que alimentam, com quilovates hídricos, a fome industrial mais aguda de SP, MG, RJ. Citou a usura de 1% que o Sul recebe do quantitativo que a Sudene se ceva, diante da submissão a que estamos impostos pela produzida idéia de que devemos dar mais aos pobres do Nordeste. Não se questiona isto. O Paraná historicamente, sempre foi contrário à existência de terraços de desigualdades no desenvolvimento - tese que nos preocupa, inclusive, intestinamente, em nosso Estado. É contra o anverso da medalha que nos opomos. O que é insuportável é o exagero que resulta no pecado da injustiça a um mínimo ao Sul, que é garante agrícola nacional - como o Centro/Oeste está sendo, embora ór-

fão mais desprotegido do sentimento político de Federação que inexistente.

Governar o Paraná, hoje, já não é mais, preponderantemente, cuidar-se em aumentar sua malha de vias de transportes, ou atentar para problemas de comunicações, obras de infra-estrutura ou realizar esforços no sentido de estabelecer caminhos para o seu norte-agrícola. Vencida essa pequena fase da reforma administrativa questão meramente de tempo, paciência e um pouco de habilidade política - o Paraná que Álvaro Dias governará tem que ser na busca de jornadas que completem as mudanças, que a "Nova República" pretende, neste estágio de transição democrática que nos caracteriza.

Seu trilhar, far-se-á mais firme, na medida em que souber compreender o momento paranaense. Se as quadras de governos anteriores exigiam mais estradas, usinas, comunicações, etc, os dias destes hojes atuais levantam clamores contra a desfederalização, no que significa, por exemplo para usarmos o termo empregado por Álvaro Dias reunião da Sudesul - ausência de tratamento isonômico, vale dizer, na configuração de gestos repetidos de injustiça contra o Paraná - por extensão para o Sul que forma uma realidade geoeconômico-política e social de acentuada homogeneidade.

Hegel insistia no seu Zeitgeist - "o espírito da época" - onde se deve processar a ação dos homens, parceiros do futuro. Qual o zeitgeist paranaense? Como poderemos tracejar o "espírito da época" de nosso Paraná? Deveremos entendê-lo, conformistamente, como Estado agrícola, ruralizado economicamente, com salários para a mão-de-obra terrivelmente aquém dos que vigem no Brasil-industrializado por SP, MG, RJ, predominantemente? Ficaremos nas jeremiadas eternas dos preços dos insumos, de um custo de produção que há 7 anos - segundo o Deral da Secretaria da Agricultura - é maior que as vantagens obtidas por quem trabalha a terra? Ou será que só o Rio de Janeiro, na brizolice política de um oportunismo, consegue lei que dá vantagens financeiras a Estados e Municípios onde o petróleo é retirado "off-shore", enquanto perdemos terra, descaminhamos força humana para nossas cidades e outras unidades brasileiras, devido ao alagamento de áreas sem que isto nos signifiquem "royalties" e compensações?

Nossa jeremiade reivindicatória está aí. O alinhar de situações toca aos limites do "ad infinitum". Importa governar politicamente levantando, ao lado do Paraná, as forças meridionais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, às quais deveríamos somar os "mães órfãos" dos Estados brasileiros, que formam o Centro-Oeste. O "espírito da época" não se estriba mais for-

temente, na duplicação da BR-101, embora "rodovia da morte", ou outros pleitos desta natureza. Englobando essas reivindicações, somando-as com as preterições tributárias - clamor de um tempo que perpassa o País - poderíamos formular um discurso, que há de ser político, como característica deste tempo em rumo para a democracia. Agilizando-o, o Paraná pode levantar-se como contraponto, inclusive, ao fisiologismo mineiro nessa imediatista compensação à base da nostalgia da perda de Tancredo, ou da vulúpia paulista de predomínio e ocupações de espaço, marcantes na atuação de Orestes Quêrcia. Contraponto, também, ao bloco "Nordeste", antigo no pleito, permanente na reivindicação, já comprovando que a taxa de industrialização nessa parte do Brasil suplantou a que se registra no Brasil Meridional que somos em Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Sem dons proféticos como Jeremias, que "era um manso como cordeiro", embora fosse à luta político-religiosa, acreditamos que a ordem de idéias de Álvaro Dias, terça, no encontro na Sudesul, pode ter sido um instante de muita sensibilidade e compreensão pelo zeitgeist que nos está caracterizando. E disposição para o caminhar parece que não lhe falta, a tanto quanto obstinada certeza em perseguir objetivos.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ERONDY SILVÉRIO, EM SESSÃO DO DIA 09 DE ABRIL DE 1987.

"Janela Indiscreta" "COMPROMISSO COM A MORAL"

Renato Schaitza

A tragédia de ser moralista é receber acusação de cinismo.

- Vejam só, ele manipula a moral ... mamata é o bom negócio do qual ele não participa. Privilegiado o cidadão que não conseguiu nomear. Só é fantasma quem não é parente.

Aconteceu no Rio de Janeiro. O prefeito Saturnino Braga ameaçou renunciar, depois que Brizola mostrou que a moral administrativa por ele executada valia só para os atos do governo passado.

Na verdade, Saturnino só quer pretextos para romper com Brizola, acertar com o governador Moreira Franco e com o governo federal a ser ele próprio um líder populista. A menor que renuncie de verdade, exemplo que no Brasil jamais se viu, exceto quando um lunático quis ser ditador e estava de porre.

Os porres podem ser constantes na História, mas infelizmente são tomados fora da hora de expediente.

O moralismo é uma tragédia. Triste

porque é colocado como mentira, com a qual se pretende engambelar a opinião pública. Instrumento útil da política inútil. Como aquele episódio do Leon Peres, que acusava uma negociata e foi destituído por tentar extorquir dinheiro dos negociantes.

O moralismo sincero é uma força destrutível. Alegria, Paraná. O governador Álvaro Dias investiu contra dois tabus invioláveis. A dívida do grupo Atalla, aposentadorias e nomeações no Tribunal de Contas.

Atalla, dono de usina de açúcar em Porcatu, deve ao Badep e ao Banestado "mais de cem milhões de dólares", disse o governador.

Um contraste vil com a situação do pequeno agricultor, que tem suas terras leiloadas para pagar dívidas com o sistema bancário "porque não é amigo dos poderosos", disse o governador.

As situações de iniquidade, serão agora provas de redenção.

As dívidas do grupo Atalla serão pagas com a mesma correção monetária, os mesmos juros, as mesmas multas e com mesmas penas de arresto ou sequestro impostas ao pequeno devedor.

Ou não? Brigue com quem duvidar, esse incrédulo, sabotador. Agora, no Paraná, o império é da moral. Não há diferenciação entre pobres ou poderosos, lei é lei, lei para todos.

No caso das aposentadorias declaradas ilegais pelo Supremo Tribunal Federal, tomar-se-á a opção de cumprir o que determinou a maior autoridade judiciária da Nação. Anular atos ilegais de aposentadoria, reverter os aposentados à ativa, recobrar o dinheiro pago em função de nomeações ilícitas.

O Paraná vai reaver uma porção de dinheiro. Tanto o pago para os mal-aposentados, quanto para os mal-nomeados.

Ou não? Contesto quem disser o contrário, esse cínico empedernido.

Diga também que existem situações se-

melhantes, de mesma forma julgadas pela autoridade judiciária, que terão solução idêntica. Porque, infelizmente e enfim, no Paraná de hoje temos um governo de moral igualitária.

Na esteira do saudável moralismo de nosso governo, todos podemos esperar medidas de grande alcance. Contem como certo que o Executivo remeterá à Assembléia proposta de revogação da lei que privilegiava com vencimentos de secretário de Estado os funcionários públicos que exerceram função de secretário por mais de um ano.

Como é injusta esta lei! Temos, por exemplo, dois secretários que são procuradores do Estado e exerceram as funções com empenho e dignidade. Seria um desprestígio aos demais procuradores - alguns deles jamais vistos em atividade, fiquem estes excluídos do comentário - que o simples fato de passar por uma secretaria de Estado, significasse privilégio de milhões na aposentadoria.

Ser secretário de Estado não é profissão. Mas basta estar no cargo por um ano, e o contribuinte pagará ao cidadão como se estivesse nas funções eternamente.

Não é imoral?

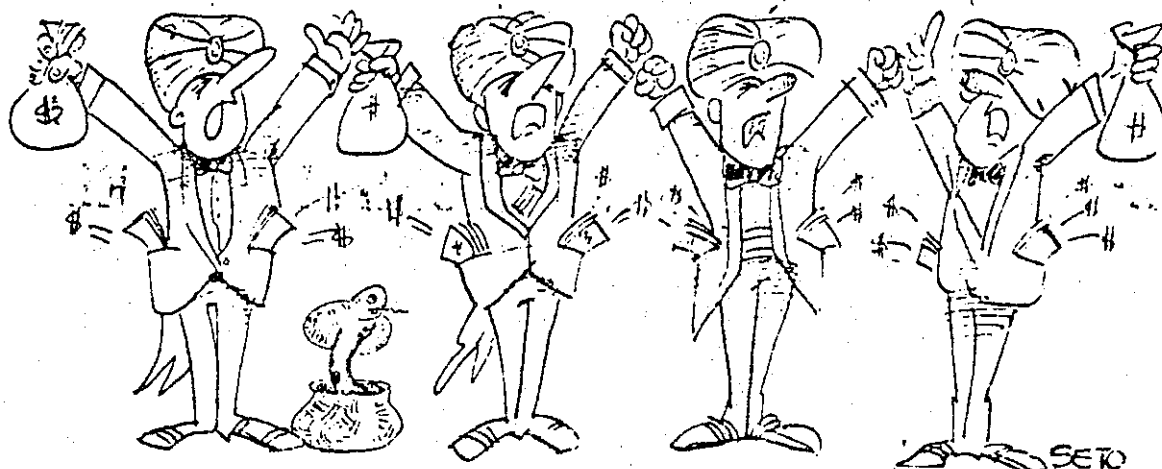
O próprio cargo de governador, remunerado igual à maior remuneração do Judiciário, é contemplado com aposentadoria. Como explicar para o deslustrado contribuinte que um cidadão brasileiro, igual a ele, tenha uma aposentadoria por quatro anos de trabalho? E que essa aposentadoria seja de igual valor à remuneração de um magistrado que incorporou todos os benefícios decorrentes de longa carreira?

Alegria. Paraná. Esses absurdos estão prestes a cair, chegou a nova era. A moralidade é aqui mesmo. Com o espírito de menino, lágrimas de esperança e fé no coração, vamos fazer uma corrente de vontades.

Como é difícil, mas como é importante acreditar.

Ou não?

QUEREMOS JUSTIÇA !



MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO CAÍTO QUINTANA, EM SESSÃO DO DIA 09 DE ABRIL DE 1987.

"Além da compreensão do Paraná"

Jornal "Gazeta do Povo"

Na sua edição de sábado, a "Gazeta do Povo" veiculou duas informações que nos empurram para o precipício do incompreensível.

A primeira delas adiantava que o governador Álvaro Dias, na insistência em defender os interesses do Paraná, colocou ao presidente Sarney, em conversa telefônica de 20 minutos, na quinta-feira à noite, a importância da "Ferrovia da Produção", no sentido de que a obra fosse priorizada no Plano de Metas do governo federal. Revelava-se que não era esta a primeira vez que o governador paranaense colocava o tema à apreciação presidencial. Como linha de consequência desse diálogo, anunciou-se que o presidente Sarney pedirá ao ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, que venha ao Paraná "para sentir de perto a importância da construção da ferrovia", (pág. 7, edição de 04.04.87).

A segunda informação foi veiculada na pág. 11 da mesma edição subordinado ao título "Brasil constrói duas grandes ferrovias" e ressalta que "o presidente José Sarney autorizou ontem (sexta-feira - ou quiça, na quinta-feira), o Ministério dos Transportes a iniciar as obras de construção de duas grandes ferrovias: uma ligando Imperatriz (Maranhão) com a malha ferroviária do Sul do país (ferrovia "Norte-Sul") e outra partindo de Vilhena, em Rondônia, indo até Vitória, no Espírito Santo (ferrovia "Leste-Oeste"), que pretende inaugurar dentro de dois anos e meio". Acentuava-se que ambas as realizações representarão "investimentos de 40 bilhões de cruzados, dos quais 11 bilhões este ano serão provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento, fruto da arrecadação dos empréstimos compulsórios pela compra de carros e combustível".

Faz decênios que o Paraná luta para distender os trilhos ferroviários que chegaram em Guarapuava, no Centro-Oeste do Estado. Nos últimos lustros surgiram as "novas fronteiras" do Sudoeste e Oeste, que respondem, hoje, por impressionante contribuição agrícola, que se deve escoar pela BR-277 (Foz do Iguaçu-Paranaguá), cuja capacidade para suportar o transporte do alude de grãos dessas regiões (e mais do Paraguai, ainda) já se previa - há quase uma década - que estaria esgotada. Os clamores dos que produzem chegaram à sensibilidade dos políticos, que já nas duas campanhas governamentais mais recentes incluíram - situacionistas e/ou oposicionis-

tas - o tema da "Ferrovia da Soja", hoje rebatizada como "da produção", em nível de prioridade mais alta dos reclamos de nosso desenvolvimento.

Ademais, como está concebida atualmente, essa via interessa ao Brasil de três maneiras muito significativas: 1) abre a possibilidade dos trilhos direcionarem-se para o Norte da Argentina; 2) proporciona condições ao Paraguai, via ferroviária, alcançar mais fácil e economicamente o Atlântico, inclusive constituindo-se num empreendimento que responde muito à Nação guarani, hoje necessitando de obra de vulto já que se concluiu a hidrelétrica de Itaipu; 3) um ramal ferroviário direcionar-se-ia para o Mato Grosso, abrindo-se facilidades de escoamento para Estados mediterrâneos do país, que integram o Centro-Oeste.

Não é um pleito paroquial estritamente do Paraná. Responde às prioridades diplomáticas brasileiras em relação a nações do "Cone Sul", desta parte das Américas. Demais, ainda, criaria opções para os Estados Centro-Oesteiros - a nova fronteira agrícola do país - que se poderiam servir dessa "Ferrovia da Produção" para alcançar Paranaguá e as unidades brasileiras sulinas, ao invés de ficar adstritas a São Paulo, apenas, tendo em vista o que os paulistas realizam, há muito, no sentido de distender sua malha rodo-ferro-hidroviária na direção do Centro-Oeste, donde sabem encontrar a mais abundante alternativa para o atendimento dos interesses de seu parque industrial, sempre em expansão, sempre carente de matérias-primas.

Depois do apelo - um novo pedido, a que se somaram outros - do governador Álvaro Dias, o presidente Sarney autorizou a construção de duas ferrovias, uma das quais sairá do Plano Goiano (Açailândia), tão escasso em produção econômica, até atingir o Maranhão (helás). Será a "Norte-Sul", enquanto que a "Leste-Oeste" partirá de Vitória para Vilhena, em Rondônia, vale dizer, transitando-se - dentro de dois anos e meio, quando se pretende estejam concluídas - por espaços de densidade econômico-social sensivelmente aquém do que se registra de Guarapuava até as barrancas do Rio Paraná, bifurcando-se para o Norte da Argentina, para o Sul do Mato Grosso e distendendo-se - como parece ser da intenção do governo do Paraguai - até Assunção.

Na veiculação dessas informações, duas realidades: 1) a autorização para que as ferrovias sejam construídas por determinação presidencial; 2) a promessa (nem mais que isto) para que tenhamos visita de ministro para estudar o nosso caso...

Entre ambas evidências há traços até de ironia: o Paraná contribuirá, com seus

recursos, para a construção dessas estradas de ferro, via seus dinheiros, já que cada um de nós, na aquisição de combustível ou carro, temos que, "compulsoriamente", fazer "empréstimos" àquele Fundo. Fundo que, agora, será um dos lastros para que se assista à construção ferroviária que vai bater, até mesmo, nos confins do Sul o Maranhão...

Além de termos, apenas, promessas de visitas ministeriais, os paranaenses assistem ao drenar de seus dinheiros sobre os quais não recai nenhum imposto que be-

neficie o Estado e seus municípios, onde se tenha verificado o "fato gerador", do tributo (?) para obras cujas importâncias se nos parecem pequenas diante da necessidade da "Ferrovia da Produção", no que nos significa regional, brasileira e internacionalmente.

Não somos provincianos, apenas, pela nossa timidez. A corte empurra-nos para o precipício do incompreensível, que nos aturde, até que cheguemos à realidade dos fatos. Até lá, o travo da injustiça, que estamos amargando."

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA
FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO
RAFAEL GRECA, EM SESSÃO DO DIA 09 DE ABRIL DE 1987.

"O MENOR: UM GRANDE DESAFIO PARA A IGREJA, A SOCIEDADE E O ESTADO".

QUEM É O MENOR

22. Mas quem é este MENOR, quem é esta MENOR a quem se refere a Campanha da Fraternidade de 1987? Que postura a Igreja, a sociedade e o Estado estão assumindo diante do Menor? Qual a situação do Menor no Brasil de hoje?

O QUE DIZ A REALIDADE



23. A simples observação do cotidiano da realidade brasileira aponta uma lista enorme de situações de crianças, adolescentes e jovens identificados como Menores empobrecidos abandonados, marginalizados e oprimidos. Citemos alguns exemplos: o Menor *Bóia-fria*, *Lavrador*, *Minerador*, *Posseiro*, *Peixeirinho de beira-rio*, *Migrante*, *Favelado*, *Cortiçado*, *Oleiro*, *Vidreiro*, *Vendedor ambulante*, *Picolezeiro*, *Engraxate*, *Menor de Rua*, *Guarda-Mirim*, *"Boy"*, *Limpador de pára-brisa*, *Guardador de carro*, *Vendedor de Santinho*, *Catador de papelão*, *Carregador*... Sofre maior opressão na sociedade o Menor negro e, especialmente, a menina. O Menor índio, ainda que acolhido de maneira exemplar pelos adultos da tribo, sofre com eles a marginalização a que seu grupo está submetido na sociedade (ver anexo).

O CONTATO

24. Além da observação, é preciso o contato com o Menor para conhecê-lo e seu mundo. É preciso ouvi-lo, possibilitar-lhe a palavra. Deixá-lo falar do jeito que vive ou sobrevive, contar sua história, dizer como vê o mundo, como percebe a realidade, seja na zona urbana (centro e periferia), pequenas e grande cidades, seja na zona rural ou entre as populações indígenas. Eles têm seus anseios, esperanças e projetos, bem

como seus traumas e revoltas. Os escombros da família, à rua, o bando, a violência, a luta por sobreviver deram-lhes um jeito próprio de ver e sentir a realidade e, conseqüentemente, de reagir e esperar.

OS DEPOIMENTOS

25 Ao longo deste estudo sobre o Menor, recolhemos alguns depoimentos que delinham a partir dos próprios menores o perfil deles, da vida e do mundo como eles o percebem. E vamos encontrar o Menor DENUNCIANDO com veemência as injustiças da sociedade, das quais é grande vítima. Mas vamos encontrá-lo também ANUNCIANDO as possibilidades de um Mundo Novo de fraternidade, justiça, partilha dos bens, trabalho, saúde, alimentação, escola, moradia, liberdade para todos. As comunidades que se abrem à criança empobrecida perceberão que esta criança não é "carente" de valores, mas é oprimida, impedida de participar, de dar a sua contribuição conforme a riqueza e os valores que lhe são próprios. Sujeitos de uma preferência especial do próprio Deus, poderão converter a Comunidade.



"As crianças não são respeitadas nem nas praças, nem nas ruas. Os carros param diante do farol, o que não vale nada, e não param diante de uma criança que vale tudo. Eles dão mais valor para as coisas do que para as pessoas."

(M. - 16 anos - São Paulo/SP - 1985)

O Novo Código de Menores, promulgado pela Lei Federal 6.697, de 10 de outubro de 1979, fala sobre a assistência, proteção e vigilância a menores de dezoito anos de idade, que se encontram em situação irregular. E, por situação irregular o referido Código, no artigo 2º, entende o MENOR privado de condições essenciais de subsistência, saúde e instrução obrigatória, representatividade e assistência em razão da falta, ação ou omissão ou manifesta impossibilidade dos pais e responsáveis

O que levou a Igreja a convocar a nação para uma Campanha da Fraternidade tendo como tema o Menor? Todos sabemos que a Igreja sempre foi sensível à dor e à pobreza e tentou minorar a situação das crianças dos doentes, dos idosos empobrecidos. No Brasil até data bem



"Eu mando dizer para as pessoas que organizam a CF que eles não fracassem, porque a CF é um negócio muito bom, e que eles continuem fortes e firmes como estão. A CF deste ano 'Terra de Deus, Terra de irmãos' já bateu muito em mim porque eu também não tinha terra pra trabalhar" (R. 13 anos, Teresina/PI)

NOVA POSTURA DA IGREJA FACE AO SOCIAL

A novidade está na maneira como a Igreja passou a ver-julgar-agir em relação à realidade do homem e da história. Além de continuar atendendo os desamparados, a Igreja, percebeu que era seu dever, em nome de sua missão, atuar sobre as causas geradoras de tanto sofrimento. Mantendo a postura da fé e da caridade, ela passou para uma visão e uma tomada de posição críticas sobre a engrenagem social.

IGREJA ATITUDE CRÍTICA À LUZ DA FÉ

Durante muito tempo, o seu ingente trabalho de assistência social concentrava-se mais nas conseqüências e nos efeitos, por causa de limitações da sua percepção e da própria situação histórica. Nem sempre soube questionar o sistema sócio-econômico-político, nem a si própria e às suas obras. Hoje a Igreja percebe melhor, à luz da ação do Espírito, o papel que lhe cabe desempenhar em prol dos marginalizados. Fez, então, a sua opção evangélica e preferencial, não exclusiva nem excluyente, pelos pobres.

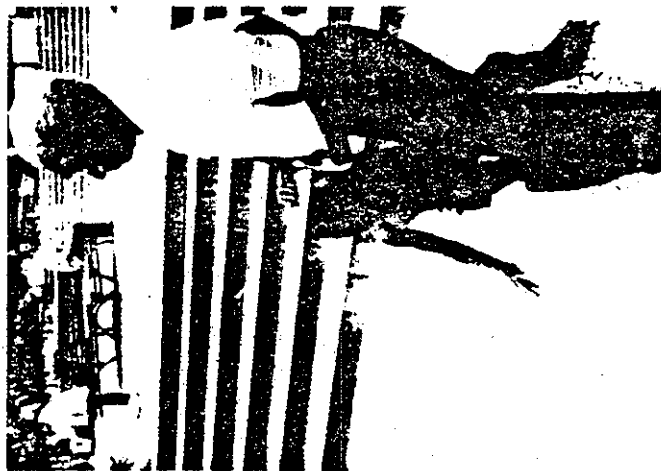
"Eu queria que a Campanha da Fraternidade colocasse muita coisa do Menor de rua, da vida da gente, que a gente sofre muito!" (L.C. - 13 anos, Nordeste)

Numa perspectiva profética e crítica, a Igreja busca vivenciar a fé em Jesus Cristo, bem dentro da realidade. Deve dar o testemunho da justiça evangélica de uma tal forma que expresse a caridade numa crítica direta ao egoísmo que impregna o contexto sócio-econômico. É preciso

superar um desenvolvimento histórico no qual os pobres são sempre vítima, por causa da cegueira do coração e por causa das estruturas injustas e pecaminosas da sociedade.

A SOCIEDADE E O MENOR

31 É fácil constatar que também a Sociedade e o Governo passaram a ver com preocupação nova a situação do Menor. A presença do Menor surge como uma constante nos debates políticos, nos livros, reportagens, programas de TV e filmes. Só que, muitas vezes, a preocupação não é com o Menor enquanto pessoa, enquanto sujeito de direitos que lhe são negados. A preocupação é, antes, com a garantia de segurança de quem já usufrui da propriedade e do bem-estar da sociedade constituída. O Menor marginalizado passou a ser uma ameaça à tranquilidade social. Esta postura, segundo muitos especialistas, está presente no atual Código de Menores em que, não obstante a intenção explicitada de proteger o Menor, coloca-o em situação igual ou inferior à do adulto em idênticas condições. Eis alguns exemplos típicos: o Menor é preso só por suspeita, não tem direito à defesa e nem ao "Habeas Corpus", continua preso indefinidamente (primo perpétuo), sem julgamento.



"Na rua tem muita gente que bate na gente, a polícia, os meninos maiores. As pessoas xingam a gente e dizem: 'Você é um ladrão!' Mas eu não sou!" (R. 13 anos - Terezina/PI)

32 O fenômeno do Menor "carente, abandonado, infrator" tornou-se tão urgente e perturbador que a Lei Federal 4.513, de 1964 fez surgir a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM) e suas instituições estaduais. Alguns acolheram a iniciativa como reação social à ameaça que o Menor passou a significar para a sociedade

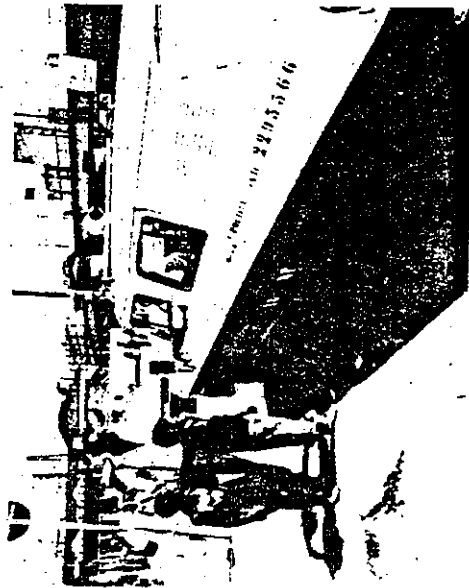
Os propósitos e a política social da FUNABEM se resumem nos seguintes louváveis tópicos:

buscar um novo enfoque no tratamento da questão do Menor, criar instituições para menores, mas com características aproximadas da vida familiar; integrar o Menor na comunidade, tendo por base a família ou lares substitutos, incentivando-se iniciativas regionais e locais e dinamizando-se as comunidades.

33 Esta política e estes propósitos não foram, porém, traduzidos em práticas educativas condizentes. A tônica do atendimento pelas instituições estatais permaneceu quase sempre no confinamento e na

A AÇÃO DO ESTADO JUNTO AOS MENORES

punição. Raras foram as beneméritas exceções devidas a pessoas com especial carisma e dedicação, auxiliadas por pessoal competente dedicado. Tal situação dificilmente será corrigida, porque fruto de erro histórico de se criarem órgãos setoriais com função apenas corretiva e reparadora da ineficiência das políticas sociais mais globais, que tratam, por exemplo, do problema nacional da Saúde, do Trabalho e da Educação. São constantes, um pouco por toda a parte, as notícias de violências, fugas e até morte nas chamadas unidades de "recuperação" do Menor. Este continua sendo estigmatizado com o rótulo fácil de "marginal", é vigiado e punido, em vez de ser considerado como uma vítima indefesa, um sub-produto de uma sociedade omissa e desumana.



34 Levados por esse modo de pensar são, infelizmente, muitos os que vêem como solução para o problema a ação repressiva e policial. Tal visão é alimentada por programas radiofônicos de ampla audiência. Toman os fracassos da atual política de "bem-estar do Menor" como argumento para defender planos de segurança que chegam até ao uso de esquadrões da morte, prática absurda e impunemente presente em nosso país.

35 A partir dessa ótica, procura-se justificar um aparato de repressão sobre o Menor Sempre suspeito, uma vez apanhado, passa a percorrer uma terrível via crucis que inclui órgãos de segurança pública e judicial

IMPORTA AJUSTAR O MENOR

centros de triagem, internamentos que mais adestram um marginal do que o recuperam. O objetivo é de "ajustar" o Menor na engrenagem do sistema: *ajustar os miseráveis para ficarem no seu devido lugar na sociedade e sem perturbá-la*, sem se pensar, porém, na diminuição da miséria e das escandalosas injustiças que produzem o Menor e todos os demais marginalizados. Mas o processo utilizado com o Menor tem demonstrado a falência da atual política do "bem-estar do Menor", pois, não conseguindo "ajustá-lo", contribui, o mais das vezes, através da repressão, para torná-lo delinqüente e até de alta periculosidade social.

36. Em 1975, uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) sobre o Menor revelava a existência de nada menos que 13.542.508 menores carentes no Brasil. E esta CPI acrescentava: *é importante esclarecer que estes números se referem à carência e ao abandono visíveis, percebidos pelos efeitos informantes. Mas alguns indicadores sócio-econômicos, principalmente o que fixa em até dois salários-mínimos o rendimento mensal de 2/3 da população assalariada, autorizam-nos a avaliar em 25 milhões a população de menores carentes e abandonados (2).*

CPI SOBRE O MENOR

37. A mesma CPI, assustada, alertava ainda: *Se não forem tomadas medidas preventivas e de recuperação dos menores infratores, a vida se tornará insuportável para todos nas grandes cidades brasileiras (3).*

O PERIGO DO MENOR

Estavam em questão, portanto, não o Menor em si, os interesses e os direitos do Menor e, sim, as conveniências e a tranqüilidade da sociedade.

A SITUAÇÃO HOJE

38. Hoje, passados doze anos, a situação ficou pior do que naquela época, devido aos inúmeros problemas sócio-econômico políticos e culturais que o Brasil enfrentou de 1975 para cá, acumulando uma dívida social de incalculável monta. No próximo capítulo, analisaremos com alguns pormenores estes problemas.

39. Segundo o Ministério da Previdência e Assistência Social, em 1981 a população de brasileiros de 19 anos para baixo era estimada em 58.286.961. Dessa população, 55%, ou seja 32.100.565 eram carentes

QUANTOS MENORES HOJE?



40. Mas quais as verdadeiras causas que geram e marginalizam tantas crianças, adolescentes e jovens neste imenso, rico e tão religioso Brasil? Que dizem de si, de suas famílias, do mundo e de Deus estes menores empobrecidos? O que desejam?

41. APROFUNDAMENTO

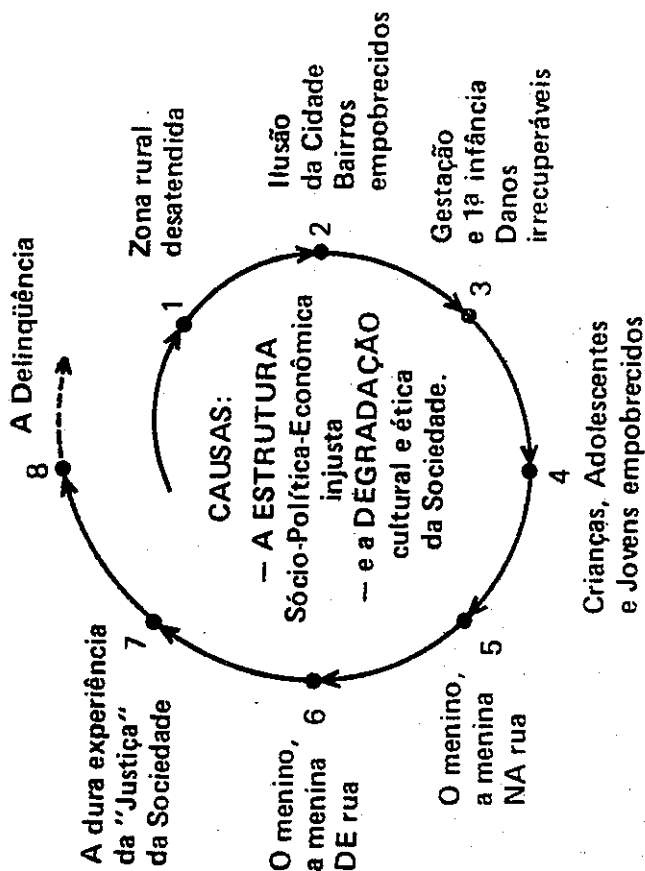
- Atualize os dados sobre a situação do Menor no Brasil.
- Em que condições vivem (sobrevivem) os Menores de sua região?
- Como a Igreja, em sua região, vem atuando em relação ao Menor?
- Como as instituições do estado procedem em relação ao Menor em sua Região?
- Como a sociedade local se posiciona em relação ao Menor?

(2) Câmara dos Deputados, A Realidade Brasileira, CPI do Menor, Brasília 1976, pp. 25-26

(3) Câmara dos Deputados, A Realidade Brasileira, CPI do Menor, Brasília 1976, pp. 29

1.2- O CICLO DE MARGINALIZAÇÃO DO MENOR

42. O gráfico é indicativo e não esgota todas as alternativas e possibilidades. A partir de cada situação ou estágio, o Menor pode assumir rumos diferentes dos apontados aqui. Seguimos a trajetória mais representativa e que traz maiores consequências.



1.2.1 - As Causas

43. O Menor marginalizado não surge por acaso, nem nasce mau. Ele é fruto de um estado de injustiça social crônica, que gera e agrava o pauperismo em que sobrevive a maior parte da população. Na medida em que a desigualdade econômica e a decadência moral foram crescendo nestes últimos anos, aumentou cada vez mais o índice de menores empobrecidos.

RÁPIDAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

44. Onde está a explicação de tudo isso? Em geral se diz, e com razão, que a explicação reside nas rápidas transformações que se dão por causa da industrialização e da urbanização do país. Tal processo provoca um impacto sobre a economia, a organização social e a cultura do mundo rural. Entre outras coisas, surge o êxodo rural com o consequente "inchaço" das cidades brasileiras, para as quais ocorre um número imenso de famílias em busca de melhores condições de vida e de trabalho. A capacidade de atendimento social da infra-estrutura urbana é demasiado pequena para receber esta demanda. Não há como dar trabalho, moradia, escola, alimento, assistência médico-hospitalar para tanta gente. Além disso, o contingente de migrantes não está qualificado para responder às exigências do mercado industrial de trabalho e à vida urbana. O resultado só pode ser a marginalização das famílias, dos cidadãos, das crianças. Essas últimas, em especial, são vítimas de inúmeras carências e, expostas aos perigos da cidade, vítimas também do abandono total ou parcial, da malandragem e da delinquência.

PROCURAR CAUSAS MAIS PROFUNDAS

45. Tal explicação de tipo linear tem seu fundo de verdade. É preciso, no entanto, que a relacionemos com acontecimentos econômicos e sociais mais fundamentais. Isso é importante para não incorrer no erro de conceber a marginalização em que é jogada a criança brasileira apenas como um "atraso" ou uma "disfunção", nascidos de um desenvolvimento demasiado rápido e, por isso, ainda desigual. O remédio, caso se tratasse apenas disso, seria o de proteger mais a criança e a família através de programas sólidos do governo e iniciativas da comunidade, procurando-se arrancar com urgência o maior número possível de crianças dessa situação. Em si, tudo isso é importante e deve ser feito. Contudo, não atingiria a raiz do problema, embora amenizasse a dor e o abandono de muitas crianças.

46. É necessário que se pergunte, portanto, qual é a causa real deste fenômeno doloroso. Por que é que, tendo a economia brasileira crescido tanto nestes últimos decênios, continua tão elevado o número de carentes e de miseráveis em nossa sociedade? Donde vem a crescente pauperização da população brasileira? A resposta, que em si é complexa talvez possa ser resumida em uma única frase: **vem do próprio modelo econômico. É sobre ele que se assenta o inegável crescimento de nossa produção industrial e agrícola. Só que este modelo para uma pouca**

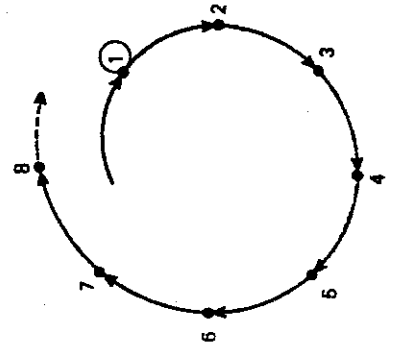
"Laborem Exercens", sua encíclica sobre o trabalho, onde deixa mais claro ainda as relações injustas que existem, entre o trabalho e o capital (cf. L. Ex. Cap. III). O egoísmo pessoal se estrutura em nível social e ocasiona uma tão grande desorganização nas relações entre as pessoas e as classes que umas passam a dominar sobre as outras, a oprimí-las e escravizá-las. E este egoísmo se torna ainda mais cruel quando é rodeado pelos ídolos do poder, do dinheiro, do prazer e do saber opressores. É neste nível que devemos buscar soluções iniciativas adequadas à nossa realidade, se quisermos chegar à raiz verdadeira e última do problema social do mundo, no qual a criança empobrecida é uma das vítimas mais atingidas.

"O que nossos pais sofrem, nós sofremos também."
(L. - 13 anos - Timbaúba/CE)

48. A ingente dívida social tem raízes históricas em nossa estrutura social. A apenas um ano da celebração do centenário da chamada "Abolição da Escravidão", deve-se reconhecer que a miséria em que vive hoje

RAZÕES HISTÓRICAS DA DESIGUALDADE SOCIAL

metade da população brasileira tem a ver com a formação inicial do nosso povo. A desigualdade de hoje é expressão e resultado de um processo histórico injusto que, desde os primórdios, desconhecia direitos fundamentais do homem, reduzindo-o a objeto de compra e venda. Não é sem razão que, em qualquer favela, e em qualquer estabelecimento de reeducação no Brasil, predominam os brasileiros de raça negra. O mesmo se dá entre os desempregados ou entre os analfabetos. É por que foi sempre em cima de seu suor e de seu trabalho que se construiu a riqueza nacional, a partir de uma estrutura sócio-econômica, política e cultural que nunca lhes permitiu ocupar outro espaço. Também aqui se fazem necessárias mudanças profundas como condição para uma solução definitiva do problema do Menor que, portanto, é de natureza social e política.



1.2.2 - Zona Rural (1ª fase)

49. Constata-se na zona rural a mesma rápida penetração de grandes capitais destinados a aumentar a produção de bens exportáveis. A agricultura e a pecuária experimentam notáveis avanços, com atividades

uma acumulação crescente de riqueza e a renda fica desigualmente distribuída. Além disso, os grandes recursos de investimento que entram no país (boa parte da dívida externa e os capitais nacionais) são aplicados dentro dos objetivos de expansão, produção, consumo e fabricação de armas. Ignoram-se os despossuídos, os 50% da população que não tem, nem nunca tiveram, participação nos benefícios e no produto do trabalho que sacrificadamente realizam. A riqueza brasileira é uma das mais mal distribuídas do mundo, enquanto os indicadores econômicos colocam o Brasil em 89º lugar no mundo, os indicadores sociais situam-no em 52º lugar, abaixo das Filipinas e da Tailândia, não muito acima da Nigéria. (5)



"Eu acho que estas coisas só acontecem por causa dos ricos, porque eles querem tudo para si. Nesta ocasião eu me sinto magoada por ver meus irmãos sofrerem."
(S. - 11 anos - Mourão - CE)

"Quem enriquece os ricos somos nós trabalhando e pagando meia."
(N. - 12 anos - Genipapo/CE)

TRABALHO E CAPITAL

47. Como disse tão claramente o Papa João Paulo II, em Puebla: "se há ricos cada vez mais ricos", isso se dá "às custas de pobres cada vez mais pobres" (Puebla 30). O Santo Padre está falando aqui não só de pessoas, de indivíduos, mas também de classes. E isso é retomado na

(5) Um estudo realizado pelo IBGE com UNICEF e OPAS em 1986 mostra a iniquidade sócio-econômica do Brasil. Apenas 10% da população economicamente ativa concentra 47,6% da renda nacional, enquanto 90% da mesma população só podem apropriar-se de 52,3% dessa renda. Uma minoria numérica inexpressiva não permite que uma imensa maioria tenha o suficiente para alimentar-se com decência. No Brasil de hoje 20% da população está na pobreza absoluta. Cf. Ib. Janguaribe, H. Brasil 2.000, Ed. Paz e Terra, Rio, 1986.

mecanizadas e de larga escala. Só que, de novo, os lavradores são atropelados por esse processo. São acudados, submetidos à exploração e desrespeitados em seus direitos fundamentais. Na situação injusta da distribuição das terras, no modelo de trabalho e produção, nas parcerias injustas, na grilagem da terra, na escravidão branca é que encontramos as razões e as raízes profundas da migração maciça para a cidade, à procura de vida melhor e de condições mais humanas de existência. As calamidades naturais (secas, enchentes) também causam sofrimento e forçam as migrações (6).

"Eu moro no Piauí. Eu trabalhava no carvão. O dono me expulsou porque queria que fosse 'de meia'. Nós sofriamos muito. Tínhamos de fazer carvão escondido. E fazer de meia a gente não ganhava nada. Se a gente tivesse a terra, aí a gente podia trabalhar. Eu tenho 11 anos, já sinto a falta da terra pra trabalhar."

Agora eu estou trabalhando de horta, mas sinto a mesma dificuldade de não ter terra. Na horta eu não ganho muito dinheiro porque a monitora não entende muito da horta e a terra não é boa. Eu ganho 10, 20, 30 por semana e dou o dinheiro pra minha mãe. Meu pai morreu faz 6 anos. Comecei a trabalhar com 5 anos.

Eu espero que os meninos ricos fiquem sabendo que nós somos pobres, estamos trabalhando e que todo menino deve tomar consciência do trabalho" (J.C. - 11 anos - Teresina/PI).



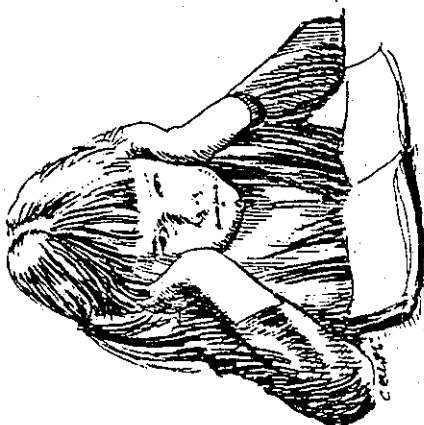
OS MENORES
TRABALHADORES NA
ZONA RURAL

50. Os menores da zona rural são obrigados, desde tenra idade, a trabalhar para ajudar a econômica à família. Muitas vezes, devem trabalhar longe de casa, para terceiros. Em geral são trabalhos acima das condições físicas do Menor, com remuneração irrisória e sem a mínima proteção legal. Em São Paulo, nas regiões da cana, por exemplo, ganham por produção, chegando a cortar cinco toneladas por dia. As meninas cobrem-se deixando apenas os olhos à vista, para se protegerem

da folha da cana, cujo fio corta como navalha e do seu carvão que deixa a pele enegrecida. Nestas condições, não há como usufruir da infância.

51. Não há acesso à escola, seja por não existir no lugar, seja porque o ano letivo não corresponde ao ritmo rural. Os conteúdos e metodologias não atendem às necessidades rurais de um ensino escolar-agrícola adaptado à situação climática local e à cultura do povo ali existente.

"Já ouvi muito falar nos direitos da criança e eu queria que a gente tivesse direito à escola!"
(R. - 13 anos - Teresina/PI)



52. A migração no Brasil atinge a família toda e de modo especial a criança e o Menor, ocasionando graves problemas: separação do casal, quase sempre ficando a mulher com as crianças, enquanto o marido migra em busca de trabalho, frequentemente constituindo outra família. As famílias migrantes não encontram o mínimo de infra-estrutura de apoio onde se implantam. E normalmente são numerosas, tendo acima de cinco filhos.

"A gente morava no interior, mas não estava dando, aí meu pai vendeu o pedaço de terra que tinha e foi pra Teresina. E agora a gente está lutando!"
(A.R.M. - 13 anos - Piauí).

53. Surge então a figura do Menor migrante "boia-fria" que vive na mais deprimente situação: barracões precários construídos pelas usinas ou pensões em completa promiscuidade. Aos poucos, acontece a perda das raízes culturais e das tradições.

"Eu tinha 20 irmãos, mas agora só tenho 10. Eu tenho pai e mãe. Minha mãe é nervosa e meu pai é aposentado pelo INPS por causa de uma perna. Com 9 anos saí de casa pra trabalhar."
(A. - 13 anos - Nordeste)

54. As meninas destas famílias migrantes e empobrecidas, assumem muito cedo o cuidado dos irmãos menores para que os pais possam trabalhar. Logo que atingem a puberdade, muitas se empregam como do-

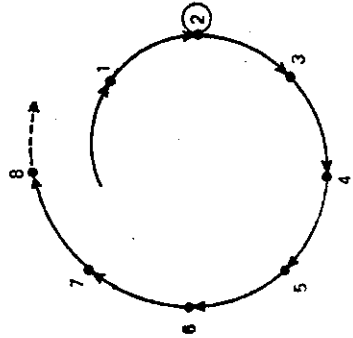
AS MENINAS DE
FAMÍLIAS MIGRANTES

místicas. Despreparadas para a nova situação de vida, sem o apoio da família que as recebe, carentes afetivamente, são desrespeitadas em todos os seus direitos. Muitas, enganadas, caem no relacionamento sexual. Se acontece a gravidez, entram no dilema: assumir o filho, doá-lo ou abortar. Na primeira hipótese, correm o risco não só de perder o emprego mas de, conservando-o, não terem recursos suficientes para si e a criança. Na segunda, há os traumas da separação mãe e filho. Na terceira acontecem as terríveis consequências psicossomáticas e éticas do aborto. Este contexto favorece o recurso à prostituição.

PROSTITUIÇÃO

55. Nas regiões de maior fluxo migratório, a prostituição de Menores atinge índices impressionantes. Ressaltam-se em especial as áreas de mineração, extração de madeira e centros de cidade.

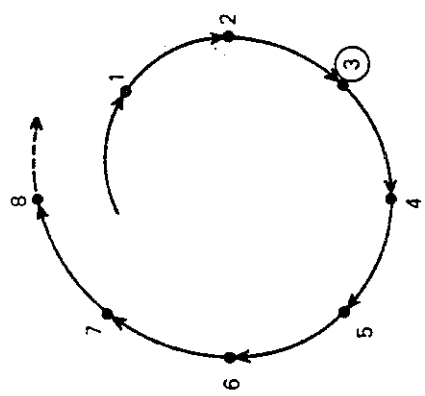
"Em Rio Branco, são as mães que levam as filhas a se prostituírem com os peões que vão pra lá explorar ouro. Ou as vendem aos caminhoneiros que vêm para o Sul, certas de que, aqui, elas encontrarão uma vida melhor. Recente levantamento do governo do Pará apontou que, só na capital há 30 mil meninas entre 11 e 15 anos vivendo da prostituição." (em JB, 27/10/1985).



1.2.3 – A Cidade (2ª fase)

56. Raramente a cidade é solução. Alguns, apesar de muitas dificuldades, conseguem uma inserção na estrutura produtiva e comercial urbana. A maioria,

porém, se fixa no subemprego, no desemprego, no biscoite; um sofrimento contínuo e invisível, que gera insegurança, instabilidade, desentendimentos e dificuldades tão grandes em nível familiar, moral, social e religioso, que acabam desestruturando ainda mais a família. E, como consequência, as CRIANÇAS ficam desamparadas e marcadas para o resto da vida por estes problemas.



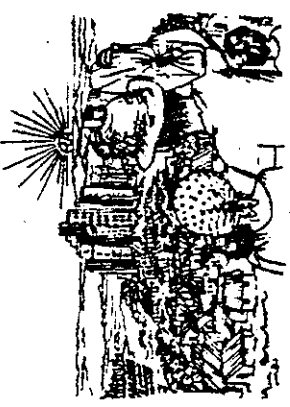
ASSASSINATO SILENCIOSO



1.2.4 – Gestação e Primeira Infância (3ª fase)

57. Há um assassinato silencioso de crianças desamparadas, provocado por uma soma de carências: miséria, infecção e desinformação. Várias doenças infantis são ainda agravadas pela falta de higiene básica e pela desnutrição, matam milhares de crianças e, nas que sobrevivem, podem deixar sequelas tais como cegueira, surdez, deficiências cardíacas e lesões cerebrais. A inteligência, a capacidade afetiva e motora, a confiança em si e nos outros as habilidades humanas podem sofrer grave diminuição por causa da falta de pão e de agressões

"Na nova Constituição eu queria que colocasse que os meninos não trabalhassem e que falasse no trabalho dos pais, que os pais tivessem trabalho." (R. - 13 anos/PI)



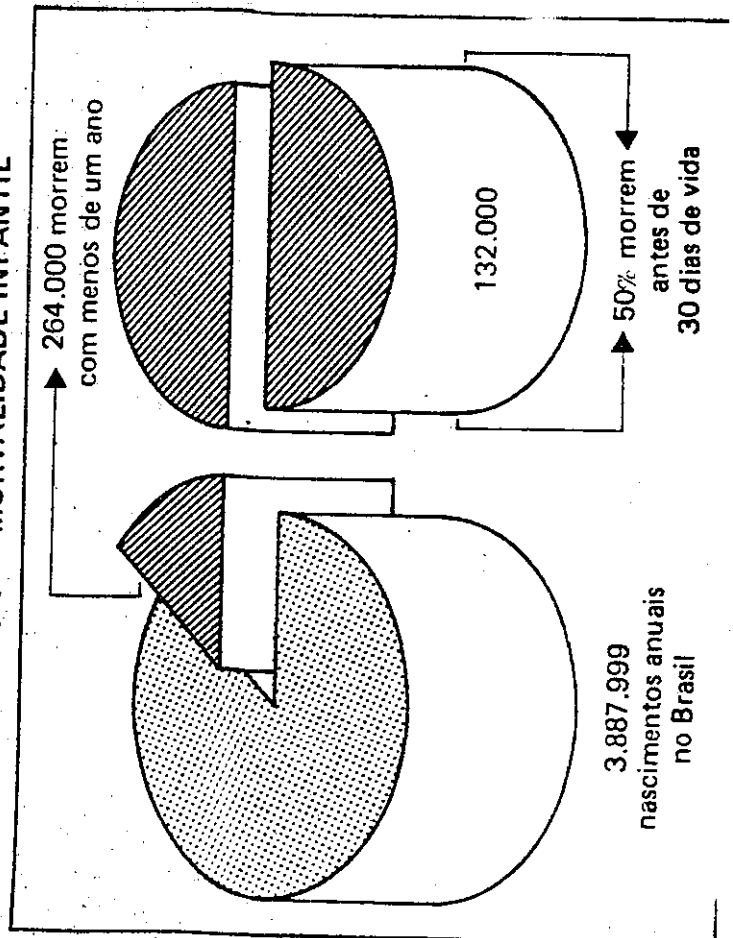
que a criança recebe durante a gestação, o parto, nas primeiras semanas e anos de vida. E dois terços das mortes de crianças com menos de 5 anos no Brasil são por causas cujo controle é conhecido e possível de ser superadas. Duzentas e onze mil sobre trezentas e vinte mil crianças não teriam morrido se a desnutrição, as doenças respiratórias, as diarreias, as pré-natais e as preveníveis por vacinação, tivessem sido tratadas em tempo. A diarreia é a causa principal dos óbitos infantis no Nordeste (mais de 30%). (Ver quadro nº 1: "Mortalidade Infantil").

DANOS IRREPARÁVEIS

58. Em 1985 nasceram 3.887.999 crianças e morreram aproximadamente 320.000 entre 0 e 4 anos. O mais lamentável é que 246.000 crianças (84,4%) morreram com menos de 1 ano e dessas, a metade antes de completar trinta dias de vida. Para cada 10 crianças que morrem na América Latina, 5 são brasileiras. O Nordeste, com 1/3 de nascimentos nacionais, é responsável por 50% da mortalidade infantil em nosso País.

MORTALIDADE INFANTIL

QUADRO nº 1 — "MORTALIDADE INFANTIL"



59. A causa mortis principal da nossa infância é, a desnutrição, que deixa nos sobreviventes consequências irreparáveis, reduzindo o potencial físico e mental e diminuindo a resistência às enfermidades. Este imenso problema começa com as mães desnutridas e desinformadas e consequentemente com o desmame precoce. Sabe-se que o leite materno é alimento, estímulo e remédio. A desnutrição das mães é gerada pela escassez salarial que produz carência alimentar e impede condições mínimas de moradia, higiene e saúde nas famílias empobrecidas. Devem ser destacadas ainda as péssimas condições pré-natais vividas pelas mulheres desses ambientes e a fácil irritabilidade que leva a frequentes agressões dos pais em relação aos filhos.

pede condições mínimas de moradia, higiene e saúde nas famílias empobrecidas. Devem ser destacadas ainda as péssimas condições pré-natais vividas pelas mulheres desses ambientes e a fácil irritabilidade que leva a frequentes agressões dos pais em relação aos filhos.

QUAL A SOLUÇÃO?

60. Diante desse quadro crescem infelizmente, a teoria e a prática de uma solução baseada na eliminação dos miseráveis, sendo um dos meios o controle de natalidade e não a libertação através de uma transformação sócio-econômico-política que comporta a justa distribuição de rendas e oportunidades para todos.

CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS FÍSICAS E MENTAIS

61. A cada dia nascem crianças com dificuldades físicas ou mentais; algumas adquirem a deficiência já no seio materno; outras ao nascer ou ainda no decorrer dos primeiros anos de vida e até mesmo com mais idade. Sabe-se que a grande maioria das deficiências pode ser prevenida, identificada em tempo e tratada.

DADOS ESTATÍSTICOS

62. Tomando-se por base os dados da Organização das Nações Unidas (ONU), tem-se que 10% da população brasileira (13 milhões de habitantes) são deficientes. (Ver quadro nº 2 "Deficientes no Brasil").

63. Sabe-se ainda que mais de 2/3 dessa população, ou seja, mais de 8.700.000 pessoas não recebem nenhum atendimento adequado às suas deficiências.

instalada na família, onde o companheiro da mãe comumente não é seu pai, ou a companheira do pai não é sua mãe (7)

A QUESTÃO DO
TRABALHO DAS MÃES

65. Há ainda, a situação da mãe que também é operária. É forçada a sair de casa pela carência econômica, não por opção. Quando as empresas não cumprem o que é prescrito em relação às creches, elas não têm com quem deixar as crianças. Quando os parentes estão longe e não há organizações comunitárias de apoio surgem soluções absurdas entre as mais empobrecidas e desinformadas: deixar as crianças soltas nas ruas ou trancadas (até amarradas ou algemadas) em casa, sozinhas ou sob os cuidados de filhas adolescentes.

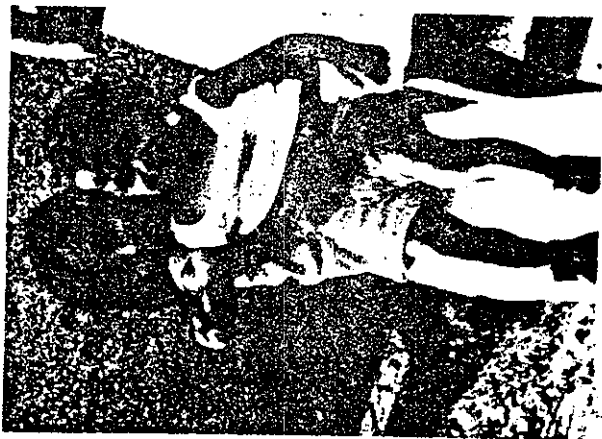
"Uma menina foi levada ao hospital com as costas raladas e confessou ter sido a mãe, por ela não ter feito o serviço da casa enquanto a mãe estava no mercado.

A idade dessa menina - 11 anos.

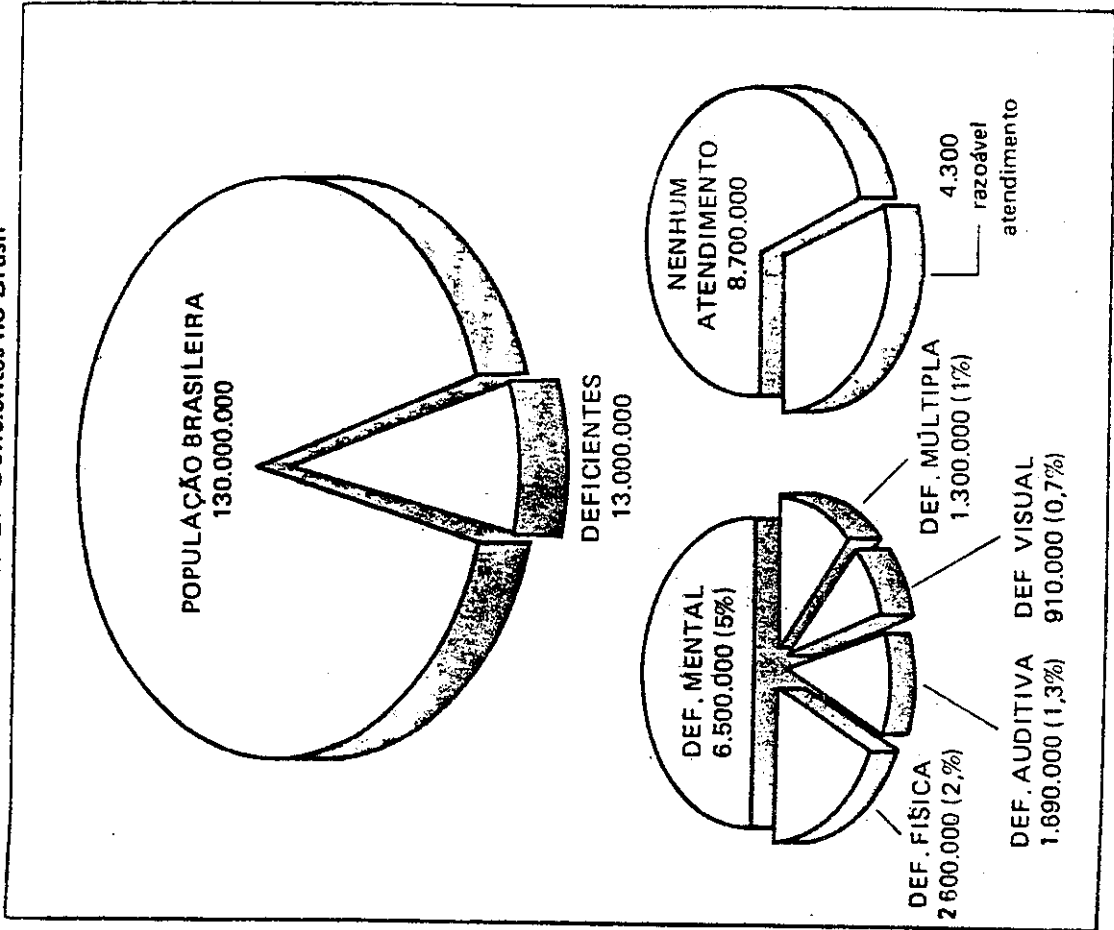
Ela tinha que tomar conta de 4 crianças, varrer, cozinhar e lavar roupa" (Fortaleza - CE)

"Eu faço muita coisa durante o dia: lavar louça, fazer almoço, jantar, dar banho nos meninos, trocar, dar comida, dormir. Vou para casa da minha prima, conversar. Levanto às sete horas e lavo o rosto, escovo os dentes, e vou até o bar comprar leite. Depois tomo café e vou varrer a casa. Em seguida vou lavar louça e vou fazer almoço para os meninos e lavar roupa. Quando dá onze e meia tomo banho e me arrumo. Almoço e ao meio dia e meio eu saio para a escola. Quando volto vou fazer o mesmo trabalho da sempre (Uma menina de 14 anos - Vila Maria/SP).

(7) Múltiplos são os fatores que podem gerar um comportamento agressivo nos adultos com relação às crianças: alcoolismo, neurose, desajustes familiares, passado sofrido na infância, pressões econômicas como fome e desemprego. Naturalmente, nas famílias mais pobres, as pressões econômicas e sociais agravam o quadro onde sobressai a incidência de abuso sexual devido à promiscuidade. Embora famílias de certa cultura resistam mais à idêia de bater nos filhos, o uso da pancada ocorre em todas as camadas sociais. Estimase em cerca de 150.000 as crianças espancadas cada ano no país, sendo que cerca de 2.000 delas morrem em consequência disso. Sabe-se que a criança pagará caro no futuro, por todo tipo de violência sofrida na infância. As marcas ficam indelevels podendo gerar mais tarde, uma personalidade retraída, insegura e medrosa ou agressiva e violenta. O desprezo à frieza, a ausência dos pais podem trazer consequências maiores que a agressão física. A desnutrição afeta a sequência das estruturas na personalidade e ela existe em qual quer classe social. A primeira agressão após o nascimento é da criança para a mãe.

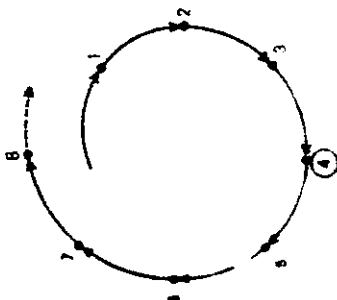


Quadro nº 2: "Deficientes no Brasil"



1.2.5 - Crianças, Adolescentes e Jovens Empobrecidos (4ª fase)

64. Muitos Menores, meninos e meninas são sobreviventes do círculo de miséria que subjuga o Brasil. São, portanto mal alimentados, afetivamente inseguros, pelo abandono de pais e parentes ou pela agressão



66. As crianças são eliminadas também do sistema escolar, onde os métodos de ensino, as técnicas de avaliação e os critérios de promoção discriminam o Menor, estimulam a repetência e a evasão escolar.

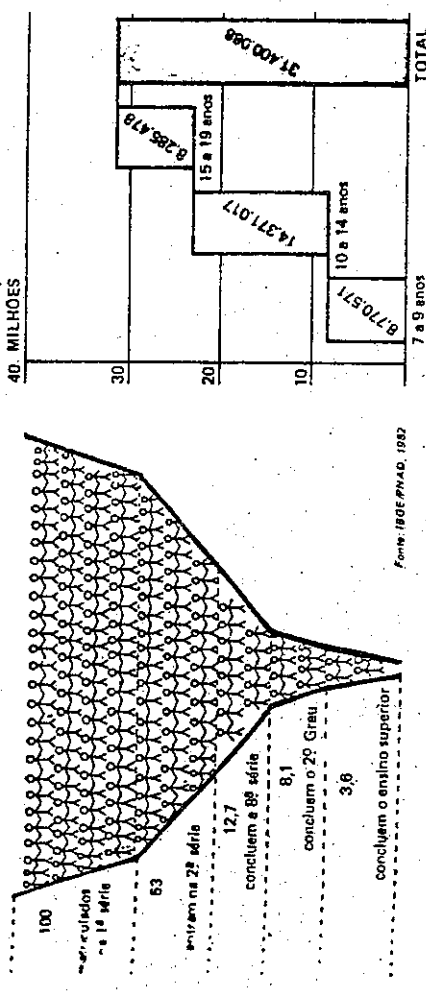
O SISTEMA EDUCACIONAL VIOLENTO

Mais de um terço da população brasileira, em idade escolar, é vítima da inadequação do sistema educacional que, ou impede o acesso à escola (por dificuldades de vaga, documentação, vestuário) ou facilita a exclusão da criança empobrecida. Sem dúvida, o modelo-padrão da escola atual não atende às necessidades e aspirações da maioria dos escolares, pois é pautado pelo nível de vida da classe média urbana (Ver quadro nº 3 "O Funil da Educação").

QUADRO Nº 3 – O FUNIL DA EDUCAÇÃO E ANALFABETISMO

A – Funil

B – Pessoas de 7 a 19 anos que nunca frequentaram curso regular



67. Acrescente-se que ainda é pouco o cuidado com a educação. É só ver as condições ambientais de certas escolas em bairros populares, a falta de recursos para a manutenção, que fica por conta das APMs e da boa-vontade dos diretores; o material escolar que onera as famílias já empobrecidas; o despreparo e descontentamento dos professores mal remunerados, embora responsáveis por tão importante missão.

PÉSSIMAS CONDIÇÕES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

"No meu colégio, a gente não aprende nada. A gente paga uma taxa escolar muito cara. Se eu for som farda não entro na escola" (R. 13 anos - Teresina/PI.)

68. A necessidade de trabalhar tem contribuído também bastante para a evasão escolar. No setor formal de trabalho encontramos

O MENOR NO TRABALHO

o Menor empobrecido: ora como ajuda indispensável ao insuficiente trabalho dos pais; ora como grande recurso para o empesariado de certas indústrias; e ainda como fator disciplinar e punitivo. O Menor mais empobrecido e marginalizado nem sempre se apresenta como mão-de-obra nas organizações formais de trabalho ou produção. Ele próprio cria seu espaço e organiza em vista da sua sobrevivência. A realidade o mostra nas ruas e praças, nas estações e estacionamentos, nas lojas, nos semáforos. Fazem de tudo: vendem balas, flores, santinhos e bugigangas, engraxam sapatos, lavam carros e até assumem trabalhos acima de suas condições em fábricas, canaviais, cafezais, algodoais. E, como último recurso, recorrem a pequenos furtos, início de um processo que facilmente os leva à delinquência. (Ver quadro nº 4 "O Menor e Trabalho").

QUADRO Nº 4 – O MENOR E O TRABALHO

Trabalhando muito...

Jornada de trabalho semanal (1980)

...ganhando pouco...

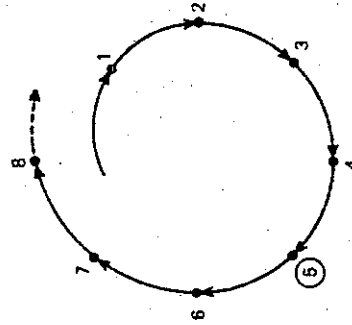
Rendimento mensal

CRIANÇAS		JOVENS	
Menos de 15 horas	1,5%	Menos de 15 horas	0,7%
de 15 a 29 horas	14,7%	de 15 a 29 horas	4,2%
de 30 a 39 horas	21,1%	de 30 a 39 horas	9,8%
de 40 a 49 horas	41,2%	de 40 a 49 horas	58,0%
50 horas ou mais	18,7%	50 horas ou mais	28,4%
HORAS SEMANAIS DE TRABALHO		HORAS SEMANAIS DE TRABALHO	
SALÁRIO MÍNIMO		SALÁRIO MÍNIMO	
$\frac{1}{2}$ Salário	66,6%	$\frac{1}{2}$ Salário	66,6%
Mais de $\frac{1}{2}$ a 1	22,4%	Mais de $\frac{1}{2}$ a 1	34,8%
Mais de 1 a 2	9,2%	Mais de 1 a 2	32,8%
Mais de 2 a 3	4,1%	Mais de 2 a 3	4,1%

71. As vezes, os pais, pensando tratar-se de melhor alternativa, procuram para seus filhos menores uma "internação". No entanto, a prática tem comprovado que o afastamento do Menor de sua família e comunidade, para ser tratado dentro de instituições, cuja pedagogia e formação humana estão distantes da realidade que ele deverá enfrentar, resultam, muitas vezes, em jovens inadaptados e até revoltados. Sempre que distante de uma mística e

O PROBLEMA DOS "INTERNATOS"

de um idealismo seguros, bem como de competência comprovada, esta solução torna-se menos humana, pois massifica, uniformiza, prejudica o senso crítico, a iniciativa e a criatividade, distorrendo a realidade, tornando o Menor incapaz de conviver com o mundo. Pode ajudar também os pais a se acomodarem, a perderem a responsabilidade sobre seus filhos. O recurso a modelos institucionais deve ser utilizado com muito critério e visto como uma das últimas soluções (vide na 3ª Parte - "Internatos").



1.2.6 - O Menino e a Menina NA Rua (5ª fase)

72. Uns menores, mais dotados, com pequenos biscates ou com um trabalho explorado e mesmo mal pago, tornam-se ajuda ou até sustento para a própria família. Com isso, são obrigados a renunciar, quase sempre, ao estudo e à própria infância e à adolescência. Outros perambulam, pedem esmola, praticam pequenos furtos para sobreviver. E, na medida em que também a rua os repele, (direta ou simplesmente não oferecendo condições mínimas de vida e sobre a família), acabam intro-

73. Até nas Igrejas, o Menor é geralmente esquecido e desconsiderado. São poucas as comunidades paroquiais e dioceses que se interessam por crianças empobrecidas numa dimensão preventiva, e menos ainda quando se trata de crianças abandonadas, em situação de risco e conduta anti-social.

IGREJA OMISSA

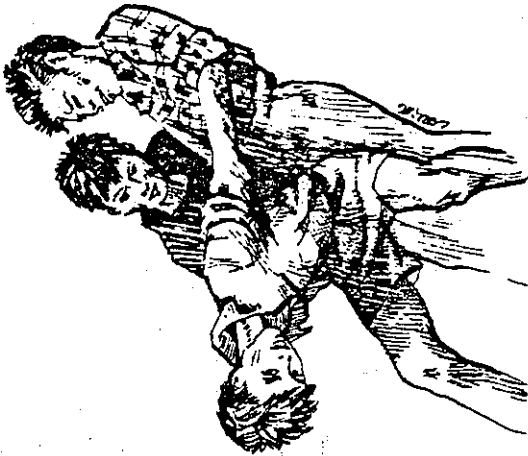
70. Os "menores", no sentido radical do termo, continuam sendo aqueles que não podem contribuir politicamente para as mudanças, que não pagam dívidas, só trazem gastos, não dão votos. Cuidar de crianças não é prioridade e desvia forças e atenção das verdadeiras frentes estratégicas de transformação sócio-político-econômica. É isso o que se pensa, ou pelo menos é assim como se age. Esquece-se que é no dia-a-dia da comunidade organizada, participando do jeito que lhe é próprio e dentro dos limites aceitos da sua fase evolutiva, que a criança, o adolescente, o jovem do nosso povo, se inicia na caminhada rumo à libertação. Se o excluem, ou se não há comunidade, ele vai buscar seu espaço pelas estradas ou na rua. A cruel realidade do aborto, da mortalidade infantil e da péssima situação do Menor marginalizado e a violência denunciam que a política dos governos e as comunidades, em geral, não colocam como prioridade o DOM da vida.

ANÃO VALORIZAÇÃO DA CRIANÇA



"Eu agradeço a Deus pelo dia e peço para ele cuidar da minha mãe e de meus irmãos e rezar para o meu pai poder ganhar a indenização das pernas que ele perdeu num acidente de trem quando estava bêbado. Meu pai é muito brabo, mas é bom quando não bebe. Tem dia em que a minha mãe tem que pedir comida. Meu irmão e eu catamos papalão para ajudar em casa. Deus é meu pai. Já é nosso! Se não fosse Deus, a gente não estava neste mundo. Deus pôs a gente no mundo para ser homem e não para ser ladrão. Estamos roubando com sentimento de Deus. Como a gente está passando fome, então tem de roubar." (L. e A. Irmãos - SP - dormiam na Pça. da Sé).

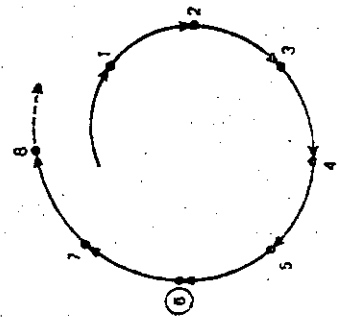
jetando mais um processo de rejeição que aumenta o medo e a angústia da sobrevivência e o sentimento de revolta. Na tentativa de superar esta nova situação, acrescida em insegurança, estes menores ou se agregam a grupos já formados, ou constituem novos grupos, escolhendo, aos poucos, líderes e normas próprias para garantir melhor a própria defesa e sobrevivência. Nestes grupos uns mais fortes ou violentos assumem comportamentos mais ousados contra a sociedade, determinando assim, frequentemente, os rumos do grupo ou até se colocam numa situação de dominação e violência diante dos outros companheiros.



"Se eu me encontrasse com o Presidente eu pedia um trabalho pra mim e pros meninos que estão na rua! Eu sei que a criança não é pra trabalhar, mas a gente se acostuma. Eu comecei a trabalhar com 9 anos!" (R. 13 anos - Teresina/PI).

73. Quase todos ainda voltam para casa, trazendo a contribuição de um dia de trabalho. Mas, por fatores já apontados, muitas vezes são agredidos pelos pais, que acham insuficiente o que os filhos trazem. Essa triste expectativa os apavora e o medo, bem como o não valer a pena voltar, os forçam a permanecer na rua.

1.2.7 — O Menino e a Menina DE Rua (6ª fase)



74. A este ponto, a rua passa a ser seu habitat comum e talvez o único. Agem em bandos precários, para se defender ou simplesmente satisfazer necessidades fundamentais e irrenunciáveis da vida, como comer e brincar. Por causa de suas atitudes já são considerados de conduta anti-social pela sociedade, que os julga de acordo com os seus próprios valores.

prios valores. A sociedade não possibilita sua educação, mas cobra deles boa educação e bom comportamento, conforme padrões próprios. Hostilizado, o Menor vive desconfiado de tudo e de todos.

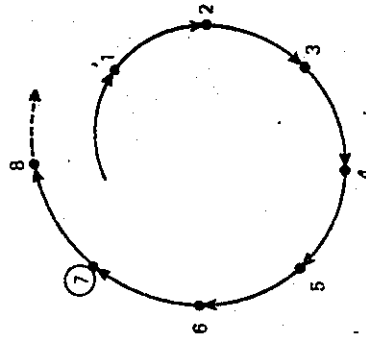
"Nossos problemas são com a polícia sempre marginalizando, batendo na gente, espancando, e nunca vendo a gente como criança como a gente é, mas sempre humilhando, batendo de tudo quanto é maneira. Quando a gente chega no mercado pra vender, os caras ficam correndo atrás da gente pra bater com o cacetete, com pedaço de pau, tratando a gente como marginal, como ladrão. A gente sofre uma violência muito grande porque às vezes quando os menores

vão vender nas ruas são espancados pela polícia. Eles não têm tom de voz, e impedem a gente de falar a verdade eles dizem que vão levar a gente preso e às vezes até matam. Já aconteceu casos em Castanhal que marcaram muito, como um irmão do meu amigo. Ele morreu porque os soldados obrigaram ele a roubar. Como ele disse que não ia, deram três balas no peito dele.

(V. - 14 anos - Castanhal/PA).



1.2.8 — A Dura Experiência da "JUSTIÇA" da Sociedade (7ª fase)



A "VIA SACRA" DO MENOR APRISIONADO

75. Os meninos e as meninas de rua, trabalhando ou não, podem a qualquer momento, ser presos. E, quando a família não é encontrada, são encaminhados para o JUIZADO DE MENORES e daí entregues para um dos CENTROS DE SELEÇÃO E TRIAGEM das várias Instituições Estaduais e Nacionais responsáveis pelo "Bem-estar do Menor". São muitas vezes submetidos a procedimentos arbitrários, independentemente de qualquer condenação, enquanto se decide o seu "caso", o que ocorre mais para livrar a sociedade do incômodo que ele representa do que para dar ao Menor uma solução verdadeira. Aí, contrariamente ao que exige a Justiça, e longe de ser tutelado pela lei, o Menor é considerado culpado até prova em contrário.

76. A prisão pela polícia é traumatizante em todos os sentidos, especialmente quando é arbitrária ou quando se trata da primeira experiência.

ESCOLA DO CRIME

— Nunca sofri da polícia, mas se isso acontecer, Deus que olhe para mim'. 'Eu espero neste encontro que dê apoio pro menor porque tomos de carne e osso'". (A. 13 ANOS — GO).

— Eu frequentava a avenida I. desde os 13 anos e dei muita trombada. Minha turma era mesmo da *pesada* e hoje todos estão agindo na *mão grande* (assaltam com revólveres). Perdi a conta das vezes que fui e voltei da FEBEM, mas posso afirmar que *aprendi muito com os camaradas nas unidades*. Quem não sabe nada sai escolado e em condições de fazer uma "goma" (furar ou assaltar uma residência), trombar no centro ou arrancar correntes e pulseiras de ouro. (C.T., 18 anos - SP).

Há o camburão, as acusações mal compreendidas por eles diante do Juizado. Segue-se a prisão, que é demorada e penosa. Com todas as violências físicas e psicológicas e o contato com infratores de alta periculosidade, ali se inicia sua *primeira escola do crime*.



A FRUSTRAÇÃO

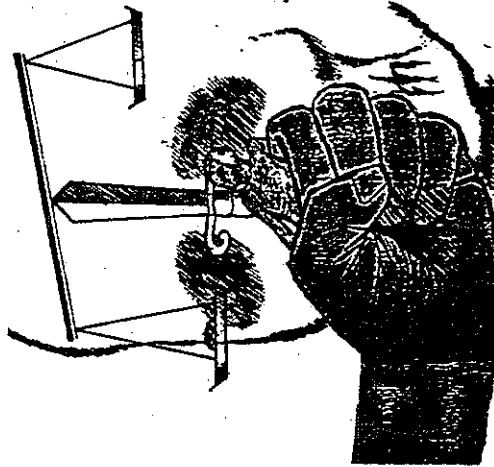
77. Tudo isso é percebido pelo Menor como mais uma condenação violenta repetida pela sociedade. Condenação injusta e revoltante, pois baseada em exigências que nada significam para ele. Isto traz à tona e, muitas vezes de forma angustiante, o baixo auto-conceito que tem de si mesmo e que faz aumentar sua frustração e desanimar de uma possível participação nesta mesma sociedade. Ninguém é obrigado a fazer o que é impossível, diziam os antigos romanos no seu senso de Justiça, que passou também para o Código Brasileiro. Ninguém, portanto, pode ser condenado por leis que não tem condições de respeitar.

— Mamãe, eu estou aqui na FEBEM. Já fiz quinze anos e não aguento mais. Estou aqui por uma coisa que não fiz. Sabe mãe, a senhora é a única pessoa que eu posso confiar... Rezo todas as noites para a senhora ter bastante forças e anos de vida. Me ajude, mãe, e a senhora não se arrependerá. (Carta de uma Menina, internada da FEBEM - SP).

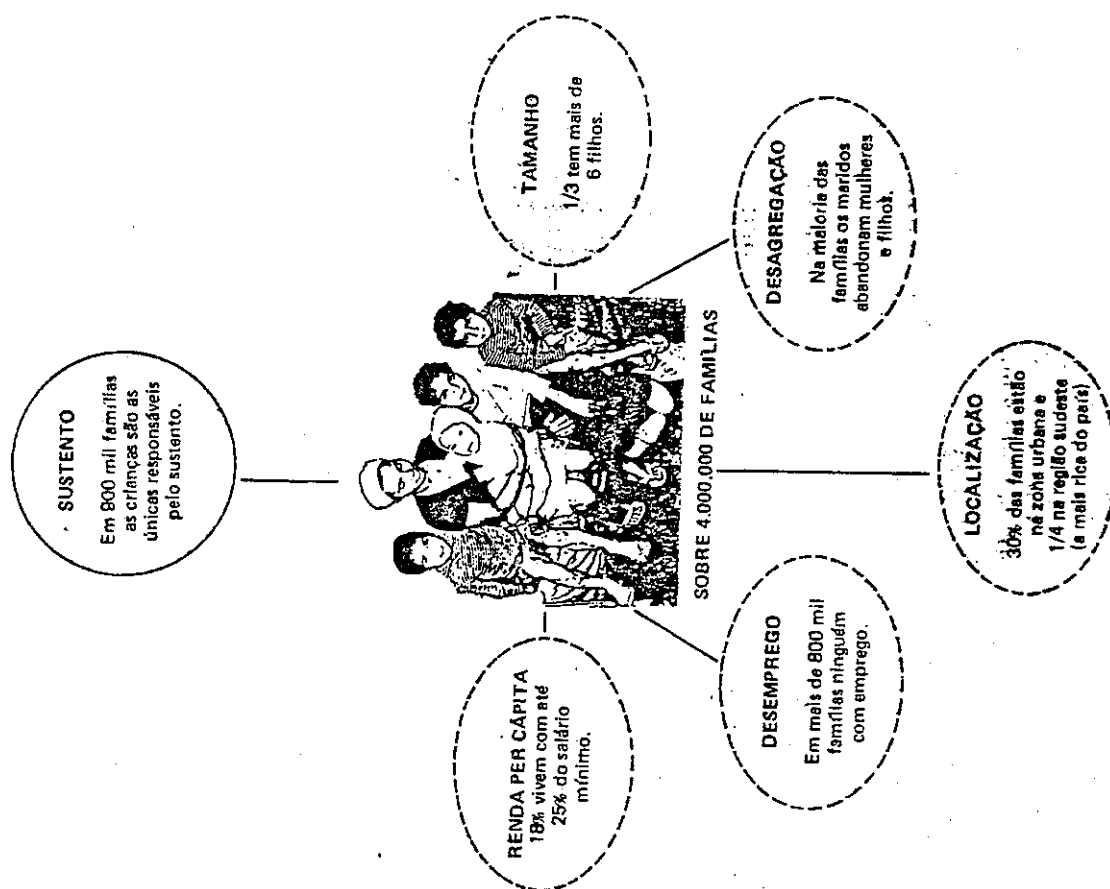


A REVOLTA

78. A "Justiça" acaba se tornando a pior das injustiças. E então, a revolta dos menores vai-se aprofundando cada vez mais. Muitos procuram defender-se da internação dissimulando o comportamento. Adolecência e juventude deverão ser passadas dentro de uma instituição que amedronta e não vai lhe proporcionar o que mais necessita na vida: o calor da família, o sentido de ser compreendido e amado pelo que é, como é. E por causa do constante remanejamento de pessoas, o internato não possibilita sequer a amizade, pois não permite a criação de vínculo afetivo.



QUADRO Nº 5 - FAMÍLIAS DE MENORES INFRATORES



In Retrato do Brasil, nº 26

1.2.9 - A Delinquência (8ª fase)

79. Depois de tanta rejeição em todos os níveis: família, rua, instituições, o Menor passa a crer que para ele não há mais solução. Sofre de incompreensão pelo que é e vive, experimenta o desrespeito radical e por sua pessoa e a violência física, psicológica e emocional. E ainda, o mais importante: a carência afetiva e a falta de um relacionamento estável com um adulto amado e educador. Tudo isso torna impossível toda e qualquer tentativa de reencontro com os valores fundamentais da humanidade. Daí a luta violenta até a maioridade, quando passará de um "internato" a um presídio ou a uma penitenciária, com saídas e entradas constantes, se é que antes não encontra a morte. (Ver quadro 50 "Perfil do Menor Infrator" e quadro 60 "Famílias de Menores").

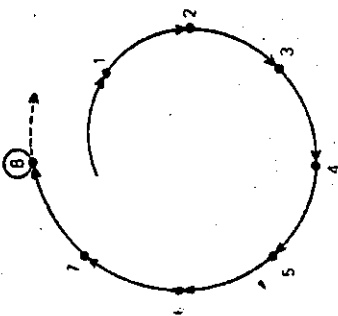
INTROJEÇÃO
DO DESAMOR

— Eu sou bandido mesmo!

Quando sair daqui
vou matar e roubar muito mais
e se a polícia vier me prender,
vai ter que me "apagar"
(R. 12 anos, - ABC PAULISTA)



80. Neste contexto, numa experiência precoce da sexualidade, meninos e meninas de rua vão se unindo indiscriminadamente pela necessidade de afeto, carinho, o que impede, inclusive, a opção futura consistente do amor e do uso da sexualidade. Mesmo sendo a única possibilidade de troca de carinho, reproduzem as relações de dominação entre homem e mulher, que predominam em nossa sociedade. E os filhos gerados destas uniões não são assumidos ou ficam com a menina-mãe, numa dupla carência de amor. Este problema está aumentando e se agrava na forma da prostituição de meninos e meninas que, para sobreviver, se submetem à humilhação e correm riscos de graves doenças. No caso das meninas, acontece a gravidez não desejada que pode ter o aborto como consequência, ou novos menores que acabam por serem abandonados ou entregues a terceiros, entre os quais, agentes de comercialização de crianças para "adoção". Encontramos alguns casos de meninas que acolheram heroicamente o filho, ajudadas, às vezes, por alguns educadores de rua.



1.3 – ESTE ABSURDO NÃO PODE CONTINUAR

UM ABSURDO QUE
NÃO PODE CONTINUAR

UM ABSURDO QUE NÃO PODE CONTINUAR

81. Hoje a cidade grande tem um rosto em-pobrecido e caótico. Não é mais possível esconder as consequências de uma sociedade injusta. O sofrimento que, na zona rural, produz a migração, nas periferias as favelas, nos centros das cidades os cortiços, grita cada vez mais alto: "este absurdo não pode continuar!" E o peso do desemprego recai sobre crianças e demais menores em forma de fome, doenças, desenvolvimento deficiente, potencial humano diminuído, violência, desperdício, falta de espaço. É urgente sensibilizar as comunidades cristãs, a sociedade e as autoridades governamentais para que assumam a missão de colaborar com o povo numa organização eficaz em favor da vida do pequeno, a maior vítima dos desastinos e falhas da sociedade.



"Eu pelo menos acho que a criança só devia estudar e brincar."

Assim como os filhos de gente rica, que não precisam trabalhar.

**Eu queria que nossos pais pudessem ganhar
que a gente não precisava trabalhar.**

Eu acho que quem fez os Direitos da Criança tem cabeça boa! Mas não cumprem."
J.C. - 11 anos, Teresina/PI

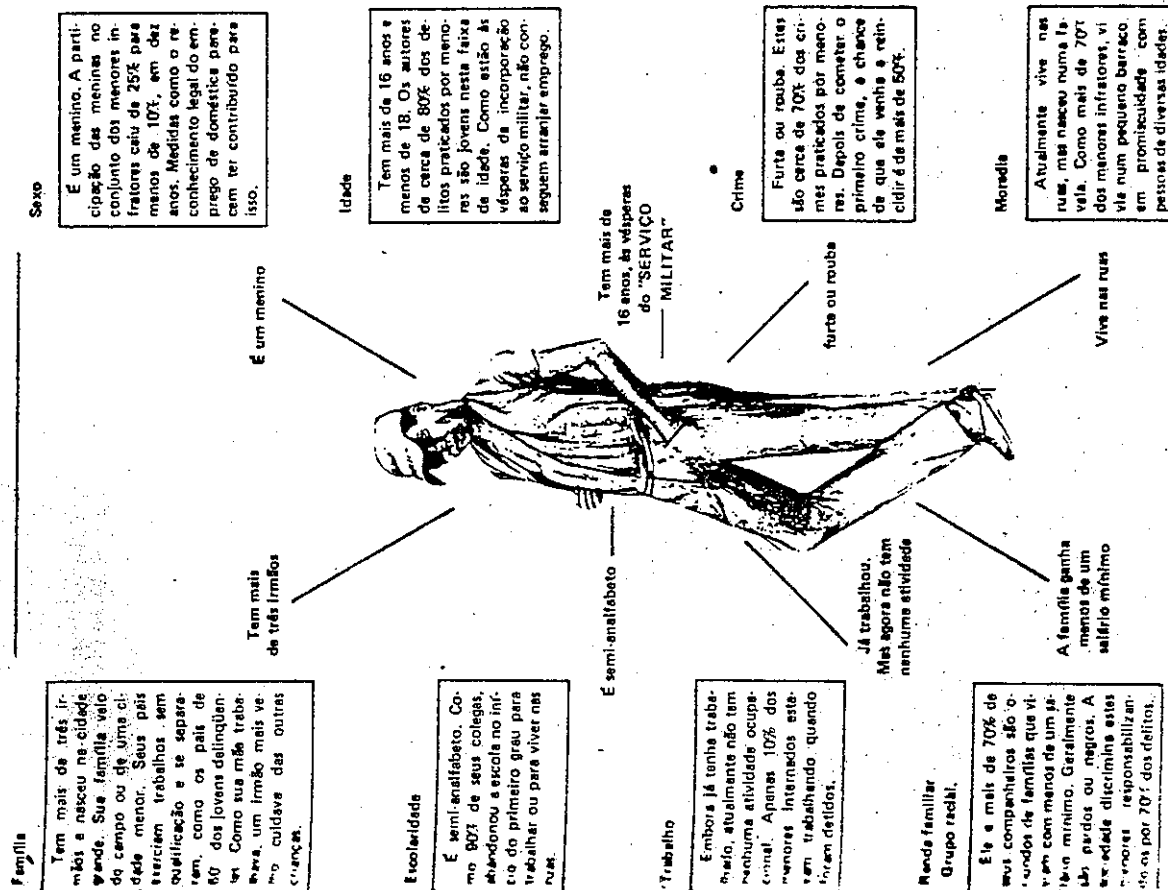
82. A forma de organização de nossa sociedade estabelece classes sociais, no interior das quais o perfil da criança, do adolescente e do jovem é diferente. No entanto, o modelo considerado aqui...

DIFERENTES VALORES
DAS CLASSES SOCIAIS

seado nos critérios da classe dominante. Em consequência, as crianças das classes empobrecidas são consideradas "carentes", "deficientes", "defasadas", "inferiores" por não corresponderem ao estabelecido. Os parâmetros de avaliação também são calcados sobre os valores das classes dominantes, subestimando os valores das classes empobrecidas. É necessário reconhecer a importância da cultura de origem da criança, possibilitando-lhe aos poucos a compreensão da dominação que sofre e o acesso gradativo a outros valores. Terá assim instrumentos para atuar nessa sociedade desigual, injusta, competitiva, que a torna carente.

QUADRO Nº 8:

PERFIL DO MENOR INFRATOR



83. Há muita gente revoltada com a proliferação de menores abandonados e marginalizados, sobretudo nas cidades. Revoltada, sim, mas por comodismo e medo. E, neste estado psicológico, atrai-se sobre o Menor todo tipo de acusação e culpa de muitos males que estão acontecendo na sociedade. Só que não é possível julgar isoladamente a situação do Menor. Será somente a partir da compreensão do alcance dessa realidade, com conseqüente ação integrada, que se vai conseguir caminhos para a quebra do CICLO DE MARGINALIZAÇÃO que analisamos. É que, de fato, o contexto conjuntural do Menor marginalizado e oprimido é reflexo do quadro estrutural da sociedade.

CONTEXTO ESTRUTURAL E QUADRO CONJUNTURAL

84. Ainda há muita gente, inclusive nos grandes Meios de Comunicação Social, fazendo séria confusão entre "estrutura de pobreza que gera o empobrecimento", com "estrutura de conflitos" ou de "mau comportamento" (este também existente nas classes abastadas). Essas pessoas não percebem que os menores empobrecidos, ao viverem seus conflitos e terem o tal "mau comportamento" estão gritando, a seu modo, por mudanças sociais, estão denunciando a falsidade da sociedade "bem comportada"; estão pedindo chance, voz, vez, trabalho, comida, casa, educação, carinho...

85. As opções políticas, econômicas e culturais postas em curso no Brasil e no mundo nas últimas décadas, agravaram de forma dramática o processo de degradação pessoal, familiar e social de milhões de crianças, adolescentes e jovens, sobretudo nas camadas mais empobrecidas do povo. Por outro lado, nas classes abastadas, o sentido da vida e o senso moral também se degradaram, por causa do egoísmo. Muitos jovens resolveram sair de casa e viver, embora às custas dos pais, em grupos exóticos, sem higiene, dados à droga, ao sexo, ao álcool, à velocidade, ao barulho e ao crime. É uma outra forma de marginalização que tem tido um tratamento diferente pelas autoridades mas que requer respostas adequadas.

86. Aqui é preciso alertar para os Meios de Comunicação Social, sobretudo a Televisão. Som e imagem invadem os lares sem pedir licença. E introjetam nos telespectadores toda sorte de falsos valores, sobretudo...

INTROJEÇÃO DE FALSOS VALORES

87. É óbvio que todo ser humano erra. Mas a sociedade, em sua hipocrisia, dá impunidade a certos cidadãos que usam e abusam do poder econômico e político e não pune o criminoso de "colarinho branco". Com a maior leviandade descarrega sobre o pobre, a mulher, o negro e o Menor, uma cadeia de ira e violência social. Vivemos numa civilização decadente onde a vida, a honra, a virtude, os valores humanos e transcendentais são cada vez mais ridicularizados e relegados ao descaso. Esta visão desvirtua o modo de encarar a verdadeira realidade do Menor: sua problemática, as causas que o geram e as soluções exigidas.

CIVILIZAÇÃO HIPOCRITA E DECADENTE

88. Os menores chamam a atenção da sociedade por causa de condutas que agridem e a assustam. No entanto, uma parte da população mais consciente e sensibilizada já se indigna contra a condição de desrespeito que a criança e os jovens empobrecidos estão sofrendo no mundo de hoje. Conseguem captar em crianças de conduta desajustada, esquisita, anti-social, um pedido de ajuda, de socorro. Abertas aos valores cristãos, há muitas pessoas que conseguem ouvir o clamor do Menor e nele perceber a voz do próprio Deus.

O CLAMOR DO MENOR É OUVIDO

89. Analisando a situação do Menor e buscando com ele saídas, estas pessoas descobrem que é possível romper o ciclo da marginalização em qualquer fase. Entretanto, elas têm claro que a superação efetiva do mesmo se dará na medida em que as estruturas de pecado forem sendo abolidas através da conversão e da ação organizada da maioria da população e de um voltar-se do governo para os verdadeiros interesses do povo. E, de fato, quando a comunidade toma consciência do problema e se organiza, tentando atender as necessidades dos menores, grande número deles consegue libertar-se desse ciclo de morte.

SUPERAÇÃO DO CICLO DE MARGINALIZAÇÃO

90. A nova sociedade, possível na história, é descrita de modo utópico por Isaías 11,11.58. Almejava ele para a época do Rei Ezequias, uma sociedade

A UTOPIA DO REINO ILUMINA E DÁ FORÇA À BUSCA DE SOLUÇÕES

90. A nova sociedade, possível na história, é descrita de modo utópico por Isaías 11,11.58. Almejava ele para a época do Rei Ezequias, uma sociedade

de paz, governada pela justiça. Nela seriam vividas situações tão paradoxais como a convivência pacífica entre "lobo e cordeiro", "leopardo" e "cabrito", "leão e boi". Nela a criança passaria a ser vista como esperança e garantia do futuro do povo, e seria respeitada e valorizada. Isaías como que antecipa a mensagem de Cristo: "quem não se tornar como criança não entrará no Reino dos Céus" (Mt. 18,2).



**"Permiti, Senhor,
que em nossas casas
e praças as crianças
sorrindo brinquem
na Paz!"**

91. Nesta nova sociedade, por assim dizer "conduzida por um menino", haverá abundância para os pobres com quem Deus concluirá uma nova e duradoura aliança" (Cf. Is 11,6 e 55, 1-5).

92. APROFUNDAMENTO

- a. Situe os Menores, com os quais você convive, no Ciclo da Marginalização acima descrito ou experimente construir outros gráficos, representando os diversos grupos de crianças a partir de sua realidade.
- b. Cada comunidade procure, no contato direto com os Menores nas diversas idades e situações, captar a visão que têm da vida, do mundo, da família, do trabalho, da escola, da violência, do amor e de Deus.
- c. É possível o surgimento de Menores marginalizados fora do esquema do Ciclo? Exemplifique.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 5.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 1987
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ferrari Júnior, secretariada pela Senhora Deputada Vera Agibert e pelo Senhor Deputado José Alves.

Às onze horas e cinquenta e cinco minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos

trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Não havendo expediente a ser lido, Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 202/86, que declara de utilidade pública a Ação Social e Educacional "O BRASIL PARA CRISTO", com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa. Aprovado. (Public. no DA. n. 91/86, de 01.09.86).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 230/86, que declara de utilidade pública estadual, a Associação de Pais e Amigos dos Execpcionais de São João do Ivaí-Pr. Aprovado. (Public. no DA. n. 108, de 01.10.86).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 265/86, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Moradores e Amigos Núcleo Residencial - Jardim Ypê", com sede nesta Capital. Aprovado. (Public. no DA. n. 126/86, de 04/11/86.)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.